

# **O LUSO TROPICALISMO**

REFLEXÕES SOBRE A CULTURA POLÍTICA LUSO-BRASILEIRA

**Thais Pimentel Cabral**

---

**Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais e  
Ciência Política**

**SETEMBRO, 2010**



Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais e Ciencia Poítica, com especialização em Ciencia Política, realizada sob a orientação científica de Cristina Montalvão Sarmento e Lucia Maria Paschoal Guimarães.

*Dedico este trabalho à memória de Paulo Henrique Machado, professor e historiador petropolitano, que com seu exemplo desde os tempos da escola, cativou meu primeiro amor às ciências humanas. Que este singelo registro relembre à família e aos amigos o grande homem e a referência que ele foi.*

## **AGRADECIMENTOS**

Dedico agradecimento especial ao meu esposo, Anderson R. Webler Soares, que mais do que um homem, é o meu melhor amigo; sempre disposto a apoiar meus sonhos e projetos. Reconheço, também, o apoio de todos os familiares e amigos, de ambas as margens atlânticas, que nos momentos de saudade sempre me incentivaram e fortaleceram. Agradeço à professora Lúcia Maria Paschoal Guimarães, que desde a graduação me orienta e instrui de forma admirável, encorajando-me neste mestrado. E à orientadora Cristina Montalvão Sarmiento, que me acolheu prontamente, possibilitando este intercâmbio entre Brasil e Portugal.

## **RESUMO**

O trabalho pretende discutir como o luso-tropicalismo, apesar de ter perdido expressão ideológica e credibilidade no campo científico, contribuiu decisivamente para a formação da auto-imagem em que Brasil e Portugal melhor se revêem e projetam. Mais do que uma teoria sobre a relação entre Portugal e os trópicos, o luso-tropicalismo constitui, nos respectivos imaginários nacionais, a experiência de Portugal no mundo e a originalidade e legitimidade da nação brasileira. A tese de Freyre toca de forma íntima as identidades nacionais dos dois países e lhes confere uma singularidade relevante para a nova conjuntura internacional, que se afigurou no final do século XX. O trabalho defende que o luso-tropicalismo ganhou novas formas, menos explícitas, em comparação ao período colonial português, mas centrais e marcantes nos discursos político-culturais que vem movimentando as relações luso-brasileiras e criando uma nova imagem para política externa de ambos os países. Nessa perspectiva, o luso-tropicalismo reaparece sob roupagem dinâmica a reorientar a política de Brasil e Portugal, servindo de base para o discurso de aproximação e cooperação entre os povos lusófonos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Luso-Tropicalismo, Brasil e Portugal.

## **DISSERTAÇÃO**

**Autor:** Thais Pimentel Cabral

## **ABSTRACT**

The paper discusses how the Luso-tropicalismo, although it lost credibility and ideological expression in the scientific field, contributed decisively to the formation of a self-image that Brazil and Portugal better review and project.

More than a theory about the relationship between Portugal and the tropics, the Luso-tropicalismo is in their national imaginary, the experience of Portugal in the world and the originality and legitimacy of the Brazilian nation.

Freyre's thesis touches so intimately the national identities of both countries and gives them a unique relevance to the new international situation, which appeared in the late twentieth century.

The paper argues that the Luso-tropicalismo gained new dimensions, less explicitly, against the Portuguese colonial period, but in central and salient political and cultural discourse that is moving the Luso-Brazilian relations and creating a new image for the foreign policy of both countries.

From this perspective, the Luso-tropicalismo reappears under guise dynamics to reorient the policy of Portugal and Brazil, serving as a basis for the argument of rapprochement and cooperation among Lusophone people

**KEYWORDS:** Luso-Tropicalismo, Brazil and Portugal.

## **DISSERTATION**

**AUTHOR:** Thais Pimentel Cabral

## ÍNDICE

Introdução .....	09
Capítulo I: A Cultura Política Luso-Brasileira e o Luso-Tropicalismo .....	13
I. 1. Cultura Política. A Trajetória de um Conceito .....	13
I. 2. Possíveis Diálogos e Pontes Teóricas .....	23
I. 3. Uma Cultura Política Luso-Brasileira e o Luso-Tropicalismo.....	31
Capítulo II: O Surgimento do Luso-Tropicalismo e a Validade das Idéias .....	41
II. 1. O Pensamento de Gilberto Freyre.....	41
II. 2. O Mundo que o Português Criou e os Fundamentos do Luso-Tropicalismo. ...	47
Capítulo III: O Contexto Luso-Tropical e as Relações Luso-Brasileiras .....	55
III. 1. Gilberto Freyre e o Estado Novo. ....	55
III. 2. Recepção e Críticas ao Luso-Tropicalismo.....	63
III. 3. A década de 1950 e a Estratégia Retórica da Afetividade.....	70
III. 4. As Viagens de Freyre no Além-Mar.....	76
Capítulo IV: As Reconfigurações do Último Século e a Sobrevivência das Idéias Luso-Tropicais.....	89
IV. 1. A Descolonização Africana e o Pragmatismo Responsável .....	89
IV. 2. As Transições Democráticas e a Ressonância do Luso-Tropicalismo .....	99
IV. 3. Os Discursos Lusófonos e as Políticas Atlânticas.....	112
Considerações Finais.....	124
Bibliografia .....	129
Fontes .....	134
Lista de Figuras.....	135



Figura I



## Introdução

A problemática desenvolvida neste trabalho de conclusão do curso de mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, com especialização em Ciência Política, originou-se nas investigações realizadas desde os tempos da graduação em História na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Por meio do Programa de Iniciação Científica, tive contato com projetos que contemplavam temáticas sobre as relações luso-brasileiras. A partir daí, minhas escolhas acadêmicas vincularam-se ao estudo da história política e cultural do Brasil e de Portugal no século XX.

Gilberto Freyre incorporou-se a meus interesses após o curso da disciplina de Historiografia, quando o autor, suas teses e obras me foram apresentados, gerando grande reflexão e inquietação histórico-identitária. Logo em seguida, debruicei-me sobre seus livros *Casa-Grande & Senzala*, *Sobrados e Mucambos*, *O Mundo que o Português Criou* e *Aventura e Rotina*. Paralelamente, aprofundei leituras, de modo a compor o contexto em que se inseriam tais contribuições e sistematizei as fontes levantadas nas atividades de iniciação científica da qual participava.

Ao apresentar os projetos e os resultados das pesquisas em congressos, seminários e encontros, percebi que entre especialistas tanto brasileiros quanto portugueses a problemática da natureza peculiar do colonizador português e de sua ligação com os trópicos despertavam debates. Percebi, também, que o período republicano, em especial o Estado Novo e o seu desfecho, gerava calorosas discussões. Como trabalho de conclusão do Bacharelado e da Licenciatura em História, apresentei monografia intitulada *Gilberto Freyre e as Relações Luso-Brasileiras*,<sup>1</sup> um estudo que abordou o impacto das teses de Gilberto Freyre acerca da colonização portuguesa nos trópicos nos meios intelectual e político de Brasil e Portugal até meados do século XX.

Durante uma estada no Recife, pude visitar a Vivenda de Apipucos, Casa Museu Magdalena e Gilberto Freyre. Lá, o desejo de fazer Freyre objeto de estudo intensificou-se, pois tive contato com seus espaços, livros, medalhas e títulos. Aprendi, por exemplo, que Gilberto Freyre era um dos possuidores de um exemplar autêntico, de capa em prata, de *Os Lusíadas* de Camões e que recebeu inúmeras condecorações de famílias reais de todo o mundo – inclusive o título de “Sir” da rainha da Inglaterra. A atmosfera

---

<sup>1</sup> CABRAL, Thais Pimentel. *Gilberto Freyre e as Relações Luso-Brasileiras*. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – IFCH/UERJ. Rio de Janeiro, 2007.

de Apipucos despertou maior fascinação e vontade de conhecer e entender ainda mais esse intelectual tão intrigante e polêmico.

De família rica, com laços aristocráticos, Gilberto de Mello Freyre nasceu no Recife em 15 de março de 1900, filho de D. Francisca de Mello Freyre e do educador, Juiz de Direito e catedrático de Economia da Faculdade de Direito do Recife Dr. Alfredo Freyre. Aos 18 anos, foi para os Estados Unidos, estudar na Universidade de Baylor, onde se formou Bacharel em Artes em 1920, quando partiu para Nova Iorque, a fim de cursar pós-graduação na Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Columbia. Retornou ao Brasil em 1924 e entrou em contato com a sociedade intelectual brasileira. Em 1930, exilou-se na Europa em razão do cargo de oficial de gabinete do Governador de Pernambuco, Estácio de Albuquerque Coimbra. Na viagem por mar, tomou o seu primeiro contato com o continente africano, que lhe daria mais subsídios para a confecção de *Casa-Grande & Senzala*, publicado em 1933.

Deputado Federal Constituinte pela União Democrática Nacional (UDN) em 1946, sua vida política foi marcada pela ação contra o racismo. Em 1942, foi preso no Recife por ter denunciado nazistas e racistas no Brasil. Reagiu à prisão, juntamente com seu pai – ambos foram soltos no dia seguinte, por interferência do general Góes Monteiro. Em 1954, apresentou propostas para eliminar as tensões raciais na Assembléia Geral das Nações Unidas. Freyre foi um homem comum, e um intelectual versátil, que como estudioso das ciências humanas buscou explicar questões complexas da natureza do homem.

Este trabalho visa examinar, através de alguns conceitos da Ciência Política e da História das Idéias Políticas, a cultura política luso-brasileira por meio do luso-tropicalismo. Os momentos históricos escolhidos foram aqueles do século XX que demonstraram tensões, interesses nacionais e adaptações políticas que as diferentes conjunturas implicaram na dinâmica internacional. As décadas de 1930, 1950, 1970 e 1990 foram selecionadas como chaves para observar o desenvolvimento político, as leituras e as utilizações do luso-tropicalismo. Maior enfoque, contudo, será dado ao período pós-1970 – as décadas antecedentes serão analisadas para efeitos de contextualização. O estudo, portanto, centrou-se no corte temporal compreendido entre 1970 e 1990, focalizando algumas situações do alvorecer do século XXI que evidenciaram alterações na política externa brasileira e portuguesa, principalmente pela subida ao poder de novos governantes e a institucionalização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

A história do colonialismo português no século XX e do luso-tropicalismo foi marcada pela evidente polarização ideológica: de um lado, os que se alinhavam ao regime instituído pelo Estado Novo Português, que resistia às transformações e insistia na realidade pluricontinental e multirracial da nação portuguesa. De outro, os que se opunham à ditadura fascista e colonialista existente em Portugal e suas colônias e que, fortalecidos pela eclosão dos movimentos de libertação nacional dos anos de 1960, procuravam denunciar a falácia de um colonialismo de cinco séculos e a suposta continuidade espiritual existente entre a metrópole e os territórios ultramarinos.

De certa maneira, a nova produção bibliográfica, a partir da década de 1990, pelo distanciamento do tempo histórico, possibilita a superação mitos, estereótipos e clichês a respeito do luso-tropicalismo na história colonial portuguesa. A nova geração de pesquisadores tem como representantes, entre outros, os historiadores Hugo Rogelio Suppo, Cláudia Castelo, Williams da Silva Gonçalves e Adriano Freixo, o antropólogo Omar Ribeiro Thomaz e o cientistas políticos Waldir Rampinelli e Adriano Moreira.

As fontes analisadas no presente trabalho centram-se em torno das obras coevas dos principais teóricos da cultura política e da história das idéias políticas, de maneira a introduzir o luso-tropicalismo nas reflexões almejadas. Ademais, sua natureza determinou a consulta permanente às obras de Freyre e de alguns autores sobre o tema, assim como à imprensa e a revistas culturais.

Desse modo, este estudo deseja inquirir como ocorreu a adequação do luso-tropicalismo em momentos políticos confluentes de Brasil e Portugal na segunda metade do século XX. Almeja, também, indagar como, durante essas décadas, o luso-tropicalismo se inseriu nos debates sobre as identidades nacionais, em especial no Brasil e em Portugal, e direcionou a política dos dois países em relação o Atlântico Sul; como a falta de um consenso do passado histórico entre os países lusófonos obstrui a relevância da CPLP; como a relação particular entre Brasil e Portugal, em especial na política externa dos dois países, demonstra momentos de proximidade e indiferença e inclusive de certa competição; como a representação luso-tropical reveste o Brasil de uma singularidade necessária para o exercício de sua liderança no eixo sul; e até que ponto Portugal recuperou o luso-tropicalismo através da lusofonia, como mediador de suas antigas colônias e a União Européia.

Os resultados da investigação foram organizados em quatro capítulos. No primeiro, busca-se entrelaçar o conceito de cultura política, evidenciando suas origens na Ciência Política, e nos pressupostos e abordagens da História das Idéias Políticas,

inserindo neste corpo teórico o luso-tropicalismo como tendência reflexiva da cultura política luso-brasileira. Já no segundo capítulo, apresenta-se como o luso-tropicalismo se estruturou, através do percurso intelectual de Gilberto Freyre e das suas principais obras, que culminaram na formulação da tese luso-tropicalista. Além disso, os momentos da recepção, apropriação e envolvimento político e ideológico da teoria são expostos, com o intuito de percebermos o raio de influência das idéias político-culturais do luso-tropicalismo na história contemporânea luso-brasileira.

Contextualizando os momentos políticos demarcados, procura-se, no terceiro capítulo, demonstrar como, na segunda metade do século XX, as relações luso-brasileiras encontraram no luso-tropicalismo caminho para a continuidade da tradição política. Mesmo com as alterações na dinâmica dos valores internacionais e com as mudanças conjunturais em cada país, pode-se perceber como a influência do luso-tropicalismo se alargou, progressivamente, do campo cultural, para o político e deste para as mentalidades.

No último capítulo, observa-se que o luso-tropicalismo sofreu momentos de descrédito e hibernação frente ao advento das independências africanas e das democracias da chamada “terceira onda” – pelas quais Brasil e Portugal foram atingidos. De alguma forma, contudo, o luso-tropicalismo enraizou-se, perpetuando-se numa imagem apreciável à cultura política luso-brasileira, que o reutiliza de maneira recorrente para interligar a comunidade lusófona nos seus sentidos e representações históricas. Nessa senda, é interessante não somente expor os diversos aspectos do luso-tropicalismo, mas, por meio de alguns discursos e falas políticas oficiais, confrontá-los, de modo a surpreender o vocabulário, as expressões e a linguagem política tributária às idéias e aos conceitos luso-tropicais.

Neste trabalho, recorre-se, como opção, a abundantes citações de textos, em muito fiéis à ortografia e aos idiomas originais – compreendendo o universo diferenciado da língua portuguesa nos quadrantes Brasil, Portugal e África. Além disso, ressalta-se que a escrita discorre-se em português do Brasil; também como uma tentativa de buscar um intercâmbio cultural luso-brasileiro. Afinal, apesar da proximidade histórica e lingüística, as relações entre Brasil e Portugal carecem de empenho e investimento político. Nesse sentido, a presente iniciativa é emblemática: uma estudante brasileira, de formação em Portugal no Mestrado em Relações Internacionais e Ciência Política, curso pelo qual defende esta dissertação, sem qualquer auxílio ou incentivo de nenhum dos dois governos.

## Capítulo I

### **A Cultura Política Luso-Brasileira e o Luso-Tropicalismo**

#### **I. 1 – Cultura Política: A Trajetória de um Conceito**

A ciência política, ainda que tenha sofrido influências de disciplinas como a antropologia e a psicologia, tem suas raízes mais profundas fincadas em três ciências sociais: a história, a sociologia e a economia. Sua formulação recente emergiu em meio a um contexto muito específico: a Segunda Guerra Mundial e a luta ideológica entre o Leste e o Oeste.

Esse período conturbado fez com que as reflexões políticas recuassem, ao mesmo tempo em que a grande diáspora européia revigorava as ciências sociais nos EUA. De fato, durante a década de 1940, ocorreu na América um debate teórico entre cientistas sociais a fim de forjar, no interior das ciências humanas, uma nova disciplina que tivesse como objeto de estudo as diferentes formas de governança política, democrática ou totalitária. Nas décadas seguintes, os politólogos buscaram erguer uma estrutura conceitual que englobasse o futuro político dos países recém-independentes da Ásia e da África e também integrar, numa análise comparativa, a evolução política das Américas Central e do Sul.

O poder e seus contornos foram identificados como o grande objeto de pesquisa. As modalidades de aquisição e utilização do poder, sua concentração e distribuição, sua origem e legitimidade de exercício e mesmo o seu sentido enquanto poder político permaneceram no centro de todas as discussões, mesmo com a constante (re)definição do objeto de análise da disciplina; consequência da constante elaboração de novas técnicas e métodos em busca do máximo caráter científico.<sup>2</sup> Coincidindo em seu objeto com outras áreas das ciências sociais – como a sociologia política, a história política e a filosofia política –, a ciência política ganharia autonomia ao tratar o mesmo fenômeno partido do político para o social, e não ao contrário.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> PASQUINO, Gianfranco. *Curso de Ciência Política*. Caiscais: Principia, 2002, p. 13.

<sup>3</sup> MALTEZ, Adelino. *Sobre a ciência política*. Lisboa: Inst. Sup. de Ciências Sociais e Políticas, D. L., 1994, p. 104.

O conceito de cultura política inaugurou uma área de conhecimento da ciência política a partir do clássico livro de Gabriel Almond e Sidney Verba (1963 [1989]), *The civic culture: political attitudes and democracy in Five countries*. Apesar de estudos anteriores já tangenciarem a cultura política, como destaca Barquero, “(...) *embora já estivessem presentes, no horizonte da política clássica desde os estudos de Platão, Aristóteles e Sócrates a preocupação com a capacidade política dos cidadãos e seu papel na sociedade*”,<sup>4</sup> a redescoberta desse conceito na década de 1960 está intimamente atrelada ao surgimento da ciência política como disciplina no século XX.

De acordo com Almond, o avanço na metodologia estatística e das ciências sociais – que proporcionaram novas possibilidades de estudos focados no indivíduo, inexistentes ou precárias até então, como o survey –, juntamente com o desenvolvimento das teorias sociais dos séculos XIX e XX – que concorreram para o embasamento das pesquisas sobre cultura política a partir de 1960 –, impulsionaram o início dos estudos de cultura política. A tradição sociológica de Max Weber, Talcott Parsons e outros, a psicologia social de Lippman, Wallas e Lazarsfeld, bem como a contribuição de cientistas sociais como Ruth Benedict, Margaret Mead e Harold Lasswell, contribuíram explicitamente com a fundamentação teórica do conceito de ciência política que se formava.

Um retorno ao século XIX indica que Alex Tocqueville já teria identificado a presença de uma cultura cívica participativa, ao observar as peculiaridades da democracia na América. No entanto, mais tarde, o conceito de cultura cívica ganhou contribuições da antropologia norte-americana, da “escola da personalidade e cultura” e foi moldada a teoria do caráter nacional.<sup>5</sup>

Na conjuntura política e social vivida pelos autores americanos, a cultura política assumia um forte viés normativo, tornado-se necessário postular uma relação causal entre a internalização da cultura política, o comportamento individual, as características e o modo de operação dos sistemas políticos. Dessa forma, a estrutura política e suas dimensões resultariam de uma determinada cultura política. Em cada país prevaleceria um conjunto específico de atitudes e tendências políticas que constituiriam uma cultura política. As diferentes culturas políticas seriam, portanto, fenômenos

---

<sup>4</sup> BAQUERO, M. *Cultura política e democracia: Os desafios das sociedades contemporâneas*. Porto Alegre: Ed UFRGS, 1994, p. 4.

<sup>5</sup> KUSCHINIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. *As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 13, nº 24, 1999, p. 230.

históricos e sociais; fruto das tradições e representações das instituições políticas e sociais de cada lugar.

Como bem observa Almond, o conceito de cultura política estava delimitado às disposições dos cidadãos em relação aos assuntos políticos: “*O termo ‘cultura política’ referia-se às orientações especificamente políticas, às atitudes com respeito ao aparelho político, suas diversas partes e o papel dos cidadãos na vida pública*”.<sup>6</sup> Através desse conceito, pretendia-se o afastamento das explicações mais em voga da ciência política naquela época, ainda presas às origens judicialistas da disciplina e marcadas por uma forte ênfase no estudo das instituições políticas. Por extensão, pretendia-se chegar à caracterização daquilo que seria a cultura política de uma nação, definida pelo mesmo autor como “*(...) a distribuição particular de padrões de orientação política com respeito a objetos políticos entre os membros da nação*”.<sup>7</sup> A partir de então, a ciência política se aproximava das correntes sociológicas e do comportamentalismo dentro das perspectivas pós-positivista e pós-behaviorista.<sup>8</sup>

Os trabalhos sobre cultura política nesse momento centravam-se, sobretudo, na problemática da estabilidade democrática dos países e no exame das condições culturais para o estabelecimento da democracia, esta “*(...) entendida como o sistema norte-americano, em contraposição ao socialismo soviético*”.<sup>9</sup> Essa nova perspectiva de análise sobre a cultura política, mais sistemática em relação à abordagem teórica e ao instrumental metodológico, possibilitou o despontar de uma nova área de estudo na ciência política: os estudos empíricos de política comparada.

Numa época marcada pela ascensão dos EUA, que assumiam sua posição hegemônica de modelo político para o mundo, e pelo choque da humanidade frente às consequências dos regimes autoritários e da II Guerra Mundial, os limites entre os conceitos de cultura política confundem-se com os de cultura cívica. A influência do contexto gerou uma relação entre “cultura cívica” e democracia, por meio do conceito de cultura política, em que a principal idéia defendida era a de que a cultura cívica, como uma forma específica de cultura política, estaria mais propensa ao surgimento e ao desenvolvimento estável de regimes democráticos. Os teóricos da política comparada

---

<sup>6</sup> ALMOND, G. “The Intellectual History of the Civic Culture Concept”. In: ALMOND, G. & VERBA, S. *The Civic culture revisited*. Newbury Park: Sage, 1980, p. 1-32; p. 12.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 13.

<sup>8</sup> MALTEZ, Adelino. *Op. Cit.*, p. 9.

<sup>9</sup> CASTRO, H. C. O. *Democracia e mudanças econômicas no Brasil, Argentina e Chile: um estudo comparativo de cultura política*. 2000. 172 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [2000], p. 17.

analisaram o desenvolvimento da política como um processo linear, considerando fases que teriam um fim político ocidentalizado no capitalismo e na democracia, num momento oportuno para a consolidação das democracias liberais, então praticadas nos EUA e nos países europeus.

Para demonstrar isso, Almond e Verba realizaram um estudo em cinco países, identificando elementos específicos de cultura política que seriam combinações distintas de três “tipos puros”: a cultura paroquial, a cultura súdita e a cultura participativa. Tais orientações seriam avaliadas a partir de diferentes fatores políticos, que iriam desde sentimentos mais genéricos, passando por processos políticos e administrativos, chegando até o papel do indivíduo.

Conhecida como a corrente “desenvolvimentista” dos estudos políticos, a pesquisa de Almond e Verba considerava a possibilidade de haver etapas ou níveis no desenvolvimento político, desde uma “cultura paroquial”, característica de estruturas políticas tradicionais, passando por uma “cultura súdita”, própria de estruturas políticas autoritárias, até se tornar uma “cultura ativa”, característica de estruturas liberal-democráticas. Tal diferenciação gerou grande polêmica, pois a relação de causalidade entre cultura e estrutura política estabelecia a existência de uma democracia estável ou não, em determinada sociedade, que estaria condicionada pela sustentação de uma cultura cívica: “(...) *em geral, culturas paroquial, súdita ou participante seriam mais congruentes, respectivamente, com uma estrutura política tradicional, com uma estrutura autoritária centralizada e com uma estrutura política democrática*”.<sup>10</sup>

O arranjo mais adequado ao surgimento e à manutenção estável de um regime democrático estaria na combinação denominada de cultura cívica, cujos representantes empíricos mais próximos seriam os Estados Unidos e o Reino Unido. Em 1970, Almond distinguiu quatro tipos de sistemas políticos com base na qualidade da cultura política: os sistemas anglo-americanos, os continentais, os pré-industriais e os totalitários.<sup>11</sup> Nesse período, ou seja, por volta da década de 1960, até meados da década de 1970, são claramente delineadas as linhas fundamentais ao longo das quais viria a seguir a ciência política: de um lado, a modernização e o desenvolvimento político, de outro, o empirismo da política comparada.

Após a publicação pioneira, diversos autores passaram a adotar a cultura política como um referencial teórico e metodológico para o estudo de fenômenos políticos. No

---

<sup>10</sup> ALMOND, G. *Op. Cit.*, p. 20.

<sup>11</sup> PASQUINO, Gianfranco. *Op. Cit.*, p. 21.



entanto, esse crescimento do campo também foi acompanhado por uma forte onda de críticas, conforme afirma Castro:

A principal e mais séria crítica diz respeito aos pressupostos da obra *The Civic Culture*, ou seja, a postulação de um determinado tipo de cultura política como requisito necessário e absoluto para a constituição e consolidação da democracia, no caso, a cultura cívica existente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha.<sup>12</sup>

Resultantes dessa formulação, as críticas se concentraram no caráter etnocêntrico do estudo em questão e acabaram por desqualificar o trabalho como um todo. O grande mérito da obra consistia na proposta de examinar as atitudes e as orientações individuais como parte do arcabouço de explicação dos fenômenos políticos, ainda que voltando suas atenções para a defesa de uma determinada cultura como a mais apropriada ao regime democrático.

Devido ao sentido teleológico, esse padrão de pesquisa acabou sendo considerado prejudicial e limitado por seu viés generalista e reducionista. A crítica central à tradição dos estudos de cultura política incidia sobre certo caráter determinista culturalista implícito nas hipóteses originais de estudo, visto que, inicialmente, acreditava-se na existência de uma cultura política nacional, própria de cada povo, que era transmitida como legado de geração em geração, e numa hierarquia das culturas políticas nacionais, que se alinhariam com as normas e valores das democracias liberais do ocidente. O conceito de cultura política está entendido, em *The civic culture: political attitudes and democracy in Five countries*, como uma variável independente de qualquer outro fator e esta opção metodológica. Como afirma Moisés, implicou tratar a cultura política “(...) como um *deus ex machina*, isto é, como se a existência de valores políticos pudesse ocorrer sem a necessidade de identificarem-se as suas causas”.<sup>13</sup>

Apesar de seguidas críticas, o interesse sobre o tema ressurgiu na década de 1980, numa perspectiva que buscava afastar-se da noção de cultura cívica. Alguns autores trabalharam esse conceito focando a relação entre identidades sociais e políticas. Eckstein, por exemplo, tentou relacionar a mudança política com a cultura, desfazendo a noção “vaga” de cultura e distinguindo atitudes políticas de orientações culturais. Trabalhos posteriores, como os de Inglehart, Putnam e Pharr, defenderam uma abordagem para a cultura política como instrumental analítico para pesquisar as crenças, os valores legítimos dos diferentes conjuntos existentes nas sociedades. Na mesma

---

<sup>12</sup> CASTRO, H. C. O. *Op. Cit.*, p. 39.

<sup>13</sup> MOISÉS, J. A. *Os brasileiros e a democracia*. São Paulo: Ática, 1995, p. 93.

direção, Lane propunha o uso da categoria de cultura política não como um esquema classificatório, “(...) *mas como um método de análise de certo grupo, tentando articular um modelo de interpretação da sua rede de crenças*”.<sup>14</sup>

Mais recentemente, certo número de politólogos tem procurado mostrar a importância da cultura política contra as abordagens atualmente correntes em termos da escolha racional.<sup>15</sup> Outros ainda têm tentando conciliar a pesquisa antropológica com o quadro construtivista utilizado na ciência política contemporânea.<sup>16</sup> De qualquer modo, nas décadas de 1980 e 1990, a incidência maior de trabalhos de ciência política recaiu sobre a problemática dos processos de transição dos regimes autoritários, totalitários e pós-totalitários para regimes democráticos, um setor de grande interesse analítico e político, com contributos por vezes esclarecedores, como O'Donnell, Schmitter e Whitehead (1986); Gunther, Diamandourous e Puhle (1995); Linz e Stepan (1996); Rose, Misher e Haerpfer (1998).

Deve-se ter em vista que é inerente a toda a ciência, independente do ramo a qual pertence, passar por marchas de construção e reconstrução de suas bases; teorias, abordagens e métodos que evidenciam as transformações e anseios humanos ao longo do tempo. De acordo com Pasquino:

(...) como fez notar recentemente com alguma amargura o próprio Almond (1990), nem mesmo as teorizações mais originais deviam deixar de reconhecer os méritos dos precursores, de se confrontar com as teorias que as precedem e de aspirar ao crescimento da ciência política por meio de um processo de crítica e revisão, que não de esquecimento, de tudo quanto foi anteriormente feito e escrito.<sup>17</sup>

No campo da história, de acordo com Rioux e Sirinelli, o emprego do conceito de cultura política registrou-se concomitantemente com a renovação da história política, empreendida por René Remond junto à Universidade de Paris X-Nanterre e o Instituto de Estudos Políticos de Paris, em meados do século XX.

---

<sup>14</sup> RENNÓ, L. “Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes”. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 45, p. 71-92, 1º semestre de 1998, p. 86.

<sup>15</sup> A teoria da escolha racional entrou na Ciência Política a partir da Economia, como resultado dos trabalhos pioneiros de Anthony Downs, James Buchanan, Gordon Tullock, George Stigler e Mancur Olson. Embora esses autores tenham discordado em inúmeros aspectos entre si, todos adotaram uma interpretação particularmente materialista da teoria da escolha racional. Para eles, os agentes sociais estariam interessados na maximização da riqueza, de votos, ou de outras dimensões mais ou menos mensuráveis em termos de quantidades e sujeitas a constrangimentos de recursos materiais. FEREJOHN, John; PASQUALE, Pasquino. “A teoria da escolha racional na Ciência Política: Conceitos de racionalidade em teoria política”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 16 nº 45 fevereiro/2001.

<sup>16</sup> Inúmeros trabalhos aliam métodos da antropologia, como o survey, para uma espécie de pesquisa de campo junto ao quadro das teorias construtivistas que sustentam às evidências empíricas.

<sup>17</sup> PASQUINO, Gianfranco. *Op. Cit.*, p. 25.

Com efeito, é no quadro da investigação, pelos historiadores do político no decorrer da história, que o fenómeno da cultura política surgiu oferecendo uma resposta mais satisfatória do que qualquer das propostas até então, quer se tratasse da tese marxista da explicação determinista pela sociologia, da tese idealista pela adesão a uma doutrina política, ou de múltiplas teses avançadas pelos sociólogos do comportamento e mesmo pelos psicanalistas.<sup>18</sup>

A recente retomada historiográfica do político apoiou-se em matrizes antropológicas e manteve troca incessante com as demais ciências sociais, em particular a sociologia histórica compreensiva de Max Weber, George Simmel e Alfred Schutz. Foi feita uma releitura dos termos clássicos do vocabulário sociológico em meio à afirmação da história cultural, que buscava reconsiderar as noções fundamentais de sua base analítica. O encontro entre história e cultura política aconteceu quando os estudos históricos passaram a considerar cada vez mais as individualidades, revendo os conceitos macro-sociológicos e seus possíveis determinismos.

Segundo Pasquino, o distanciamento entre história política e ciência política se teria dado quando:

Uma primeira ruptura epistemológica ocorreu, provavelmente, com Maquiavel, quando este fez referência à história, mas também à observação direta, declarando em particular que pretendia descrever o mais objetivamente possível a ‘realidade efetiva’. Desde então, muitos estudiosos seguiram Maquiavel utilizando o método da observação: é a clássica análise da democracia na América feita por Tocqueville. Mas não será por isto que a história irá perder o seu papel de fonte privilegiada de material sobre o qual se fundam generalizações e teorias.<sup>19</sup>

Por razões ligadas à gênese e à identidade, a ciência política teve certa relutância em elaborar caminhos por onde os fatores culturais fossem suficientemente demarcados para propor conceituações e efetivas hipóteses de teste, pois as análises culturais eram vistas como teorizações “*softs*” e insuficientes que ofereciam riscos às pretensões científicas da disciplina. Assim, dentro da grande teoria em que a ciência política se moldava, a cultura era tratada como uma categoria residual, por ser considerada de natureza subjetiva e propensa a certa indefinição frente a esquemas e quadros de medição e operacionalização.

Broadly, our discipline has used one of two strategies to with culture. On the one hand it has sought to conceptualize “political culture”, a concept that suggests a double agenda: identifying those cultural factors, or political “values”, that most directly influence political behavior and development and

---

<sup>18</sup> RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349.

<sup>19</sup> PASQUINO, Gianfranco. *Op. Cit.*, p. 14.

studying the processes of socialization that result in certain forms of political dynamics.<sup>20</sup>

Na prática, a ciência política negligenciou aspectos históricos e antropológicos ao empregar a noção de cultura política a fim de satisfazer critérios rígidos, tais como: ser relevante para o estudo político das modernas sociedades ocidentais industrializadas e se relacionar causalmente com a teoria grande geral implantada, que na maioria dos casos exigia que o conceito fosse significativo para a compreensão do desenvolvimento político ocidental.

Reavaliando o uso da cultura nas análises políticas, Patrick Chabal e Jean-Pascal Daloz, em *Culture Troubles: Politics and the Interpretation of Meaning*,<sup>21</sup> revisitaram o conceito de cultura na incorporação teórica da ciência política. Defenderam que aquela somente poderia ser entendida se examinada como um ambiente, um cenário em constante movimento no qual o comportamento humano segue uma série de recursos particulares, contraditórios e heterodoxos. Nas palavras dos autores:

Our view is that culture is not merely an additional dimension of politics that requires attention. It is quite simply one of the key fundamentals of social life, the matrix within which that which we understand as political action takes place. In other words, the field of politics itself has to be examined within its appropriate cultural milieu, as it were. Far from being a residual category, culture is in some sense that which constitutes the coordinates, the mapping, or the very blueprint of politics.<sup>22</sup>

No interior de uma comunidade existe uma pluralidade de culturas políticas, com zonas de intersecção que equivalem a valores compartilhados. Uma cultura política predominante se mostra ampla em sua área de valores partilhados e bastante segura para refletir a maior parte das outras culturas políticas da ocasião, tanto em oposição quanto em comunhão. Essa interpenetração entre culturas políticas distintas em suas origens indica que, longe de constituir uma marcha, sinônimo de tradição política, vivencia-se um fenômeno evolutivo que corresponde a um dado momento, reconhecível na história por seu aparecimento, composição e evolução. Sobre a relação entre cultura e política, Geertz ressalta:

Na corrente de acontecimentos que formam a vida política e a teia de crenças que a cultura abarca é difícil encontrar um meio-termo. De um lado, tudo parece um amontoado de esquemas e surpresas: de outro, uma vasta geometria de julgamentos estabelecidos. É extremamente obscuro o que une esse caos de incidentes a esse cosmos de sentimentos, e como formulá-lo

---

<sup>20</sup> CHABAL, Patrick & DALOZ, Jean-Pascal. *Culture Troubles: Politics and the Interpretation of Meaning*. Chicago: University of Chicago Press, 2006, p. 10.

<sup>21</sup> *Ibidem*.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 21.

torna-se ainda mais obscuro. Acima de tudo, o que a tentativa de ligar a política à cultura precisa é de uma perspectiva menos ansiosa da primeira e uma perspectiva menos estética da última.<sup>23</sup>

É importante recordar que a ciência política em Portugal procede, em certa medida, dos estudos científicos do ambiente da política colonial ultramarina com elementos importados do realismo norte-americano acoplados à metodologia luso-tropicalista de Gilberto Freyre,<sup>24</sup> necessária ao contexto e à realidade colonial portuguesa frente à conjuntura internacional. Os conceitos operacionais da ciência política norte-americana europeizaram-se por influência da filosofia reflexiva das escolas politológicas francesas. Em terras lusitanas, os primeiros sinais da ciência política foram marcados pela preocupação com a política internacional e com a política colonial ultramarina<sup>25</sup> no que tange ao poder político, como afirma Adriano Moreira, *sempre marcado pelo objetivo estratégico das forças em conflito*.<sup>26</sup>

(...) a política externa portuguesa sempre foi essencialmente determinada pela política colonial, dado que, para esta poder estabelecer-se, importava um conhecimento e uma reflexão sobre os fatores políticos da conjuntura internacional, com a análise das doutrinas e métodos de governo e estudo das tendências internacionais (...) a política ultramarina necessitava de socorrer-se dos métodos da política internacional, praticando a análise a partir das relações de poder (power politics), o estudo das constantes do comportamento (behavioral methods) e recorrendo àquilo que os mesmos autores consideravam como as técnicas da ciência política.<sup>27</sup>

Os ventos da história da descolonização portuguesa e da terceira “onda” de democratizações, que então incluiu Portugal e Brasil, implicaram efeitos não somente no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, como era inevitável. O surgimento da ciência política em Portugal revela peculiaridades específicas de uma cultura política enraizada nos valores e sentimentos que traduzem a existência histórica de um povo que encontrou no luso-tropicalismo sua maior expressão e fonte de ligação como outras culturas políticas.

Entendendo como Geertz ao afirmar que “*culture, here, is not cults and customs, but the structures of meaning through which men give shape to their experience; and politics is not coups and constitutions, but one of the principal arenas in which such*

---

<sup>23</sup> GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989, p. 206.

<sup>24</sup> MALTEZ, Adelino. *Op. Cit.*, p. 82.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 84.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 111.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 85.

*structures publicly unfold*”,<sup>28</sup> a cultura política dever ser percebida como uma construção histórica que se adapta e se transforma em sintonia tanto com os acontecimentos, quanto com as atitudes dos indivíduos e dos grupos, cujos objetivos ela define e redefine. A cultura política compõe-se não só pelas tradições e crenças que fundamentam as práticas possíveis no interior de um sistema político, mas abrange também o imaginário que assegura a identidade e delimita as fronteiras da comunidade a que pertence certo grupo, legitimando e desqualificando tanto as suas reivindicações quanto os seus simbolismos, por meio dos quais exprimem seus valores e reforçam seus vínculos.

A cultura política abarca as representações que ligam politicamente um grupo de pessoas a uma visão comum do passado. Ao mesmo tempo, projeta noções compartilhadas sobre o presente e o futuro, fornecendo os elementos que justificam os processos institucionais e as estratégias adotadas para a renovação e para a contestação política, em que se fixam culturalmente os referenciais e os significados dos termos que determinam as características dessa mesma cultura política.<sup>29</sup> Assumindo-se, por conseguinte, tal perspectiva, a análise da cultura política – concebida como o conjunto das práticas políticas e culturais de um determinado grupo em um momento histórico específico – possibilita distinguir os interesses e os propósitos políticos que se estruturam no seu interior.

Apesar de aparentemente óbvio, o conceito de cultura política é o que melhor traduz a ligação inseparável entre cultura e política. Seguindo essa breve reavaliação sobre as origens da ciência política e a utilização do conceito de cultura política, buscar-se-á definir as referências teóricas e metodológicas interdisciplinares que melhor direcionarão a análise da temática do presente trabalho, tendo em vista uma sólida pesquisa histórica e o uso de fundamentos de outras ciências sociais de apropriada relevância. O exercício é tão somente, portanto, uma tentativa de tomar exemplos que encaminhem as reflexões acerca da cultura com a ciência política, não se pretendendo traçar fronteiras rígidas e intransponíveis.

---

<sup>28</sup> GEERTZ, apud CHABAL, Patrick e DALOZ, Jean-Pascal. *Culture Troubles: Politics and the Interpretation of Meaning*. Chicago: University of Chicago Press, 2006. p. 25.

<sup>29</sup> SIRINELLI, Jean-François. “De la demeure à l’agora. Pour une histoire culturelle du politique”. In: BERNSTEIN, Serge & MILZA, Pierre (dir.). *Axes et méthodes de l’histoire politique*. Paris: PUF, 1998, p. 391

## I. 2 – Possíveis Diálogos e Pontes Teóricas

Como a mais antiga e a mais recente das ciências do homem,<sup>30</sup> a ciência política dispõe, por um lado, de um vigoroso instinto de defesa, e por outro, ambiciona novas fronteiras.<sup>31</sup> Segundo José Adelino Maltez,

A ciência política como ciência cultural, antes de inventar novas palavras e novos conceitos, deve ter humildade e o sentido realista de recolher os símbolos existentes. Conforme as palavras de Eric Voegelin, começa inevitavelmente a partir do rico conjunto de auto-interpretações da sociedade e prossegue através do esclarecimento crítico dos símbolos sociais preexistentes.<sup>32</sup>

De maneira tocante, as pesquisas antropológicas sobre cultura, por seus esforços de releitura do conceito em análises políticas e sociais, marcaram as ciências sociais no decorrer do século XX, acarretando inovações profundas nos temas e nas escolhas teóricas e metodológicas.

Patrick Chabal e Jean-Pascal Daloz,<sup>33</sup> ambos ancorados na antropologia interpretativa de Geertz, propuseram, em seus trabalhos de política comparada, caminhos diferenciados para o estudo da cultura política. Assumiu-se o conceito como um sistema de significados essencialmente semiótico, e não primariamente como valores que podiam ser classificados em relação a outros. Para os autores, Geertz, assim como Max Weber, acreditava que o homem é um animal preso às teias de significado que ele mesmo teceu a partir da sua apreciação e que só poderiam ser identificadas por intermédio de uma ciência interpretativa ou compreensiva.<sup>34</sup> Os seres humanos, desde o nascimento, herdariam códigos culturais que seriam relevantes à sua existência e seriam transmitidos aos seus descendentes. A defesa por uma abordagem semiótica está alicerçada na possibilidade de decifrar os códigos ou “teias de significado”, como Geertz assinalou, e não como “*uma ciência experimental em busca de lei, mas uma interpretação em busca de significado*”.<sup>35</sup>

Interpretation, therefore, is far from arbitrary. It is, we would argue, scientific, in that it requires a systematic approach: the discipline use of theories and concepts as instruments for the ‘translation’ of the material to hand. Hence the ‘art’ of interpretation is for us based on clearly identifiable methods, which can be explained and, more importantly, replicated. The way(s) in which those methods are applied, on the other hand, ought to be

---

<sup>30</sup> MALTEZ, Adelino. *Op. Cit.*, p. 100.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 108.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 34.

<sup>33</sup> CHABAL, Patrick & DALOZ, Jean-Pascal. *Op. Cit.*, p. 24 e 34.

<sup>34</sup> GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989, p.15.

<sup>35</sup> CHABAL, Patrick & DALOZ, Jean-Pascal. *Op. Cit.*, p. 86.

determined by the contextual factors most relevant to the case studies under examination.<sup>36</sup>

Considerando que o modelo Geertziano percebe a cultura como estruturas de significado socialmente estabelecidas, entrelaçadas em signos de sentidos ou de símbolos interpretáveis em suas circunstancialidades, a cultura é vista como um conjunto de formas simbólicas. Através do isolamento dos seus elementos, especificando suas relações internas e caracterizando o todo de forma geral, seria possível identificar, além dos símbolos básicos em torno dos quais a cultura é enraizada e organizada, as estruturas as quais subordina e os princípios ideológicos profundos nos quais está arraigada.

E nesse aspecto, a política ocupa lugar central. Trata-se de um *locus* privilegiado que permite identificar como as idéias, os significados, os símbolos, ou seja, como a maneira pela qual a cultura e suas manifestações se adéquam e se transformam em determinados mecanismos de poder na sociedade. Com efeito, o político “(...) *é sempre o reflexo de uma imagem que a sociedade faz de si mesma*”,<sup>37</sup> preso a uma rede cultural de convenções e representações onde, “*como salienta Lévi-Strauss, os símbolos podem ser mais reais do que aquilo que simbolizam*”.<sup>38</sup>

Em consonância com tais pressupostos, Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli, em *Para uma História Cultural*,<sup>39</sup> trazem uma reflexão acerca da cultura política e de seus objetos. Acreditando que toda cultura é a cultura de um grupo, pela historicidade e complexidade de sua formação, a cultura política, assim como a própria cultura, se expressa pela leitura individual, compartilhada e evolutiva da realidade coletiva. Por isso, as produções simbólicas dos grupos demonstram discursos que difundem temas, modelos e modos de raciocínio que tornam a sociedade sensível à recepção de idéias e à adoção de comportamentos convenientes, que, pela prática social, acabam por ser interiorizados culturalmente.

Nessa senda, abandonando a dicotomia de análise entre sociedades modernas e tradicionais, sustenta-se, no presente trabalho, que a cultura política reflete de forma obliqua e indireta a tradição de um grupo. Discerni-la, portanto, tende a ser muito mais um ato interpretativo/compreensivo de seus sintomas do que a reconstituição classificatória de suas causas. As estruturas culturais anunciadas na política são

---

<sup>36</sup> Ver CHABAL, Patrick & DALOZ, Jean-Pascal. *Op. Cit.*, p. 31.

<sup>37</sup> MALTEZ, Adelino. *Op. Cit.*, p. 39.

<sup>38</sup> *Idem.*

<sup>39</sup> RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Op. Cit.*



influentes na medida em que podem, a depender de sua fundamentação sociológica, da coerência interna, da plausibilidade retórica e do apelo estético, num sentido intelectual, sobreviver aos acontecimentos conjunturais

Isto posto, busca-se uma nova abordagem, baseada nas relações entre história, arranjo cultural e ação política, a fim de verificar como a cultura política luso-brasileira, através da noção de luso-tropicalismo, encontrou mecanismos para se ajustar e adaptar aos reveses do tempo. Embora tenha servido como argumento ao regime salazarista para legitimar a permanência de Portugal no ultramar, o luso-tropicalismo assegurou sua “sobrevivência” ao se impor num plano “extra-colonial”, visto que, mesmo no período desagregador pós-guerra fria, continuou a oferecer uma representação essencial que penetrou a tradição política e cultural luso-brasileira.

Se por um lado o luso-tropicalismo perdeu expressão ideológica e credibilidade no campo científico, por outro, de alguma forma, contribuiu decisivamente para a formação da auto-imagem em que Brasil e Portugal melhor se revêem e se projetam. Mais do que uma teoria sobre a relação entre Portugal e os trópicos, o luso-tropicalismo constitui, de fato, nos respectivos imaginários nacionais, a experiência de Portugal no mundo e a originalidade e a legitimidade da nação brasileira. A tese formulada por Gilberto Freyre toca de forma íntima as identidades nacionais dos dois países e lhes confere singularidade frente aos panoramas internacionais.

(...) os membros de cada sociedade conferem significado à estrutura a que pertencem, às suas relações internas e com outras comunidades e ao facto global da sua permanência, ou com aquilo que, para o mesmo autor, são as sociedades que se auto-interpretam como um pequeno mundo (kósmion), ao atribuírem um significado à sua existência.<sup>40</sup>

O conceito de tradição, junto às discussões em torno de memória ou consciência social, pode ser compreendido como capital cultural ou simbólico de reprodução cultural.<sup>41</sup> As identidades e os consensos se estabelecem e se solidificam numa dinâmica de internalização de memória coletiva e individual, cuja proporção demonstra ser inexaurível. Em sua longa duração, a cultura política reflete as especificidades e as contradições dos movimentos sociais e políticos em seus aspectos simbólicos de adesão e rejeição a determinados projetos de poder e autoridade política que caracterizam uma visão ou imaginário do mundo.

---

<sup>40</sup> MALTEZ, Adelino. *Op. Cit.*, p. 46.

<sup>41</sup> Ver BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas. Sobre a teoria da ação*. 6ª ed., São Paulo: Papirus, 2005.

Dessa maneira, a noção de imaginário liga-se ao termo memória social, sendo este entendido não só como um sistema de armazenamento de imagens, mas também como uma ação daquele que recorda. Afinal, memória pressupõe esquecimento, numa sequência de restabelecimento ativo de retenção, reordenação e supressão, dentro de um movimento fluido e flexível de rede de idéias.<sup>42</sup>

A memória social é uma rede de idéias constituída por imagens, palavras, sons e narrativas donde resulta uma particular composição e uma estrutura própria. Uma história é uma espécie de contentor natural da memória, uma maneira de sequenciar um conjunto de imagens, através de conexões lógicas e semânticas. A memória tem uma simplicidade de sintática própria para a transmissão oral que implica um pré-conhecimento tradicional da ação das personagens. Tem um determinado contexto narrativo. A memória utiliza a intuição do enredo, porque é também uma busca ativa de significado. Esta é a razão por que ao difundir-se também se altera.<sup>43</sup>

De modo inegável, o luso-tropicalismo liga-se à traumática história do colonialismo português no século XX, marcada pela evidente polarização ideológica dos que se alinhavam ao regime instituído pelo Estado Novo Português. Resistia-se às transformações e insistia-se na realidade pluricontinental e multirracial da nação lusíada. Aqueles que se opunham à ditadura fascista e colonialista existente em Portugal e em suas colônias, fortalecidos pela eclosão dos movimentos de libertação nacional da década de 1960, procuravam denunciar a falácia de um colonialismo de cinco séculos e a suposta continuidade espiritual existente entre a metrópole e os territórios ultramarinos. Por isso, o luso-tropicalismo passou por ocasiões de fortes críticas e de descrédito. Paradoxalmente, contudo, demonstrou-se de certa maneira sempre presente como uma teoria, em si independente, que ilustra e satisfaz recorrentemente as representações culturais necessárias que mantêm as relações entre Brasil, Portugal e o espaço atlântico.

Conforme aponta o historiador Roger Chartier, a cultura política se insere num âmbito de concorrências e competições que são verdadeiras lutas de representações, cujo desafio concentra-se na obtenção de poder e dominação. Dessa forma, inúmeras apropriações simbólicas são lançadas e testadas de acordo com os interesses sociais, com as imposições, as resistências políticas, as motivações e as necessidades que se confrontam no terreno político. Neste ponto, considerar-se-á a esfera do imaginário como um universo complexo e interativo que abrange a produção, a circulação e a

---

<sup>42</sup> SARMENTO, Cristina Montalvão. *Os Guardiões dos Sonhos: Teorias e Práticas Políticas dos Anos 60*. Lisboa: Colibri, 2008, p. 71.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 71.

recepção de imagens e idéias mentais e verbais, num repertório político e social que atinge níveis diversificados de construção de representatividades.<sup>44</sup>

O circuito do imaginário político forma-se lentamente a partir de longas permanências e ocorrências políticas que encontram conexão mais diretamente nos modos automáticos de pensar e sentir relacionados aos mitos e às visões culturais de mundo – ou das mentalidades, como dizem os historiadores que enfocam essa perspectiva social. Tal arcabouço de idéias, presente nas sociedades e em corrente movimentação, regula o cotidiano em suas várias geometrias de relações humanas, por espelhar a realidade histórica e mítica do percurso existencial que um grupo faz de si mesmo.

As fórmulas políticas, reguladas interiormente por mudanças operadas em seus pressupostos, assumem um lugar autônomo no plano da cultura, orientando a mutação, o avanço e a harmonização de novos conceitos proeminentes. São o resultado de um impacto mais vasto, que pode estar relacionado com aspectos de conjuntura política e econômica que envolvem toda cultura em correlação com as outras culturas externas dominantes em voga. As idéias funcionam numa marcha constante de interpenetração e de arrumação político-cultural<sup>45</sup> que condiciona a evolução da cultura política. E nesse sentido, o luso-tropicalismo se insere em nas reflexões desenvolvidas no presente trabalho, ao levar em consideração esse exercício voluntário e obrigatório da cultura política na formação e reformulação das idéias políticas, já que sempre serviu como estrutura para um imaginário e linguagem confluyente entre Brasil e Portugal.

Somente pelo desvendamento político pode-se desmascarar o apelo à legitimidade política de um novo discurso político, seus motivos inconscientes, as idéias subentendidas em seus argumentos teóricos que ecoam a vivência de um grupo e as suas aspirações culturais. Na cultura política, encontra-se o ponto em que a cultura se manifesta em forma de discursos políticos legitimadores. A partir destes, o valor das idéias e sua atuação na edificação de novas demandas e respostas sociais encontram seu reduto nas organizações que visam a esmerá-las, legitimá-las e colocá-las em prática como forma de pensamentos com interesse de correlação comum e consensual e que se projetam. Assim, as instituições e suas atividades intelectuais manejam os efeitos e desenham os fins que as idéias representam.

---

<sup>44</sup> Ver CHARTIER, Roger. “Por uma sociologia histórica das práticas culturais”. In: *A História Cultural – entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

<sup>45</sup> SARMENTO, Cristina Montalvão. *Op. Cit.*, p. 84.

A análise política para conhecer os processos políticos, (constituídos pelo conjunto dos meios institucionalizados e ritualizados pelos quais uma sociedade reestrutura constantemente, pela confirmação ou pela contestação, a hierarquia dos interesses e dos valores que a identificam como uma sociedade específica, na medida em que estão estes processos que dão forma e vida aos aspectos culturais dinâmicos de integração e conflito, de homogeneidade e heterogeneidade), necessita assumir a importância dos processos simbólicos e míticos na exteriorização das práticas sociais ritualizadas, referentes ao saber e ao saber-fazer de qualquer cultura e sociedade.<sup>46</sup>

Na verdade, entre um programa político e a situação que lhe permite origem existe sempre uma distância considerável, já que se passa do domínio do concreto para o domínio do discurso – que comporta uma gama de idéias e uma linguagem codificada. O discurso torna-se uma fonte rica para o estudo do fenómeno da cultura política, pois no espaço entre o problema e o discurso situa-se a mediação política. Palco das forças políticas, o discurso tem como uma de suas funções primordiais articular, na linguagem que lhe é própria, necessidades e expectativas de uma comunidade. A mediação política funciona como uma espécie de tradução, que exhibe maior ou menor fidelidade ao modelo que se pretende exprimir. É precisamente nesse espaço que o politólogo deve tentar perceber a distância fundamental entre a realidade e o discurso.

Pode-se, assim, demarcar de forma antecipada as décadas de 1930, 1950, 1970 e 1990 como referências que exemplificam muito claramente impactos sensíveis nas memórias e imaginários políticos de Brasil e Portugal. Os debates e discursos gerados pelas diversas leituras, as utilizações e os resgates do luso-tropicalismo, suas evoluções e seus pontos de convergência num passado compartilhado entre Portugal e Brasil sempre se mostraram fundamentais para as suas bases políticas.

Os momentos selecionados foram marcos de consciência histórica na medida em que ambos os países deram ensejo a esforços de reflexão em torno do discurso de sua história comum e de suas relações políticas específicas e primordiais. Buscava-se, durante todo esse tempo, a institucionalização de uma comunidade transnacional que desse corpo à unidade lusófona no mundo e que ecoaria o luso-tropicalismo revestido de novas tendências políticas. Isto permite afirmar que não existe política sem alusão a uma cultura e a um determinado horizonte de valores, pois “(...) *a constituição da população brasileira baseada no trinômio português, índio, negro, abrange mais de*

---

<sup>46</sup> SARMENTO, Cristina Montalvão. *Op. Cit.*, p. 143.

*três séculos: de 1500 a 1870. Cria-se, assim, desde o século XVI, um caldeamento étnico e, mais importante, um perfil cultural que se pode definir luso-brasileiro*".<sup>47</sup>

Para se desenvolver, no interior da ciência política, a evolução temporal da política e a sua validade contemporânea, é necessário ater-se à dimensão histórica dos processos de construção social e cultural da realidade e às identificações imaginárias legítimas e institucionais que dão sentido à imagem política e cultural de uma sociedade ou grupo. A concepção antropológica de Geertz oferece boas noções. Ao se debruçar sobre a cultura, contudo, deve-se recorrer à história e a suas ferramentas com o intuito de dar sentido ao passado e de tornar o presente mais inteligível.

Nessa osmose de campos – em que se pretende revelar a cultura política luso-brasileira por meio do luso-tropicalismo nos domínios das idéias, representações, símbolos e imaginários – a análise de discurso, de suas repercussões político-culturais na opinião pública e das instituições que o sustentam, mostra-se útil ao desenvolvimento da problemática deste trabalho. Imaginários, representações e discursos estabelecem estreitas junções, entre si e com o meio político. Tentar perceber a relação entre as categorias reais da sociedade e a instrumentalização de recursos simbólicos como fonte de legitimação constitui um importante passo para elucidação da arquitetura do poder.

Nessa perspectiva, lançar-se-á mão da história das idéias políticas para estabelecer íntima conexão entre o passado e o presente mediante a conjugação das permanências e transformações enquanto elementos inerentes a um mesmo devir.<sup>48</sup> A história das idéias políticas detecta as idéias e a cultura política, compreendendo as concepções que englobam os respectivos acontecimentos, factuais e intelectuais. A ligação entre cultura e política através história das idéias centra-se nas idéias culturalmente aceitas e dinâmicas, suas utilizações e atualizações políticas. Desse modo, as tradicionais indagações acerca da “natureza política” tendem a ser substituídas por outras relacionadas à “significância das idéias políticas”, como estas se articulam umas as outras, são transmitidas e recebidas, num processo mais geral de produção de sentido.

O tempo e seus desdobramentos contínuos e descontínuos demonstram a coerência da própria noção de idéia, pois as idéias têm história, na medida em que suas formulações e sentidos variam. Os conceitos, ao contrário, ajustam-se à definição mais

---

<sup>47</sup> MEDINA, Cremilda & MEDINA, Sinval. *Diálogo Portugal-Brasil século XXI: novas realidades, novos paradigmas*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008, p. 62.

<sup>48</sup> Ver CASTRO, Zília Osório de. "Da História das Idéias a História das Idéias Políticas". In: *Revista de História e Teoria das Ideias*, II Série, Vol. VIII, Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa [CHC-UNL], 1996, p. 11-21.

abstrata a que correspondem os seus sentidos, sendo função das idéias estimular contradições que levem a questionar a pertinência ou a adequação que o conceito implica e podem ser pensadas naquele período.

Considerar a idéia como atualização do conceito significa, tão só, situá-la no devir histórico, ressaltando a relação que se vai estabelecendo entre a definição (identificadora) e o definido (identificável), decorrente da evolução do homem como ser pensante e sua adaptação às mutações circunstanciais.<sup>49</sup>

Tendo em vista que o que é representativo não é necessariamente dominante e que o que é dominante é representativo em múltiplas reproduções, os contextos configuram-se como dimensões transformadoras e resistentes, em que as idéias dinâmicas se tornam dominantes. As mudanças políticas podem ser entendidas como a vitória de idéias diferentes sobre as vigentes, porém as vicissitudes da aplicabilidade dessas novas idéias dependem do confronto com as dominantes e de um equilíbrio possível entre o que se altera e o que perdura. A cada época, a prevalência de certas idéias indica seu caráter operatório na conjuntura histórica e permite a inteligibilidade do todo a partir da compreensão das particularidades que o constituem, e que as idéias, de certo modo, refletem. O “mundo das idéias” conecta-se ao “mundo dos fatos”,<sup>50</sup> tendo a história das idéias políticas uma perspectiva dupla: privilegiar as idéias políticas, como expressão de permanência e de evolução.

Sem dúvida, a realidade material transforma-se com mais rapidez do que a realidade simbólica. Por essa razão, a releitura do luso-tropicalismo e sua ressignificação nos novos quadros de globalização e integração, afastando-o das cargas negativas de ideologia encomendada e forjada, não se transfigurou numa tarefa árdua empregada de cima para baixo. Pelo contrário, mostrou-se quase sempre como um impulso espontâneo de empatia e reconhecimento político e cultural que, no fundo, revelou como a tese luso-tropical se acomodou à cultura política luso-brasileira e serviu de apoio às mudanças de paradigmas das relações luso-brasileiras.

O luso-tropicalismo caracterizou de tal forma o imaginário luso-brasileiro que superou os regimes e as posições políticas e partidárias, sendo incorporado de diversas formas como fonte inesgotável de idéias políticas para os discursos e projetos das décadas chaves no século XX. Estimulava-se o sentimento de cultura que a concepção freyriana chamava de “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” e que, portanto, poderia se concretizar por meio de uma entidade supranacional após a libertação das possessões

---

<sup>49</sup> CASTRO, Zília Osório de. *Op. Cit.*, p. 14.

<sup>50</sup> *Ibidem*, p. 16.

portuguesas. De fato, esse sentimento inspirou e contribuiu para a criação institucional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Podemos perceber, como se referiu Pierre Bourdieu, que

(...) há palavras que designam instituições ou entidades colectivas que se constituem como sujeitos históricos capazes de originar e realizar os seus próprios fins. Trata-se de um método típico da filosofia teológica histórica levando a que certas tomadas de posição sobre passado radiquem frequentemente em tomadas de posição latentes sobre o presente ou, mais exatamente, contra os adversários intelectuais do presente e gerando uma ilusão retrospectiva que conduz à ilusão teleológica.<sup>51</sup>

Avançando para muito além daquilo que se encontra aparentemente exposto na superfície, uma abordagem sob a ótica da semiótica enriquece as possibilidades de tradução das idéias luso-tropicais nos contextos políticos. Essa teoria busca analisar o caminho percorrido pelo discurso até que ele receba suas interpretações finais. A cadeia de idéias complexas de um discurso; a presença de certas imagens; a predominância de certas palavras; a maneira de organizar e apresentar a narrativa; as referências intertextuais e intelectuais, sejam estas voluntárias, explícitas, implícitas ou involuntárias, podem revelar a cultura política de um grupo independente daquele que discursa. Tomam-se como referência as palavras da cientista política Cristina Sarmiento:

Importa investigar o que alguns autores americanos têm designado por belief system. Este corpo de idéias não é apenas reservado ao estudo da história das idéias políticas pois podemos considerá-las, conforme sublinhou Meynaud, como ideologia, e esta reflete um conjunto de conceitos existenciais que orientam a luta pela captura, manutenção e exercício do poder político.<sup>52</sup>

### **I. 3 – Uma Cultura Política Luso-Brasileira e o Luso-Tropicalismo.**

Ligados indelevelmente por um caráter ibérico e latino, que lhes atribui um modo único de pensar e sentir,<sup>53</sup> Portugal e Brasil desde sempre sustentaram suas relações bilaterais com base numa amizade que excedia as simples relações diplomáticas de um país para o outro. Afinal, suas relações se apóiam numa evocação mútua histórica e afetiva incomparável.

---

<sup>51</sup> MALTEZ, Adelino. *Op. Cit.* p. 41.

<sup>52</sup> POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 27 e 28.

<sup>53</sup> IBN KHALDUNI *opud* BASTOS, Élide Rugai. *Gilberto Freyre e o pensamento hispânico: entre Dom Quixote e Alonso El Bueno*. Bauru/SP: EDUSC, 2003, p. 108.

Após a união com a Espanha, em 1640, com o despertar de um sentimento nativista luso-brasileiro,<sup>54</sup> Brasil e Portugal ostentaram uma afinidade cultural, social e política inexistente nas demais áreas de exploração colonial. E, se as turbulências vividas no Velho Mundo no final do século XVIII inflamaram o separatismo da América hispânica, estimularam também a aproximação luso-brasileira, derrubando, na prática, as barreiras entre colônia e metrópole. Em 1822, como aponta Neves,

(...) na raiz da cultura política da Independência, encontrava-se a idéia de Império Luso-Brasileiro. Anunciada desde muito cedo e elaborada desde finais do século XVIII, como antídoto aos temores gerados pela independência das colônias inglesas da América e pela Revolução Francesa, essa concepção era partilhada convictamente pelas elites de ambos os lados do Atlântico.<sup>55</sup>

O processo de separação conciliatório e amigável entre Brasil e Portugal – ao contrário do restante da América e do ocorrido, posteriormente, na África portuguesa –, evidencia a essência singular das relações luso-brasileiras, visto que a monarquia continuou a estimular uma comunidade luso-brasileira. *“Ao longo de quase um século (1808-1889) os monarcas brasileiros e portugueses encarnam, com seus laços familiares, a ‘comunidade de afetos’ que liga os dois povos”*.

Tal comunidade se manteve por herança durante o século XX por meio da atuação de intelectuais, diplomatas e exilados políticos, que alimentaram este relacionamento através de um espaço público luso-brasileiro, que se constituiu nos redutos acadêmicos, nas revistas de idéias e cultura e em outros círculos de sociabilidade atlântica.<sup>56</sup> Durante os regimes republicanos, mesmo em períodos em que as relações políticas estavam enfraquecidas, a tônica a respeito dos aspectos culturais que unem os dois países foi sempre exposta, e por vezes, até mesmo idealizada na forma de uma comunidade luso-brasileira.

A celebração do centenário da independência brasileira, em 1922, marcada por um clima de resgate dos laços históricos, reacende o debate. As afinidades entre os dois povos, ressaltadas – e um tanto idealizadas – na obra de estudiosos brasileiros e portugueses (em especial Gilberto Freyre) favorecem a idéia de uma confederação. A atmosfera favorável persiste com as comemorações da restauração portuguesa em 1940.<sup>57</sup>

---

<sup>54</sup> Sobre essa questão ver MEDINA, Cremilda & MEDINA, Sinval. *Op. Cit.*, p. 63. Em que Sinval Medina relata o movimento armado iniciado por luso-brasileiros em 1645, que culminou nove anos depois com a expulsão dos holandeses, não só de Pernambuco, mas também de Angola.

<sup>55</sup> NEVES, Lúcia Bastos P. das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003, p. 414 e 415.

<sup>56</sup> Guimarães, Lúcia Maria Paschoal (Org.). *Afinidades Atlânticas: impasses, quimeras e confluências nas relações luso-brasileiras*. Rio de Janeiro: Quartet/FAPERJ, 2009.

<sup>57</sup> MEDINA, Cremilda & MEDINA, Sinval. *Op. Cit.*, p. 67.



O luso-tropicalismo emergiu como uma teoria que pretendia explicar a constituição da população brasileira na amálgama baseada não somente no cruzamento tríplice entre portugueses, índios e negros, mas também em um sentido de história que abrangia mais de três séculos (de 1500 a 1870), solidificando um perfil cultural entre Brasil e Portugal <sup>58</sup> que reproduzia e fundamentava a cultura política luso-brasileira numa mesma unidade de pensamento e ação.

Assim, “o modo português de estar no mundo” <sup>59</sup> ilustrou e avivou a idéia da necessidade de uma comunidade luso-brasileira, que mais tarde se estendeu e se articulou aos povos de língua portuguesa, mas que guardou em sua origem uma idealização luso-brasileira. Prova disso foi o comentário escrito por Pinhandara Gomes, em 1962, para homenagear os vinte e cinco anos de publicação de *Casa Grande & Senzala*: “(...) considerá-la a primeira grande pedra lançada, no domínio da inteligência, para a construção do edifício ainda pouco adiantado que é o Tratado de Amizade e Consulta Luso-Brasileiro”. <sup>60</sup>

O Tratado de Amizade e Consulta, assinado em 1953 e ratificado em 1955, advém da visão luso-tropical freyriana de que o “bloco luso-brasileiro” deveria diferenciar-se em relação ao exterior por meio de uma identidade comunitária. “Consciente das afinidades espirituais, morais, étnicas e lingüísticas que, após mais de três séculos de história comum, continuam a ligar a Nação Brasileira à Nação Portuguesa, do que resulta uma situação especialíssima para os interesses recíprocos dos dois povos”. <sup>61</sup> Nessa direção, o Tratado pretendia ter proeminência em nível mundial, aludindo à natureza étnica comum, que garantia as afinidades espirituais entre Portugal e Brasil, através de uma Comunidade Luso-Brasileira.

O acordo estabelecia a consulta mútua sobre os problemas internacionais de interesse comum; os cidadãos de ambos os países seriam equiparados aos respectivos nacionais em tudo que não contrariasse dispositivos constitucionais; portugueses e brasileiros poderiam circular e se estabelecer

---

<sup>58</sup> MEDINA, Cremilda & MEDINA, Sinval. *Op. Cit.*, p. 62

<sup>59</sup> “(...) um conceito introduzido no discurso acadêmico nacional, nos anos 50, por Adriano Moreira, mas que rapidamente se operacionaliza e reproduz no discurso do Estado Novo. Pressupõe que o povo português tem uma maneira particular, específica, de se relacionar com os outros povos, culturas e espaços físicos, maneira que o distingue e individualiza no conjunto da humanidade. Essa ‘maneira’ é geralmente qualificada com adjetivos que implicam uma valoração positiva: ‘tolerante’, ‘plástica’, ‘humana’, ‘fraterna’, ‘cristã’”. CASTELO, Cláudia. “O modo português de estar no mundo” In: *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa. (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1998, p. 13.

<sup>60</sup> GONÇALVES, Williams da Silva. *O Realismo da Fraternidade: Brasil-Portugal*. Lisboa: Editora Imprensa de Ciências Sociais, 2003, p. 90.

<sup>61</sup> CASTRO, Zília Maria Osório de; SILVA, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da & SARMENTO, Cristina Montalvão (ed.). *Tratados do Atlântico Sul: Portugal-Brasil, 1825-2000*. Lisboa: Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006, p. 269.

livremente nos dois países, resguardadas as limitações impostas pela segurança nacional e saúde pública. Ficava assim, claramente marcado o tratamento especial a que os portugueses teriam direito no Brasil, e vice-versa. Na prática, o tratado propunha o estabelecimento de uma supranacionalidade para os cidadãos de ambas as nações.<sup>62</sup>

A secular comunidade de afetos luso-brasileira tem raízes bem mais profundas do que a partilha do idioma. No ano de 2000, por ocasião da comemoração dos quinhentos anos do descobrimento do Brasil, renovou-se o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, reforçando a parceria excepcional entre os países. Brasil e Portugal, mais do que sócios, são dependentes um do outro em suas faces internas e externas, principalmente em suas políticas atlânticas. Por essa razão, o luso-tropicalismo ocupa um lugar cativo na cultura política dos dois países.

As conjunturas do século XX se afiguraram marcadas pela formação de uma nova configuração global e as duas nações atravessaram contextos que implicaram redefinições identitárias. O luso-tropicalismo mostrou-se ressurgente como traço marcante da cultura política luso-brasileira; ofereceu uma variedade de idéias políticas que se manifestaram na evolução e na readaptação política, inevitável às transições impostas às duas nações, e que possibilitaram que as relações luso-brasileiras encontrassem os caminhos que levariam a uma continuidade histórica. Desse modo, os países ditos “irmãos” encontraram saídas ligadas ao passado e à tradição comum para a criação de alguns acertos aos diferentes interesses nacionais de suas políticas internas e externas.

A idéia de que há um “modo português de estar no mundo”, presente em todas as regiões de colonização portuguesa, reapareceu de forma tão intensa no centenário passado, que mesmo os críticos acabaram, indiretamente, por reinterpretá-la – mesmo sem assumi-la. De acordo com a expressão usada por Giddings,<sup>63</sup> Freyre acreditava que a presença portuguesa no mundo gerou uma “consciência de espécie” que unia os luso-descendentes, apesar das diferentes circunstâncias políticas e econômicas, sem anular as distinções regionais que enriqueciam ainda mais o universo luso e sua teoria.

É importante notar que a tese de Gilberto Freyre sustenta-se na mestiçagem, que não teria ocorrido apenas no sangue, mas também nos níveis culturais e psíquicos. Nesse sentido, Gilberto Freyre esboçou uma “ciência” capaz de examinar e compreender o modo português de estar no mundo e de se relacionar com os trópicos: a luso-tropologia, que abarcaria o conjunto transnacional de cultura luso-tropical, no

---

<sup>62</sup> MEDINA, Cremilda & MEDINA, Sinval. *Op. Cit.*, p. 68.

<sup>63</sup> Ver CASTELO, Cláudia. *Op. Cit.*, p. 34.

qual Portugal afigurava a pátria mãe de todo o complexo sócio-psicológico.<sup>64</sup> A luso-tropicologia deveria se tornar pragmática e funcional, no campo político, econômico e cultural.

O sociólogo brasileiro acreditava na existência de sociedades luso-tropicais que, no seu conjunto, formavam uma civilização com traços próprios, que as diferenciavam e individualizavam. No mundo criado pelo português, as afinidades de sentimento e de cultura sobrepunham-se às questões de soberania. Por ta razão, previa-se que a comunidade luso-tropical continuaria existindo em outras configurações políticas – como no período posterior à independência das colônias.

De fato, esse “espírito luso-tropical” configura-se como característica política de Brasil e Portugal. Afinal, ambos precisam politicamente dos valores e imagens culturais que estão vinculados à idéia e ao sentido de luso-tropical. O contexto em que Portugal se encontrava, sem grandes proporções territoriais e demográficas, confrontado pela pujança econômica e cultural da Espanha no espaço ibérico e na Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), fez vir à tona o velho sentimento português de rivalidade com seu único vizinho fronteiriço, resgatando a antiga lembrança do gesto “*do vassalo contra o suserano*”.<sup>65</sup>

Integrado à União Européia, mas na contramão da tendência fragmentadora e supranacional desta instituição. A pátria lusitana ainda se reconhece pelo culto à memória ancestral de seu povo, e por sua narrativa própria como uma das nações mais antigas da Europa, naquilo que melhor a personaliza: a maritimidade portuguesa. E o Brasil funciona no imaginário político e cultural português como a maior prova desta maritimidade, pois a nação brasileira dá corpo e expressão à cultura, à história e à língua portuguesa no mundo.

Em contrapartida para Portugal ser continental, implica ser profundamente oceânico. O mar é uma das matrizes da identidade portuguesa. É-o no plano do mito, da geografia, da história, da economia e da cultura. Em Portugal, o que sempre contou foi a relação com o mar, que é a marcha da vida mais além de si próprio. Foi através dos oceanos que Portugal chegou ao Mundo. Mas é também através do mar, que o Mundo chega até ele. Hoje, o futuro do de Portugal é indissociável da nova ordem mundial a que globalização apela, num imaginário político inclusivo de uma Europa transatlântica, que, para Portugal, inclui o Atlântico Sul e a relação privilegiada com o Brasil.<sup>66</sup>

---

<sup>64</sup> CASTELO, Cláudia. *Op. Cit.*, p. 34.

<sup>65</sup> MEDINA, Cremilda & MEDINA, Sinval. *Op. Cit.*, p. 55.

<sup>66</sup> CASTRO, Zília Maria Osório de; SILVA, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da & SARMENTO, Cristina Montalvão (ed.). *Op. Cit.*, p. 321.

O Brasil, com uma extensa dimensão demográfica e territorial, vem consolidando sua liderança na América do Sul. Contudo, ainda é afligido pela grande abstração política em relação ao seu papel e lugar na América Latina, visto que, conforme destacam Medina e Medina, existem duas Américas Latinas: o Brasil e a América hispânica.

Quando falamos de América Latina, não falamos de um, mas de dois conjuntos, que se contrapõem ao longo da história. Um conjunto é Brasil; o outro, a América hispânica. Na maior parte da história do Brasil, a grande ambição da diplomacia brasileira não tem sido integrar-se à América Latina. Essa ambição quase nunca existiu na diplomacia brasileira. No passado, como hoje, a ambição é integrar a América do Sul e não a América Latina.<sup>67</sup>

Ao Brasil e à América Latina falta correlação histórica, pois as constituições nacionais desenrolaram-se em filiações muito diferentes. No Brasil, não houve uma divisão inconciliável entre crioulos e reinóis como na América espanhola. Além disso, movimentos e processos muito particulares devido à sua configuração étnica, divisão regional e modo de administração política, impossibilitaram uma correspondência autêntica com o seu ambiente geográfico restrito. Por isso, o Brasil inclina-se muito a Portugal e ao Atlântico Sul em busca de conexões legítimas com o seu passado e história.

Tal inadequação de Portugal e do Brasil às suas delimitações continentais foi elucidada por Gilberto Freyre, ao explicar a formação do povo português considerando a influência da cultura mediterrânea e a ligação com a África. Freyre comparou historicamente a colonização portuguesa com a dos outros europeus nas Américas e evidenciou a adaptabilidade da colonização lusa – superior à colonização espanhola, por não ter fomentado divisões políticas e um catolicismo dramático, e também à colonização inglesa, por não ter introduzido rígidas separações religiosas e étnicas.<sup>68</sup>

O Atlântico Sul, dotado de tantas representações luso-brasileiras, apresentou reservas políticas no que tangia à África nas relações entre Brasil e Portugal. Afinal, desde a independência brasileira, Portugal resguardou a sua soberania nos territórios que lhe cabiam no continente africano.<sup>69</sup> Esse desempenho do Brasil como coadjuvante atlântico se manteve até a década de 1950, sendo o Brasil o maior aliado na defesa internacional dos interesses portugueses na África. O próprio Tratado de Amizade e

---

<sup>67</sup> MEDINA, Cremilda & MEDINA, Sinval. *Op. Cit.*, p. 56.

<sup>68</sup> FREYRE, Gilberto. *O Mundo que o Português Criou*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940, p. 14 e 15.

<sup>69</sup> CASTRO, Zília Maria Osório de; SILVA, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da & SARMENTO, Cristina Montalvão (ed.). *Op. Cit.*, p. 15.

Consulta foi demonstrativo dessa relação entre Brasil e África, que antes perpassava, sobretudo, por Portugal:

Nos seus termos estava estabelecido que todas as matérias internacionais de interesse comum seriam resolvidas após consultas prévias e que a aplicabilidade aos territórios coloniais era restrita. O Tratado acabava por limitar a presença brasileira nas províncias ultramarinas e pretendia reduzir as possibilidades de uma manifestação oficial do Itamaraty a favor da emancipação das colónias africanas, condicionando juridicamente a sua política externa à política colonial portuguesa. Isto é, na prática o Tratado não implicava em reciprocidade pois pressupunha o apoio incondicional do Brasil à posição portuguesa no Ultramar sem qualquer contrapartida política e económica. Uma vez que os interesses estratégicos de Lisboa no Atlântico Sul não estavam salvaguardados pela North Atlantic Treaty Organisation (NATO), uma estreita aliança com o Governo brasileiro parecia ser indispensável para a defesa das colónias africanas.<sup>70</sup>

A ratificação do Tratado, contudo, não foi consensual no Brasil, pois existiam vozes nacionalistas discordantes, que defendiam uma maior autonomia da política externa brasileira, principalmente em relação a Portugal. Foi proposta a “*criação de uma Comunidade Luso-Afro-Brasileira que integrasse as colónias portuguesas na esfera de influência do Brasil*”.<sup>71</sup> Posteriormente, com o avanço do contexto bipolar<sup>72</sup> e com a instauração do regime militar no Brasil, foi reconsiderada a importância de uma aliança em favor da proteção do Atlântico Sul e de uma Comunidade Luso-Afro-Brasileira.

No entanto, tendente a uma política externa global, o Brasil pretendia a fusão do discurso lusófono ao discurso ocidentalista, no sentido de uma Comunidade, buscando exercer, de fato, presença e defendendo seu alcance e lugar, especialmente na África portuguesa. Dessa maneira, após 1970, certas divergências diplomáticas e competições em termos de soberania se evidenciaram, forçando Brasil e Portugal a reinterpretar suas ligações e a encontrar novos paradigmas para as suas relações político-culturais.

O crescente destaque do continente africano na ordem mundial tem desafiado Brasil e Portugal em suas posições. A África possui zonas de tradicional influência lusíada que a antiga metrópole procura conservar. O Brasil, por sua vez, apresenta inegável proximidade e correspondência histórico-cultural com o continente. As estratégias nacionais de Brasil e Portugal parecem alinhar-se em torno da retórica luso-

---

<sup>70</sup> CARVALHO, Thiago Severiano Paiva de Almeida. *Do lirismo ao pragmatismo: a dimensão multilateral das relações luso-brasileiras (1974-1976)*. Lisboa: ISCTE, 2008 [Proveniente do Prémio CES/09], p. 21 e 22.

<sup>71</sup> *Ibidem*, p. 22.

<sup>72</sup> O contexto bipolar pode ser entendido como uma fase em que duas superpotências, os Estados Unidos e a antiga União Soviética, disputavam áreas de influência no mundo, respectivamente, capitalista e comunista.

tropical nos projetos de Lusofonia e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A língua surge como instrumento da formação de espaços políticos estruturados <sup>73</sup> e a defesa da língua pressupõe, também, a defesa e a manutenção de um fator de identificação que une incontestavelmente Portugal, Brasil e África. A cultura de um povo reflete-se de forma máxima e nítida na língua em que é compartilhada, pois nela se encontra o lugar de memória coletiva; o sentido de pertença de um grupo, comunidade ou raça. A língua funciona como prática vívida de identidade e reconhecimento cultural e político.

As memórias de grupo também podem ser estruturadas a partir de um elemento unificador da comunidade em relação ao exterior, reforçando a sua própria identidade. A resistência ao exterior é comum aos grupos estáveis e definidos, onde o campo da própria memória social é um dos fundamentos da unidade de grupo. Esta pode girar em torno de conotações políticas de movimentos e ideologias, que marcam o conflito constitutivo, da sua identidade de grupo. A consciência de classe associada a uma consciência política complexa pode resultar em memórias bem articuladas de grupo.<sup>74</sup>

Como muitos outros países do quadro mundial, Portugal e Brasil se vêem compelidos a manter a viabilidade coerente de várias pertenças: Portugal, a NATO e a União Européia; Brasil: o MERCOSUL, tendo ainda de acompanhar os movimentos de aliança nas Américas. Contudo, o luso-tropicalismo confere a expressão mais satisfatória para o perfil da política interna e externa das duas nações e serve de baluarte para guiar as relações atlânticas. O caráter mítico do Atlântico perpetua-se na contemporaneidade por sua importância geopolítica, pois o Mar Oceano desenha um triângulo com identidade própria que o distingue. Brasil e Portugal demonstraram depender dessa memória histórica, como variável de seus conceitos estratégicos nacionais e para constituição e evolução de suas culturas políticas. Daí advem a necessidade de invocarem um ao outro na definição periódica desses conceitos através dos quais o luso-tropicalismo se revela como a linguagem mais apropriada.

Como o geógrafo alemão Ratzel afirmou, Portugal sempre manteve uma relação de “espaço vital” com o oceano.<sup>75</sup> Em outras palavras, o mar talvez seja a principal matriz da identidade portuguesa. Nos últimos tempos, Portugal ocupou-se do dito

---

<sup>73</sup> CASTRO, Zília Maria Osório de; SILVA, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da & SARMENTO, Cristina Montalvão (ed.). *Op. Cit.*, p. 312.

<sup>74</sup> SARMENTO, Cristina Montalvão. *Os Guardiões dos Sonhos: Teorias e Práticas Políticas dos Anos 60*. Lisboa: Colibri, 2008, p. 71.

<sup>75</sup> Ver ROSA, Manuel Amante da. “O Atlântico Sul perante os novos desafios” In: *Portugal, os Estados Unidos e a África Austral*. Lisboa: Fundação Luso-Americana/Instituto Português de Relações Internacionais, Julho de 2006, p. 260.

*programa dos três D's*, descolonização, democracia e desenvolvimento,<sup>76</sup> fundindo-se com o objetivo de integração europeia que orientou e dominou a política interna e externa do país. Plenamente integrado, Portugal vem buscando corrigir alguns desequilíbrios de percurso, pois as antigas coordenadas geo-estratégicas como a autonomia peninsular e as relações intercontinentais perderam seus contornos.

Ainda atormentado pelo velho dilema entre o Atlântico e pela ligação mais próxima com a Europa, a pátria de Camões vem se esforçando para reformular sua política externa na dinâmica internacional de modo a não desperdiçar a sua posição estratégica e sua habilidade histórica como mediador entre a Europa e o Atlântico Sul. Nesse ponto, torna-se conveniente a relação particular e privilegiada que a antiga metrópole mantém com sua ex-colônia sul-americana.

As atuais configurações políticas e econômicas, com a conformação de uma nova ordem mundial de mercados abertos e globais e a emergência progressiva de outros participantes no desenho mundial, têm imposto ao Brasil limites e mudanças sensíveis no seu papel regional e global. O valor do Atlântico Sul e o crescimento petrolífero de suas margens se apresentam como questões sensíveis à política externa brasileira, que visa a superar o mito de “liderança natural”<sup>77</sup> e exercer função preponderante no eixo sul. Para isso, contudo, é necessária uma postura política coerente que ultrapasse suas contradições políticas e identitárias internas. Por isso, as relações com Portugal em relação à cultura e à língua fazem-se imprescindíveis para criação de um perfil coeso e seguro.

Nessa perspectiva, o luso-tropicalismo fornece uma grade comum que contém, de forma mais aclarada, os processos nacionais de formação política e cultural de Portugal e Brasil. Serve como manancial de idéias não somente para os discursos políticos que revestem as ligações entre Brasil e Portugal, mas também para os relativos às suas relações bilaterais e aos de cariz interno, em que as suas identidades devem ser lembradas. E ainda orienta aqueles discursos em que as singularidades dos dois países têm de ser evidenciadas no cenário internacional, como caráter de relevância e diferenciação das duas nações no aspecto mundial. Por isso, visa-se buscar os nexos entre as idéias contidas nos discursos e as formas pelas quais elas exprimem um

---

<sup>76</sup> Ver FRANCO, Manuela. “Petróleo em Português? Em Prol de uma Política Africana”. In: *Ação e Defesa*, nº 114, Verão de 2006, 3ª série, p. 15-33, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa. E CASTRO, Zília Òsorio de; SILVA, Júlio Rodrigues da & SARMENTO, Cristina Montalvão (ed.). *Op. Cit.*

<sup>77</sup> Ver SARAIVA, José Flávio Sombra. “A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória?” *Rev. bras. polít. int.*, v. 51, n. 1, p. 87-104, 2008.

conjunto de determinações extratextuais, isso é, imaginárias e identitárias, em que se assentam as culturas políticas nacionais. No caso de Portugal e Brasil, buscam-se os elos associáveis que transfiguram uma cultura política luso-brasileira, que tem sua maior expressão no luso-tropicalismo.



## Capítulo II

### **O Surgimento do Luso-Tropicalismo e a Validade das suas Idéias**

#### **II. 1 – O Pensamento de Gilberto Freyre**

Após a independência do Brasil, surgiu a necessidade política de se elaborar um mito nacional que transmitisse ao país recém emancipado o verdadeiro sentido de nação e de povo. Necessitava-se de uma unidade cultural que correspondesse à identidade em termos de imaginário e realidade social.

Nessa senda, o campo político se articulou intencionalmente com o intelectual. Na fase do Império, durante a década de 1840, foi encomendado um projeto de escrita para a história do Brasil, elaborado inicialmente por Von Martius. Este, apesar de premiado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), não levou o projeto à frente. O desafio foi então repassado à Varnhagem,<sup>78</sup> que elaborou, em sua paradigmática obra *História Geral do Brasil*, o “mito da brasilidade: uma nação harmoniosa pautada na democracia racial” – posteriormente, atualizado e sistematizado por Gilberto Freyre.<sup>79</sup>

A formulação da identidade brasileira foi sempre conjugada pelos campos político e intelectual. Os intelectuais tornaram-se os novos intérpretes do Brasil, e nesse circuito surgiram diversos nomes e trabalhos, na chamada geração de 1930. Entre eles, estavam Gilberto Freyre, com *Casa Grande & Senzala*, Sérgio Buarque de Holanda com *Raízes do Brasil*, e Caio Prado Jr., com a *Formação do Brasil Contemporâneo*.

A figura de Gilberto Freyre emerge com grande realce: um sociólogo brasileiro que, na célebre obra *Casa Grande & Senzala*,<sup>80</sup> retratou o Brasil de forma inovadora e impactante a partir de sua terra natal, a Zona da Mata de Pernambuco. Influenciado pela antropologia cultural norte-americana, de onde provinha sua formação acadêmica, e confrontando-a com a identidade brasileira, o autor remontou as relações sociais e o cenário do Brasil colonial segundo as características dos povos formadores da sociedade

---

<sup>78</sup> Premiado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ver GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”. In: *Revista do IHGB*, a.156, n. 388, p. 459-613, 1995.

<sup>79</sup> REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil. De Varnhagem a FHC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

<sup>80</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo: Global, 2003.

brasileira. Sob a ótica do culturalismo, valorizou a mestiçagem e a contribuição do negro, até então rejeitadas e depreciadas. Freyre revelou a maneira como foram criados os antagonismos que compõem a ordem social no Brasil. Uma descrição minuciosa dos particularismos do cotidiano colonial e o detalhismo impressionante sobre os mais variados aspectos da vida social entre colonos e escravos foram marcas do seu trabalho.

A literatura romântica do século XIX, centrada na figura do indígena, construiu uma visão idealista do homem brasileiro. Mais tarde, essa visão foi substituída pela busca do reconhecimento da realidade brasileira, em um movimento que acompanhava as grandes matrizes da literatura universal.<sup>81</sup> As questões sobre as origens do povo brasileiro estavam no centro das discussões, na medida em que a constituição do povo era a raiz da formação da nacionalidade – que, por sua vez, era a marca necessária para a configuração de uma nação frente a outra. Nesse momento, reconhecia-se no Brasil a existência do Estado, mas pretendia-se, ainda, formar uma nação.

A influência dos modelos europeu e americano havia trazido para o Brasil uma idéia de atraso e uma tendência negativa de que o destino e o futuro do país estavam fadados à impossibilidade de desenvolvimento em direção ao progresso.<sup>82</sup> Gilberto Freyre rompeu com a tradição herdada da antropologia européia, lançando mão de uma nova interpretação sobre o Brasil, mais próxima da memória social. Optou por um recurso oposicionista e associativo de forma proposital, a fim de construir sua tese sobre o Brasil a partir do misto, do híbrido e da mestiçagem.<sup>83</sup> Efeito dual na construção de toda a sua argumentação. Seus títulos, a exemplo de *Casa Grande & Senzala*; *Ordem e Progresso*; *Aventura e Rotina*, já anunciam como será estruturada a problemática da construção da identidade nacional.

---

<sup>81</sup> FREYRE, Gilberto. Op. Cit.

<sup>82</sup> Ver, NAXARA, Márcia Regina Capelari. “Estrangeiro em sua própria terra”. In: *Representações do Brasileiro, 1870-1920*. São Paulo: Annablume, 1998. No início do século XX, o progresso era entendido como uma força avassaladora que sucumbia os povos “atrasados”, que não estavam aptos a acompanhar seu ritmo. A teoria fatalista no Brasil justificava-se, portanto, porque esse fim era irrevogável. E o pessimismo se fundamentava em relação às condições do Brasil diante do progresso da humanidade. O Brasil era visto próximo da barbárie. Após a abolição da escravidão, vários projetos políticos procuravam extirpar do Brasil toda a ligação africana, pois a África representava o atraso e o primitivo na escala “evolutiva civilizacional”. O Brasil buscava se consolidar como nação em relação à Europa, baseada na civilização e na raça branca, considerada o exemplo do mais alto grau de desenvolvimento alcançado pelo gênero humano.

<sup>83</sup> Talvez o recurso combinado fosse um reflexo da dialética hegeliana entre senhor e escravo, pois Freyre afirmava que assim como o branco português, o negro africano também agiu como colonizador. Contudo, se a formação da sociedade brasileira baseou-se em antagonismos, como os conflitos entre os opostos foram apaziguados? Gilberto Freyre respondeu: “(...) entre tantos antagonismos têm-se condições de confraternização e mobilidades sociais peculiares ao Brasil: a miscigenação”. FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963, p. 116.

As origens sociais, a biografia e o percurso intelectual de Gilberto Freyre, claramente estimularam o seu interesse pelo estudo das relações raciais e da sociedade patriarcal no Brasil. Descendente de famílias aristocratas, proprietárias de engenhos, que haviam perdido valor na dinâmica social e econômica do país após a abolição da escravidão e a proclamação da República, Freyre cresceu nos resquícios do passado dos senhores de engenhos, das casas-grandes e das senzalas.

Desde a infância, teve contato com a língua inglesa, devido à dificuldade de se alfabetizar em português. Aprendeu a ler com um preceptor inglês, E. O. Williams, e depois ingressou no colégio americano Gireath, fundado por missionários baptistas do sul dos Estados Unidos. Em 1916, proferiu sua primeira conferência pública sobre Spencer e o problema da educação no Brasil,<sup>84</sup> e no ano seguinte concluiu seus estudos, tendo como paraninfo o diplomata Manuel de Oliveira Lima.

Aos dezoito anos, partiu para os Estados Unidos da América com uma bolsa concedida pela Igreja Baptista e bacharelou-se em artes pela Universidade de Baylor no Texas. Em 1920, seguiu para Nova Iorque para cursar o mestrado em Ciências Políticas na Universidade de Columbia, onde teve contato com os professores Franz Boas, Franklin Giddings, Edwin Seligman, William R. Shepherd e John Basset Moore.<sup>85</sup> Tomara como fontes para a escritura da sua dissertação de mestrado, intitulado *Social life in Brazil in the middle of the 19th century*, relatos de viajantes e de memorialistas, testemunhos da imprensa e depoimentos orais, o que já revelava a peculiaridade das fontes e da escrita do autor.

Como pertencia aos setores políticos identificados com a Primeira República, Freyre foi exilado do Brasil por causa da chamada “Revolução de 1930”, e *Casa Grande & Senzala* começou a ser escrito em Portugal. Confrontado pelas diferenças entre as relações raciais e sociais existentes no Brasil, o autor decidiu aprofundar os seus estudos sobre a formação da sociedade patriarcal brasileira e sobre a miscigenação.

Inspirado por autores hispânicos como Ortega y Gasset, ao procurar conhecer a estrutura e o funcionamento da sociedade para, então, compreender a sua história, Gilberto Freyre encontrou em Ibn Khaldun as bases para o seu pensamento e, definitivamente, a antinomia entre raça e cultura. Buscando a compreensão do que se denominava África Menor – o norte do continente africano –, Ibn Khaldun apontava

---

<sup>84</sup> FREYRE, Gilberto. *Tempo Morto e Outros Tempos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975, p. 9.

<sup>85</sup> Ver CASTELO, Cláudia. “O modo português de estar no mundo”. In: *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa. (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1998, p. 20 e 21.

para o fato de os intelectuais europeus não terem apreendido sua natureza, pois abordavam este objeto a partir de idéias forjadas no mundo ocidental, de caráter universalizante, que não abrangia os particularismos que atravessavam aquela sociedade. Segundo Ibn Khaldun: “(...) *a parcial uniformidade e parcial diferença - porque todo novo povo, ao triunfar, se amoldava ao vencido, porém conservando também seus usos. Por isso não existiam épocas consecutivas completamente iguais, nem completamente desiguais*”.<sup>86</sup> Tratava-se de uma dinâmica em que a sociedade

(...) é a originariamente cooperação entre homens, que necessitam uns dos outros. Mas é, ao mesmo tempo, luta entre os homens, a luta essencial que se perpetua sobre a terra. (...) Destas duas dimensões primárias da vida social emergem as duas grandes funções históricas: a cooperação cria a civilização, a luta engendra por si mesma um poder moderador dos antagonismos - a soberania.<sup>87</sup>

A tese central de Freyre em *Casa Grande & Senzala* espelhou essas idéias, uma vez que partia da premissa da cooperação entre grupos aparentemente opostos: a consideração do escravo negro e do indígena, vencidos no processo de distribuição do poder; a imbricação do velho e do novo; a simultaneidade dos tempos presente, passado e futuro; luta e confraternização. Logo no início da obra, sobre a tríplice herança cultural brasileira – ameríndia, européia e africana – Freyre afirma:

(...) tomando-se em conta tais antagonismos de cultura, a flexibilidade, a indecisão, o equilíbrio ou a desarmonia deles resultante, é que bem se compreende o especialíssimo caráter que tomou a colonização no Brasil, a formação *sui generis* da sociedade brasileira, igualmente equilibrada nos seus começos e ainda hoje sobre os antagonismos.<sup>88</sup>

Essas contraposições de cultura, quando em ação, produziam resultados positivos: uma cultura recebendo elementos da outra; enriquecendo-se ambas. Não se tratava de um equilíbrio no sentido de estabilidade de convívio entre culturas, mas sim de uma cultura nova em formação, que não seria inferior nem superior às que lhe deram origem. O que estava em jogo era o reconhecimento da originalidade do povo brasileiro formado pelo amálgama de várias culturas, e não resultante de uma mera fusão de culturas importadas.

Em *Casa Grande & Senzala*, sobre o papel desempenhado pelo negro na vida sexual e na família brasileira, Freyre afirmou que todo brasileiro trazia no corpo, “(...) a

---

<sup>86</sup> IBN KHALDUN *apud* BASTOS, Élide Rugai. *Gilberto Freyre e o pensamento hispânico. Entre Dom Quixote e Alonso El Bueno*. Bauru/SP: EDUSC, 2003, p. 94.

<sup>87</sup> *Ibidem*, p.95.

<sup>88</sup> FREYRE, Gilberto. *Op. Cit.*, p. 8.

*sombra, ou pelo menos a pinta*”,<sup>89</sup> do indígena e do negro. O autor ainda foi além e afirmou que tal herança, principalmente do negro africano, os brasileiros traziam na alma. No trecho abaixo, escrito na primeira pessoa do plural, Freyre procurou, de forma envolvente, despertar no leitor uma reflexão identitária:

(...) da escrava ou da sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ele própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem. Do moleque que foi nosso primeiro companheiro de brinquedo.<sup>90</sup>

Nessa breve exposição das influências freyrianas, podemos notar um ponto marcante convergente nas obras de Freyre e dos autores hispânicos: o iberismo como fator explicativo de certas particularidades, em especial dos portugueses. Para Ortega y Gasset, o fato de o racionalismo burguês não ter emergido na Península Ibérica foi consequência do encontro das culturas oriental e ocidental, uma vez que a Península Ibérica carregava, além das heranças latinas, a influência da cultura mediterrânea, tendo esta desencadeado as bases fundamentais para a formação de seus povos.

Gilberto Freyre afirmou a especificidade da sociedade brasileira destacando o não europeísmo da sociedade ibérica. O ponto de maior relevo de sua reflexão incidiu a respeito da ausência de uma racionalidade tipicamente burguesa, tanto entre os portugueses quanto, por herança, entre os brasileiros. Ao construir essa argumentação, o autor partiu de um traço aparentemente ingênuo dos portugueses vindos ao Brasil: a rusticidade, elemento muitas vezes desprezado pelos analistas. Era um indicativo da resistência à homogeneização burguesa, o que abria amplo espectro a aceitação de inúmeras formas culturais dificilmente assimiláveis dentro do gabarito estrito de civilização, conforme visto pelas sociedades industriais.

A rusticidade era um elemento a ser preservado, e gerava repulsa à validade universal de algumas exigências da sociedade burguesa. As faces ibéricas da cultura e a organização social impediram o rompimento, levando a conciliação dos contrários. Em *Casa Grande & Senzala*, por exemplo, a utilização do “&” indica a acomodação,<sup>91</sup> quando o natural teria sido a ruptura de formas duais que se confrontam. A esse respeito, Cláudia Castelo afirmou que:

---

<sup>89</sup> FREYRE, Gilberto. *Op. Cit.*, p. 331.

<sup>90</sup> *Ibidem*, p. 283.

<sup>91</sup> Ver *Ibidem*.

O ponto a fixar – na opinião do autor – é exatamente o nenhum exclusivismo de tipo no passado étnico do povo português; a sua antropologia mista desde remotos tempos pré e proto-históricos; a extrema mobilidade que lhe tem caracterizado a formação social.<sup>92</sup>

Mereceu também destaque na obra em questão a profunda relação entre essa esfera política e a vida social. E, por analogia, entre as idéias e sua base social. Seguem as palavras de Freyre:

Seria absurdo pretender que as formas políticas não se relacionam com uma instituição de vida social e de vida econômica da força e da amplitude do patriarcado agrário e escravocrata. Oficialmente este teria morrido de vez no Brasil um ano antes de iniciar-se período republicano, sociologicamente não morreu; já ferido de morte pela abolição, acomodou-se a república e durante anos viveram ainda patriarcado semi-escravocrata e república federativa quase tão um simbioticamente como outrora patriarcado escravocrata Império unitário. Várias sobrevivências patriarcais ainda hoje convivem com o brasileiro das áreas mais marcadas pelo longo domínio do patriarcado e escravocrata agrário e mesmo para pastoril - e mesmo afetado pela imaginação neo-européia (italiana, alemã, polonesa, etc.) ou japonesa ou pela industrialização da vida nacional brasileira (...).<sup>93</sup>

Nessa linha, é possível compreender a importância, na década de 1930, da discussão das teses sobre o patriarcalismo. Freyre, ao recordar a sobrevivência das velhas formas de organização social, trouxe para o centro do debate o papel daqueles setores que aparentemente haviam esgotado a sua importância econômica e política, mas que conservavam fundamental função social: a manutenção da ordem. Ordem esta secularmente garantida pelas gerações passadas, que foram desenvolvidas e consolidadas pelas oligarquias familistas.<sup>94</sup>

O conceito de patriarcalismo foi analisado como sendo um importante elemento na miscigenação das culturas. Imprescindível para que essa realidade híbrida se tornasse componente e compositora da realidade brasileira. Segundo as palavras do próprio autor:

Essa categoria nos remete ao ideal de uma família extensa, híbrida e – um pouco como no Velho Testamento – poligâmica, na qual senhoras e escravas, herdeiros legítimos e ilegítimos convivem sob luz ambígua da intimidade e da violência, da disponibilidade e da confraternização.<sup>95</sup>

Gilberto Freyre imprimia, assim, a sua marca intelectual com a defesa do Brasil mestiço, condizente com os trópicos, original e legítimo. Ao mesmo tempo, justificava a formação do povo brasileiro por meio de uma especial capacidade lusitana: a de se

<sup>92</sup> CASTELO, Cláudia. *Op. Cit.*, p. 30 e 31.

<sup>93</sup> *Ibidem*, p. 104.

<sup>94</sup> Ver, ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz: Casa-Grande & Senzala na Obra de Gilberto Freyre nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

<sup>95</sup> FREYRE, Gilberto. *Op. Cit.*, p.54.

relacionar com os outros povos, notadamente os das regiões tropicais, pela apetência dos portugueses à miscigenação, à tolerância, à plasticidade e à fraternidade.

## II. 2 – O Mundo que o Português Criou e os Fundamentos do Luso-Tropicalismo

As idéias de Gilberto Freyre ganharam maior amplitude e visibilidade com a teoria luso-tropicalista, formalmente explicitada em conferências proferidas por ele mesmo em 1937 nas universidades, no King's College, em Lisboa, Porto e Coimbra. Depois de divulgadas no Brasil, essas conferências foram revistas e publicadas em 1940 em forma de livro com um título muito sugestivo: *O Mundo que o Português Criou*.

Partindo dos pressupostos de *Casa Grande & Senzala*, o “ser português” seria um conjunto de características como plasticidade, ausência de preconceito racial e catolicismo “tropicalizado”. Freyre expandiu, pela primeira vez, sua hipótese para o equilíbrio de antagonismos: da “micro” realidade brasileira para uma mais abrangente, que uniria todas as províncias, ilhas, países e continentes de presença portuguesa. “*Portugal, o Brasil, a África e a Índia portuguesa, a Madeira, os Açores e Cabo Verde constituem (...) uma unidade de sentimentos e de cultura*”.<sup>96</sup>

A tônica de *O Mundo que o Português Criou* foi uma generalização do caso brasileiro para todo mundo luso tropical, visto que, a essa altura, Freyre ainda não havia realizado nenhuma pesquisa de campo nas colônias que fundamentasse sua suposição teórica da unidade cultural e sentimental de populações tão diferentes como a dos Açores, a da Goa portuguesa e a de Moçambique, por exemplo. Já se conseguia, contudo, notar, nas conferências realizadas, uma clara intenção: formular a lusotropicologia, ou seja, uma ciência interdisciplinar que expressasse nas relações entre os portugueses e o trópico.

Em sua fase luso-tropical, Freyre aprofundou a discussão sobre a mestiçagem e a identidade brasileira. A idéia de mistura, étnica e cultural, passou a ser analisada como um encontro que levava a uma relação de complemento e reciprocidade entre metrópole e colônias. O luso-tropicalismo estruturou-se par e passo com a trajetória intelectual e as publicações de Gilberto Freyre. Desse modo, pode-se demarcar *Casa Grande & Senzala*

---

<sup>96</sup> MIRANDA, Rachel de. *Além-Mar Aventura e Rotina: o Lugar do Brasil no Mundo Luso-Tropical de Gilberto Freyre*, 2002, 80f Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002, p. 55.

(1933) como a primeira obra onde foram lançados os fundamentos da teoria luso-tropical e *O luso e o trópico* (1961) como o livro no qual a tese luso-tropicalista se encontrou no seu estado acabado.<sup>97</sup>

*O Mundo que o Português Criou* e *Casa Grande & Senzala* problematizaram a proximidade de Portugal em relação ao continente africano, apontando uma indecisão étnica e cultural frente à África. A amplitude das influências africana e moura sobre Portugal e a singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata foi explicada por Freyre, em grande parte, por seu passado étnico e cultural de povo indefinido entre Europa e África.

A influência africana fervendo sob a européia e dando um acre requieime à vida sexual, à alimentação, à religião; o sangue mouro ou negro correndo por uma grande população branca, quando não predominando em regiões ainda hoje de escrava; o ar da África, um ar quente, oleoso, amolecendo nas instituições e nas formas de cultura as durezas germânicas; corrompendo a dureza doutrinária e moral da Igreja medieval; tirando os ossos ao cristianismo, ao feudalismo, à arquitetura gótica, à disciplina canônica, ao direito visigótico, ao latim, ao próprio caráter do povo. A Europa reinando mas sem governar: governando antes a África.<sup>98</sup>

Nessas obras, tornou-se nítida a valorização da colonização portuguesa no Brasil. O português foi visto e apresentado como o único povo europeu capaz de produzir uma obra colonizadora bem sucedida nos trópicos. Nas palavras de Freyre, “um povo ralo e miúdo”,<sup>99</sup> que com seu espírito mercantil e cosmopolita produziu uma verdadeira obra de colonização numa terra onde nada era fácil.<sup>100</sup>

No comportamento do português sente-se a tensão entre duas culturas, a européia e a africana, a católica e a maometana, a dinâmica e fatalista... Só levando em linha de conta esses antagonismos de cultura, e a flexibilidade, a indecisão, a harmonia ou a desarmonia deles resultantes, é que se compreende, na opinião de Gilberto Freyre, o especialíssimo caráter que tomou a colonização do Brasil, *sui generis* da sociedade brasileira, igualmente equilibrada desde sempre em antagonismo. Desse dualismo de cultura e raça decorrem três características do povo português – mobilidade, a miscibilidade e a aclimabilidade – analisadas nas primeiras páginas de *Casa Grande & Senzala*.<sup>101</sup>

A miscibilidade, a mobilidade e a aclimação conferiram a capacidade para a colonização portuguesa nos trópicos. Foi a flexibilidade do português, de grande mérito,

---

<sup>97</sup> Ver CASTELO, Cláudia. *Op. Cit.*, p. 13.

<sup>98</sup> FREYRE, Gilberto. *O Mundo que o Português Criou*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940, p.14.

<sup>99</sup> *Ibidem*, p. 49.

<sup>100</sup> Cabe ressaltar que Freyre diferenciou o português do castelhano em suas heranças ibéricas: “Houve desde remotos dias no Português uma espécie de ‘franciscanismo’ ou de ‘lirismo’ (...) em contraste com o comportamento hierático e dramático do Castelhano”. FREYRE, Gilberto. *Integração Portuguesa nos Trópicos*, Col. ECPS, n.º 6, Lisboa, JIU, 1958, p. 52.

<sup>101</sup> CASTELO, Cláudia. *Op. Cit.*, p. 30.



segundo Freyre, que deslocou para um novo continente os africanos indispensáveis para a lavoura. Foi esse povo que, constatando que a falta de riquezas significativas imediatamente exploráveis na nova terra, orientou-se para a agricultura, contrariando a vocação mercantil. O mesmo povo, em uma colonização quase sem mulheres brancas, numa disposição “sem preconceitos”,<sup>102</sup> misturou-se prontamente com as índias e posteriormente com as africanas, produzindo uma grande colonização, pela iniciativa individual e pela organização familiar. Gilberto Freyre concluiu que os portugueses triunfaram onde os outros europeus falharam:

(...) de formação portuguesa é a primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com características nacionais e qualidades de permanência. Qualidades que no Brasil madrugaram, em vez se retardarem, como nas possessões tropicais de ingleses, franceses e holandeses. Outros europeus, estes brancos puros, dólico-louros habitantes de clima frio, ao primeiro contato com a América equatorial sucumbiram ou perderiam a energia colonizadora, a tensão moral, a própria saúde física, mesmo as mais rija, como os puritanos colonizadores de Old Providence, os quais, da mesma fibra que os pioneiros da Nova Inglaterra, na ilha tropical se deixaram espapaçar nuns dissolutos e moleirões. Não foi outro resultado da emigração de loyalistas ingleses da Geórgia, e de outros novos Estados da União Americana, para as ilhas Bahamas, - duros ingleses que o clima tropical em menos de cem anos amolegou em '*poor white trash*'. O português, não; por todas aquelas predisposições de raça, de mesologia e de cultura a que nós nos referimos, não conseguiu vencer as condições de clima e solo desfavoráveis ao estabelecimento de europeus nos trópicos, como suprir a extrema penúria de gente branca para a tarefa colonizadora, unindo-se com mulher de cor... O colonizador português foi o primeiro, de entre os colonizadores modernos, a deslocar a base da colonização tropical da pura extração de riqueza mineral, vegetal ou animal – o ouro, a prata, a madeira, o âmbar, o marfim, - para a criação local de riqueza.<sup>103</sup>

Rompe-se não somente com a idéia de degenerescência causada pela mestiçagem, avaliando-a de maneira positiva, mas também com a corrente que, demonstrando até certo complexo de inferioridade por não terem sido colonizados pelos holandeses, franceses ou ingleses, julgava negativamente a herança colonial portuguesa. Segundo a análise de Freyre sobre a formação do povo brasileiro, o caráter humano, e de certo modo o cristão, reagiu contra o caráter econômico através de um dissolvente formidável: a mestiçagem. A mestiçagem se impôs como uma força física, biológica e psicológica, sobre a qual nenhum outro elemento pôde prevalecer.

A singular mentalidade ibérica exposta em *Casa Grande & Senzala* ganhava maior sentido para Freyre, pois constituía o principal fator para a longevidade da presença de indícios da cultura portuguesa nos territórios da África, da Ásia e da

---

<sup>102</sup> FREYRE, G. *Op. Cit.*, p. 56.

<sup>103</sup> FREYRE, G. *O Mundo que o Português Criou*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940, p. 14 e 15.

América. Incluir o Brasil neste “mundo luso-ibérico” significaria entender a singularidade cultural brasileira como inerente não apenas a uma comunidade nacional, mas também transnacional: aquela que uniria Portugal e todas as colônias e províncias onde se falasse o português, mesmo depois de suas independências.<sup>104</sup>

Freyre sustentava que a favor dessa unidade de cultura deveriam trabalhar todos aqueles que, acima dos regionalismos, acreditavam em um complexo social maior que necessitava de uma linguagem comum. Propunha o intercâmbio de informações e uma cooperação entre pesquisadores dos dois países lusófilos no entendimento de questões históricas, antropológicas e culturais de interesses afins.<sup>105</sup> Brasileiros conhecidos em Portugal e na África portuguesa, como Manuel Bandeira, José Lins do Rego e Jorge Amado são citados como militantes na tentativa de se fortalecer a língua comum. Era necessário esclarecer e avivar, perante todos os povos alheios, os elementos de cultura e as muitas identidades de sentimentos que faziam dos portugueses e dos luso-descendentes<sup>106</sup> uma unidade de expressão e cultura.

Eça de Queiroz é tão nosso — tão dos brasileiros — quanto dos portugueses; tão do nosso conjunto de valores transnacionais quanto Camões e Vieira, O mesmo está acontecendo hoje com certos “regionalistas” brasileiros nos quais os portugueses se encontram, a despeito dos indianismos, dos africanismos, dos pernambucanismos, dos caipirismos que eles empregam.<sup>107</sup>

Freyre apontava uma unidade psicológica e ao mesmo tempo cultural entre Portugal, Brasil, África e Índia portuguesas, Madeira, Açores e Cabo Verde que se teria desenvolvido a partir da característica colonizadora da mestiçagem. Tal semelhança gerou uma consciência de “espécie”; de integração entre Portugal e os luso-descendentes, gerada pelo vigor híbrido comum. O homem português inovou, renovou e se enriqueceu de aspectos novos da cultura criada por um contato dinâmico, ativo e diferenciador. A mestiçagem proporcionou a igualdade, tanto quanto possível, de oportunidades sociais e culturais, possibilitando uma democracia social.

A diferença em que se exprime já francamente a ação, antes renovadora que corruptora da mestiçagem, sobre a cultura de sabor português. (...) Este fenômeno, se já não se verifica em outras áreas de formação portuguesa - na Índia, em Macau, em Cabo Verde - está - segundo parece - para se verificar:

---

<sup>104</sup> Ver MIRANDA, Rachel de. *Op. Cit.*

<sup>105</sup> Nesse contexto, Gilberto Freyre citou o Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura como exemplo de instituição que já se dispunha na cooperação dos países luso-descendentes e o Dr. Manuel Múrias, diretor do Arquivo Histórico Colonial de Lisboa: “(...) me parece que deve ser no sentido de procurarmos todos conservar, ao lado do ponto de vista regional ou nacional, o transnacional quando se fizer a sistematização de esforços, já haverá essa coincidência de orientação, essa antecipação de colaboração”. FREYRE, G. *Op. Cit.*, p.81.

<sup>106</sup> Termo usado por Freyre, ver *Ibidem*.

<sup>107</sup> *Ibidem*, p.67.

com a mesma intensidade que no Brasil nuns pontos, talvez com menor vivacidade noutros. O que não deixará de haver entre luso-descendentes serão (...) essas provas de vigor e híbrido na esfera da cultura. Vigor híbrido não na parte das “sub-raças”, mas das culturas, ou “sub-culturas”.<sup>108</sup>

Em *O Mundo que o Português Criou*, o hibridismo foi analisado, num primeiro instante, como um fenômeno, relativamente destacado, da própria mestiçagem. Posteriormente, a idéia de vigor híbrido se funde com a de mestiçagem e, finalmente, com a idéia de cultura ibérico tropical.<sup>109</sup> A questão antropológica e social da mestiçagem constituía para Freyre um elemento essencial, pois era ao mesmo tempo o elo entre o passado comum e os luso-descendentes e a chave para a compreensão dos traços e tendências semelhantes. O autor forneceu um passado coerente pelo hibridismo e realidade, e assim, uma identidade nova brasileira pautada pela noção positiva da mestiçagem e diferença. Tal compreensão identitária foi compartilhada ao mundo lusófono, numa tentativa de apreensão das diferenças e semelhanças que compõem os povos de herança lusitana.

Impossível interpretar aquele passado e compreender esses traços, sem um estudo mais largo e mais profundo do fato que, do ponto de vista sociológico, é o fato central da história da colonização portuguesa: a rápida e generalizada mistura de raças e de culturas de que resultaram combinações e perspectivas tão novas para o mundo moderno em geral e para o espírito ou a energia portuguesa em particular.<sup>110</sup>

Para os críticos de Freyre, sua abordagem promovia a representação de uma imagem idílica do passado, capaz de ocultar a efetiva dominação, além de denegrir o caráter europeu da colonização portuguesa.<sup>111</sup> Muitas críticas se prendiam à idéia de que a sociedade colonial caracterizada por ele seria uma espécie de “paraíso tropical”, onde as relações de harmonia e paz social entre senhores e escravos seriam muito mais de aproximação do que antagonismos, ou ainda, mais de confraternização do que de confronto.

O historiador e antropólogo Ricardo Benzaquén ressaltou as nuances e ambigüidades de Freyre. Em *Guerra e Paz: Casa-Grande & Senzala na Obra de Gilberto Freyre nos Anos 30*, reinterpretou a obra de Gilberto Freyre sob o seguinte olhar:

(...) interpretar a sua produção intelectual no período não tanto como uma alternativa conservadora, mas como um outro modernismo, eventualmente

---

<sup>108</sup> FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940, p. 53.

<sup>109</sup> Ver MIRANDA, Rachel de. *Op. Cit.*

<sup>110</sup> FREYRE, Gilberto. *Op. Cit.*, p.70.

<sup>111</sup> Ver, *Ibidem*.

distinto daquela postura a um só tempo nacionalista e modernizadora que se tornava gradualmente hegemônica entre nós.<sup>112</sup>

Benzaquén não ignorou a idéia de Freyre acerca da fronteira tênue e estreita existente entre a Casa Grande e a Senzala, pois a miscigenação racial e principalmente a cultural foram centrais na estrutura da obra e do pensamento freyriano. Contudo, Benzaquén evidenciou, através de citações claras recortadas de *Casa Grande & Senzala*, que também não foi ignorada, ou mesmo desconsiderada, a violência da escravidão; o autor simplesmente não se limitou ao óbvio. Dessa maneira, acreditar que a visão de Gilberto Freyre sobre a formação colonial brasileira baseou-se numa imagem de “paraíso tropical” seria “concluir por uma meia verdade em seu sentido mais literal”.<sup>113</sup>

Gilberto Freyre estruturou sua análise na articulação Estado/Sociedade: “*O repentino triunfo republicano pôs alguns brasileiros em face do problema de seu futuro nacional, ao mesmo tempo que os obrigou a considerar no seu passado, singularidades que vinham sendo mal estudadas*”.<sup>114</sup> A revalorização de elementos do passado colonial e do período monárquico ocorreu a contraponto do novo. Aqueles traços da tradição lusa, responsáveis pela ordem nacional, passaram a ser recuperados pelo pensamento brasileiro.

Aproximando-se do pensador espanhol Unamuno, Freyre defendia que a cultura brasileira encontraria direção para seu crescimento, consolidação e manutenção em seus próprios elementos internos. A transferência de idéias estrangeiras, defendida por outros ensaístas nas décadas de 1920 e 1930, teria um significado não só ilusório, mas também trágico, que alteraria o rumo lógico e original da sociedade.

O hibridismo que caracterizou a formação nacional veio a tornar inócuas quaisquer soluções externas ou elaboradas em patamares diferentes, ou seja, arranjos sociais concebidos sobre outros valores que não os tipicamente brasileiros. Assim era o caráter do iberismo, um original encontro entre o Oriente e o Ocidente que não permitia a adoção das idéias liberais tipicamente européias. Freyre entendia a sociedade e o povo brasileiro, a partir dos processos de assimilação e acomodação, como um corpo social homogêneo. Esses processos possibilitaram a presença simultânea de traços psico-

---

<sup>112</sup> ARAÚJO, Ricardo Benzaquén de. *Guerra e Paz: Casa-Grande & Senzala na Obra de Gilberto Freyre nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994, p. 21.

<sup>113</sup> *Ibidem*, p.48.

<sup>114</sup> BASTOS, Élide Rugai. *Gilberto Freyre e o pensamento hispânico. Entre Dom Quixote e Alonso El Bueno*. Bauru/SP: EDUSC, 2003, p. 142.

sociais e culturais das diferentes raças formadoras da população brasileira, configurando-se de modo indelével a sociedade.

O conjunto composto por *Casa-Grande & Senzala*, *Sobrados e Mucambos* e *Ordem e Progresso* constituiu o que Freyre identificou como “Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil”. Assim, em *Casa-grande & Senzala*, analisou o Brasil do período colonial, correspondendo ao estudo da formação nacional e da constituição do povo brasileiro; em *Sobrados e mucambos*, direcionou-se ao exame do século XIX, desde a vinda da corte portuguesa até o período republicano, descrevendo a decadência do patriarcado rural e o desenvolvimento das cidades. Por fim, em *Ordem e Progresso*, enfocou as últimas décadas do século XIX e as três primeiras do século XX, analisando a desintegração da sociedade patriarcal no quadro da transição do trabalho escravo para o trabalho livre e as pressões modernizantes.

É importante assinalar que na trilogia foram desenvolvidas idéias originais sobre a sociedade brasileira e determinados períodos da história nacional. Questionava-se como, na mudança de um regime para outro, se mantinha a organicidade da sociedade e a unidade nacional. Se no Império a simbiose monarquia e patriarcado favoreceu uma ordem de certa forma democrática, no momento republicano, o que possibilitaria sua continuidade?

Responder a tais indagações foi a grande finalidade das referidas obras. Freyre acreditava que a chave estava nas forças simultaneamente de equilíbrio e de conflito que atravessam a sociedade: de um lado, a permanência de certos ritos que compunham a legitimidade do sistema e permitiam sua reprodução; de outro, mudanças resultantes da decadência do patriarcado e da alteração da composição étnica da população como produto da vinda de imigrantes, que alteraram a face da sociedade brasileira. Assim, as transformações de caráter cultural, econômico, social e político — linguagem, crenças, moda, higiene, sanitarismo, urbanização, instituições, deslocamento regional da economia — transformaram significativamente o perfil da comunidade nacional.

Como bem salientou Ricardo Benzaquén, Gilberto Freyre foi por vezes contraditório, ambíguo e via de regra não conclusivo. Contudo, isso revelou a face complexa do autor, para quem a imprecisão e a ambivalência traziam estética e recurso essenciais à construção dos argumentos. Freyre assinalava para os críticos o fato de ser um pensador de tradição ibérica,<sup>115</sup> o que marcaria o seu perfil intelectual de

---

<sup>115</sup> Ver, FREYRE, Gilberto. *Op. Cit.*.

ajustamento da palavra à personalidade, e não o contrário, traço que o tornava mais um escritor de campo do que de gabinete e o autorizava a descrever e interpretar a realidade sob uma perspectiva sensível e personalista.

De fato, foi apresentado ao público um tratamento interdisciplinar inédito e até certo ponto revolucionário para a época, em cada um dos temas abordados: a criança, a mulher, o patriarcalismo, a religião, a língua, a culinária, a raça, a cultura, o índio, o europeu, o africano, a economia, a ecologia e a família, impactando os estudos sociais e culturais da segunda metade do século XX. Gilberto Freyre rompeu com preconceitos, fontes e lugares comuns, oferecendo uma abordagem original, marcada pela erudição e pela pesquisa científica, devidamente alinhavadas por uma linguagem próxima do estilo literário e acessível ao grande público. Tem-se, portanto, uma espécie de obra de transposição de uma realidade que o autor tentou captar e compartilhar em sua totalidade, sem simplificações e reducionismos, buscando a criação de um consenso social e até certo ponto político sobre os valores nacionais e luso-tropicais.

Seja como for, o luso-tropicalismo não serviria apenas de instrumento político para os governos português e brasileiro. Sua propagação, positiva ou negativa, abriria caminhos em várias direções, sobretudo nos domínios das ciências sociais e no âmbito das instituições político-culturais. Tal disseminação ainda contribuiria para o enraizamento de uma imagem lusófona ainda sustentada e reproduzida, especialmente, por Brasil e Portugal.

## Capítulo III

### **O Contexto Luso-Tropical e as Relações Luso-Brasileiras**

#### **III. 1 – Gilberto Freyre e o Estado Novo**

O novo regime implantado por Vargas em 1937 tinha a pretensão de se firmar e modernizar o país sobre bases bem definidas. Apesar da figura de Oliveira Vianna como consultor jurídico do governo Vargas e das influências darwinistas, spencerianas e positivistas que caracterizavam a concepção modernizadora do Estado – de que o povo era naturalmente inferior e precisava ser conduzido ao aperfeiçoamento nacional –, buscavam-se as verdadeiras raízes da nacionalidade brasileira. Para isso, temas regionais foram resgatados e três modelos foram destacados: Cassiano Ricardo, com o tema “São Paulo das Bandeiras”, Gilberto Freyre com “Pernambuco da Cana-de-Açúcar, da Casa Grande e da Senzala”, e Alceu Amoroso Lima, com “A Alma da Sociedade Mineira”. Dentre os modelos, o de Freyre ganhou visibilidade e prestígio internacional, tendo sido, apesar das críticas, incorporado pelo Estado Novo.<sup>116</sup> O modelo de *Casa Grande & Senzala*<sup>117</sup> foi a única proposta capaz de apresentar uma imagem renovadora, original e positiva da civilização brasileira, em que, concordando com Suppor:

Num mundo crescentemente interdependente, onde as relações interculturais, interraciais e interregionais são determinantes, a questão da miscigenação aparece como a grande contribuição do Brasil ao mundo. A cultura brasileira é única, não é nem fruto da integração, nem da assimilação, nem mesmo da dominação, mas de um processo de “interpenetração”.<sup>118</sup>

O caráter nacionalista do governo de Getúlio Vargas apreciava também a discordância de Freyre em relação às correntes de análise anti-portuguesas sobre a colonização brasileira.<sup>119</sup> Getúlio criou uma política cultural de raiz nacionalista, tornando obrigatório, por exemplo, o ensino em língua portuguesa.

---

<sup>116</sup> Ver SUPPO, Hugo R. “Gilberto Freyre e a Imagem do Brasil no Mundo”. *Cena Internacional*, Ano 5, nº 2, Dez/2003, p. 40-58.

<sup>117</sup> Ver *Ibidem*.

<sup>118</sup> *Ibidem*, p. 45.

<sup>119</sup> Ver SUPPO, Hugo R. *Op. Cit.*, p. 45.

No ano de 1939, em viagem ao extremo sul do Brasil, Gilberto Freyre entrou em contato com a gente e a paisagem daquela região. Ficou impressionado com o abrasileiramento do alemão e de outros colonos, percebendo o processo de nacionalização através do gesto, do ritmo do andar e da prática de atos tradicionalmente brasileiros. Esse abrasileiramento, segundo ele, fazia-se quase sempre pela pressão do ato sobre o espírito, ou seja, alemão ou o italiano começavam a se nacionalizar pela prática de uma série de pequenos atos brasileiros. A liturgia e o ritual diário acabavam por persuadir suas raízes e almas de imigrantes. Mereceu destaque, ainda, o fato de que todos esses imigrantes, de diversas nacionalidades, trariam suas contribuições culturais. O Brasil caminhava para se tornar uma cultura plural.<sup>120</sup>

No entender de Freyre, o Brasil não deveria somente absorver a cultura luso-brasileira, mas sim defendê-la e desenvolvê-la, pois ela seria a condição essencial da vida da nação. Vargas também percebia a necessidade do fortalecimento das bases luso-brasileiras. Ao receber os membros do Conselho de Imigração e Colonização, o presidente ressaltou o direito do Brasil em optar pelas correntes emigratórias que mais convinham. Deveria ser seguido o critério histórico da formação luso-brasileira.

O presidente Getúlio Vargas mostrou recentemente compreender a necessidade de defesa daquele tronco, não tanto racial, quanto cultural, da nossa sociedade e da própria organização política do Brasil: o tronco português. O velho elemento lusitano cuja importância cedo se tornou clara para mim, não através do entusiasmo literário ou de preocupação política, mas em consequência do estudo: o estudo da nossa formação social libertado do preconceito anti-português que por tanto tempo dominou a muitos dos estudiosos brasileiros de assuntos de colonização e de história nacional.<sup>121</sup>

As vidas políticas de Brasil e Portugal na década de 1930 atravessavam contextos político-ideológicos semelhantes, marcados por forte afirmação nacionalista com regimes batizados pela mesma designação: Estado Novo. Vargas e Salazar logo afinaram os laços institucionais entre os seus países, aproveitando as vias mais

---

<sup>120</sup> Quando retornou de viagem, um jornalista perguntou sobre sua impressão das “populações coloniais” do sul. Freyre respondeu que, a seu ver, tais populações deveriam ficar separadas. Apesar de serem grupos europeus, representavam um perigo para a cultura luso-brasileira. Para Gilberto Freyre, o Brasil não existia sem a formação portuguesa; Portugal tinha direitos lingüísticos e culturais, pois quando colonizou parte da América, firmou nos trópicos uma civilização com elementos predominantemente europeus e cristãos. FREYRE, Gilberto. *O Mundo que o Português Criou*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940, p. 39.

<sup>121</sup> FREYRE, Gilberto. *Op. Cit.*, p. 40 e 41.



favoráveis e concretas existentes: a história em comum e a familiaridade entre os intelectuais portugueses e brasileiros.<sup>122</sup>

O caráter nacionalista que ele [Getúlio Vargas] imprimiria à sua política de governo, o levou a cercar, pouco a pouco da velha metrópole, no seu entender, o berço das raízes étnicas e culturais da jovem nação americana. Duas intervenções pontuais, dos então ministros Osvaldo Aranha e Gustavo Capanema ilustram bem essa concepção. O primeiro advertia que (...) o Brasil é amigo de todos, mas, filhos, só de Portugal. O segundo, fazendo-lhe coro, afirmava que (...) os brasileiros se orgulhavam de ser portugueses na América.<sup>123</sup>

Esboçavam-se, assim, os traços de uma possível afinidade ideológica e de projetos políticos, no qual Gilberto Freyre se encaixaria de forma conveniente. Vargas buscava alterar a reputação e imagem do Brasil de país atrasado e etnicamente incapaz, e Salazar procurava meios de contornar as pressões internacionais favoráveis à autodeterminação das colônias portuguesas.

Portugal, isolado e recuado desde a Conferência de Berlim (1885) até o Ultimato Britânico (1890), assistiu à falência do seu antigo argumento histórico, critério de legitimidade para a realização de seus interesses no que tangia à ocupação do território africano na corrida imperialista. No campo político, tornava-se frequente responder aos pleitos externos invocando o passado dos descobrimentos e a relação privilegiada que os portugueses alegadamente mantinham com as regiões africanas e as diversas culturas. A transição do século XIX para o XX implicou a definição uma nova política colonial face ao crescente interesse das potências europeias pela África. Em 1930, o Ato Colonial, inaugurou uma nova fase na administração colonial portuguesa: imperial, nacionalista e centralizadora.<sup>124</sup>

O Acto Colonial começa por reafirmar a vocação e o direito histórico de Portugal à colonização: ‘É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhes é adstrita pelo Padroado do Oriente’ (art.º 2.º). Depois esclarece que ‘os domínios ultramarinos de Portugal denominam-se colônias e constituem o Império Colonial Português’ (art.º 3.º); este ‘é solidário nas suas partes componentes e com a metrópole’ (art.º 5º). Proíbe a alienação de qualquer parte dos territórios e direitos coloniais de Portugal (art.º 7º).<sup>125</sup>

---

<sup>122</sup> Ver GUIMARÃES, Lucia Maria P. “Relações Culturais Luso-Brasileiras: alguns pontos de confluência.” In.: *Convergência Lusíada*. Rio de Janeiro, 24: 256-264, 2º semestre de 2007.

<sup>123</sup> *Ibidem*, p. 136.

<sup>124</sup> Ver CASTELO, Cláudia. “O modo português de estar no mundo”. In: *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa. (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1998, p. 45.

<sup>125</sup> *Ibidem*, p. 46.

Com o intuito de penetrar na mentalidade política e cultural da época, o novo conceito de Império, a um tempo naturalista e ontológico,<sup>126</sup> foi divulgado em diversos textos e discursos. O ministro das colônias Armindo Monteiro (1931-1935), grande teórico da política imperial portuguesa, concebeu o Império como uma unidade de sentimentos históricos acima dos interesses políticos e econômicos. De acordo com Cláudia Castelo:

Portugal pode ser apenas uma nação que possui colônias ou pode ser um Império. Este será a realidade espiritual de que as colônias sejam a corporização. A par da extensão territorial, o Império resulta, sobretudo, da existência de uma mentalidade particular. Funda-se esta, essencialmente, na certeza que a nação possui do valor da obra que já realizou, na vontade de a prosseguir ininterruptamente, na convicção que pode prosseguir-la, vencendo todas as dificuldades.<sup>127</sup>

Em suma, o Ato Colonial funcionava como o pacto colonial da fase mercantilista e construía no plano doutrinário a ligação vital de Portugal, como nação soberana, ao seu império colonial.<sup>128</sup> Nesse sentido, o Estado Novo lançou um conjunto de iniciativas que pretendiam afirmar não só os direitos dos portugueses no além-mar, como também a grandeza da ação civilizadora da Nação Portuguesa.

Assim, decorreram o I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo e a Exposição Histórica da Ocupação,<sup>129</sup> ambos realizados no ano de 1937. E, sem dúvida, o grande evento que procurou consolidar a imagem de Portugal como multicontinental e multirracial foram as Comemorações Centenárias de 1940, promovidas por ocasião do Duplo Centenário. A realização do Congresso Luso-Brasileiro de História, durante as Comemorações, representou um importante empreendimento do Estado salazarista com vistas ao estreitamento dos laços com o Brasil por meio de uma política de relações culturais que procurava despertar um sentimento luso-brasileiro de correspondência patriótica, baseando-se na existência de um patrimônio comum, em que a história constituía um dos mais fortes esteios.<sup>130</sup>

Em 1938, ao anunciar as solenidades do Ano Áureo, Antonio de Oliveira Salazar fez o seguinte pronunciamento:

---

<sup>126</sup> ROSAS, Fernando. *O Estado Novo (1926-1974)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 287.

<sup>127</sup> Ver CASTELO, Cláudia. *Op. Cit.*, p. 47.

<sup>128</sup> GONÇALVES, Williams da Silva. *O Realismo da fraternidade: Brasil-Portugal - Do Tratado de Amizade Ao Caso Delgado*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, 2003.

<sup>129</sup> Gilberto Freyre foi um dos delegados oficiais do governo brasileiro nesses eventos, contudo suas conferências foram lidas por Manuel Murias, pois Freyre teve de regressar prematuramente ao Rio de Janeiro por problemas de doença na família. Ver GUIMARÃES, Lucia Maria P. *Afinidades Atlânticas: Impasses, quimeras e confluências nas relações luso-brasileiras*. Rio de Janeiro: Quartet, 2009, p. 139.

<sup>130</sup> Ver *Ibidem*.

Ao Brasil é devida referência especial, (...) havemos de pedir ao Brasil que venha a Portugal no momento em que festejaremos os nossos oitocentos anos de idade ajudar-nos a fazer as honras da Casa; que erga o seu padrão de História ao lado do nosso; que não seja apenas nosso hóspede de honra, mas como da família.<sup>131</sup>

Getúlio Vargas respondeu-lhe no mesmo diapasão:

(...) o Brasil, carinhosamente convidado, comparecerá, e timbra em fazer não como visitante cortês; mas como membro da família que, embora politicamente separado, permanece fiel ao seu espírito e leal à sua amizade. A antiga colônia associou-se às Comemorações Centenárias na qualidade de nação irmã, participando da Exposição do Mundo Português e do Congresso Luso-Brasileiro de História.<sup>132</sup>

Entre dois de junho e dois de dezembro de 1940, Portugal vivenciou uma série de festejos a propósito de celebrar a passagem do oitavo e do terceiro centenários da fundação do Reino (1139) e da Restauração (1640), respectivamente. Embora não esteja em nossos propósitos discutir as motivações de natureza político-ideológicas que levaram o Estado salazarista a promover aquelas celebrações, convém ressaltar que a política cultural desenvolvida por Antônio Ferro e posta em execução pelo Secretariado de Propaganda Nacional<sup>133</sup> buscava elevar o espírito do povo português, valorizando-o não apenas como grupo étnico, mas também por sua cultura, pela força de produção, pela capacidade civilizadora e pela unidade independente no concerto das nações.<sup>134</sup> Sua consecução assentava-se sobre três pilares: o uso da cultura como símbolo da nacionalidade e meio de propaganda, de modo a engrandecer a obra de governo de Salazar; a tentativa de conciliar a velha tradição e os valores lusitanos com a modernidade simbolizada pelo advento do Estado Novo; e o estabelecimento de uma cultura nacional e popular com base nas raízes e nos ideais forjados pelo regime salazarista.<sup>135</sup>

---

<sup>131</sup> SALAZAR, Antonio de Oliveira. "Independência de Portugal - Nota oficiosa da Presidência do Conselho". *Revista dos Centenários*, Lisboa, 1:3, janeiro de 1939.

<sup>132</sup> VARGAS, Getúlio. "Discurso", pronunciado em 17 de junho de 1939, no Real Gabinete Português de Leitura. *A Ação dos portugueses do Brasil na Exposição do Mundo Português (...)*. Rio de Janeiro: [s.n], 1940.

<sup>133</sup> Ver TORGAL, Luís Reis. *História e ideologia*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989, p. 194. (Coleção Minerva - História nº 3). Ver, também, LEONARD, Yves. *Salazarismo e Fascismo*. Tradução de Catarina Horta Salgueiro. Lisboa: Editorial Inquérito, 1998, p.95-96.

<sup>134</sup> Ver GUIMARÃES, Lucia Maria P. "À Sombra das Chancelarias: A Preparação do Congresso Luso-Brasileiro de História (Lisboa, 1940)". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: IHGB, a. 168, n. 437, p. 49-66, out./dez. 2007.

<sup>135</sup> Ver ROSAS, Fernando. *O Estado Novo nos anos trinta: 1928-1938*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986. E ROSAS, Fernando. "Salazar e o Salazarismo: Um caso de longevidade". In: *Salazar e o Salazarismo*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1989.

Uma das principais ações concretizadas nos festejos das Comemorações Centenárias foi a Exposição do Mundo Português, pois segundo o próprio Salazar a Exposição representaria: “(...) *uma síntese da nossa ação civilizadora, da nossa ação na história do mundo, mostrando, por assim dizer, todas as pegadas e vestígios de Portugal no globo*”.<sup>136</sup> O Brasil foi único país estrangeiro com pavilhão próprio na Exposição, o que ressalta o seu lugar de evidência, pois assim o Brasil exibiria sua história, cultura e feições modernas.

O Brasil não só era a materialização do sucesso da ação civilizatória portuguesa, como também integrava o Império Português enquanto um Império moral e espiritual. De fato, a expressão “Império Português” correspondia ao imperativo da raça e representava a consciência de Portugal sobre o seu destino histórico e o seu papel de principal defensor do patrimônio espiritual português. Do ponto de vista simbólico, a inserção brasileira nos festejos do duplo centenário servia prova positiva àqueles que desqualificavam a colonização lusa, funcionaria como uma espécie de *prova póstuma* das virtudes civilizadoras portuguesas.<sup>137</sup>

A participação brasileira na festa das comemorações servia de antídoto às críticas que denegriam a colonização portuguesa. Não por acaso, Júlio Dantas<sup>138</sup> escreveria na Revista dos Centenários: “(...) *que o mundo seja testemunha do que é o Brasil na História de Portugal – uma das suas páginas mais belas e sua mais extraordinária realização, e do que é Portugal para o Brasil – a fonte inicial de sua vida, a Pátria da própria Pátria*”.<sup>139</sup>

Em todos estes fragmentos do corpo universal da nação pulsa um coração comum, velho de oito séculos, mas forte, rejuvenescido e orgulhoso do seu ritmo épico. Que todos os portugueses pensem e sintam que as festas de 1940 são deles e para eles. Festas da grande família lusitana, nelas cabe o Brasil,

---

<sup>136</sup> ALMEIDA, José Carlos. “Portugal, o Atlântico e a Europa. A identidade nacional, a (re)imaginação da nação e a construção europeia”. In: *Nação e defesa*, n.º. 107, 2ª. Série, 2004, p. 147-172.

<sup>137</sup> A expressão é de Fernando Catroga. Cf. CATROGA, Fernando. “Ritualizações da história”. In: CATROGA, Fernando; TORGAL, Luís R. & MENDES, J. A. *História da História em Portugal: da Historiografia à Memória Histórica (séculos XIX e XX)*. Lisboa: Temas e Debates e Autores, 1998, p. 268-269.

<sup>138</sup> Figura proeminente na vida intelectual portuguesa. Presidiu a Comissão Nacional que coordenou as Comemorações Centenárias e foi editor da Revista dos Centenários.

<sup>139</sup> A Revista dos Centenários, fonte documental da maior importância, foi o instrumento de divulgação da comissão organizadora das Comemorações. Nela foram apresentados os programas e preparativos para a celebração lusitana, além de servir de veículo para convocação dos portugueses dispersos pelo mundo, para participarem e colaborarem na grande festa, em especial, os portugueses do Brasil. COMISSÃO NACIONAL DOS CENTENÁRIOS. *Revista dos Centenários*, Lisboa: C. N. C., n. os 1-22, Janeiro de 1939 – Dezembro 1940, p. 13.

nação irmã, que partilha gloriosamente o nosso patrimônio histórico e lingüístico.<sup>140</sup>

O Brasil se percebia “(...) *como filho dileto da diáspora ultramarina portuguesa*”<sup>141</sup> e os intelectuais e as autoridades brasileiras correspondiam aos anseios da mãe-pátria. Essa postura pode ser observada pela atenção que o governo de Getúlio Vargas conferiu aos festejos portugueses de 1940.

No âmbito da presidência da República, instituiu-se a Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal, presidida pelo Chefe da Casa Militar, o general Francisco José Pinto, encarregado de coordenar todas as iniciativas e esforços para garantir uma participação esmerada naquelas solenidades. Designadamente no que tangia à *Exposição Histórica do Mundo Português*, onde o Brasil serviria de vitrine para a Europa em seu pavilhão oportuno.

Diga-se de passagem, há registros do cuidado dispensado aos preparativos para figurar na *Exposição* até mesmo no *Diário* de Vargas,<sup>142</sup> que aproveitou a oportunidade e empenhou-se para projetar uma imagem positiva não apenas de si, “*o fundador do Estado Novo no Brasil*”,<sup>143</sup> mas também da nação que administrava: jovem, moderna e civilizada, possuidora de amplos potenciais de riqueza.<sup>144</sup> Esse perfil, sem equívoco, correspondia às expectativas de Salazar. No fundo, para os dois governantes a *Exposição* se afigurava conveniente aos seus propósitos nacionalistas e revivescentes.

O Congresso Luso-Brasileiro de História e as Comemorações Centenárias procuravam reavivar a memória lusitana para construção de uma compreensão entre as duas nações irmãs num mesmo sentimento e raça luso-brasileira. Para o Brasil reascender a lusitanidade era conveniente, visto que, no conturbado início do século XX, era imprescindível fortalecer os vínculos com Portugal dado o perigo de desnacionalização frente às várias correntes imigratórias de diversas raças que vinham ocupando o vastíssimo território brasileiro. Portanto, as relações luso-brasileiras se

---

<sup>140</sup> COMISSÃO NACIONAL DOS CENTENÁRIOS. *Revista dos Centenários*, Lisboa: C. N. C., n os 1-22, Janeiro de 1939 – Dezembro 1940, p. 16 e 17.

<sup>141</sup> TORGAL, Luís Reis. *História e ideologia*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989, p.189 (Coleção Minerva- História nº 3).

<sup>142</sup> Ver GUIMARÃES, Lucia Maria P. “À Sombra das Chancelarias: A Preparação do Congresso Luso-Brasileiro de História (Lisboa, 1940)”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: IHGB, a. 168, n.437, p. 49-66, out./dez. 2007.

<sup>143</sup> O aposto aparece seguido ao nome de Getúlio Vargas, acima de uma imagem do busto presidente em alto relevo, superposta na fachada principal do Pavilhão Brasileiro, na *Exposição Histórica do Mundo Português*.

<sup>144</sup> Ver GUIMARÃES, Lucia Maria P. *Op. Cit.*

estreitaram neste período a fim de que fossem mantidas as tradições históricas e nacionais. Conforme já mencionado, tanto Getúlio Vargas quanto Antônio de Oliveira Salazar desenvolviam políticas públicas direcionadas à valorização da nacionalidade, apoiadas em determinadas concepções pragmáticas da história.

É relevante salientar que as fontes alocam o desenvolvimento da política de aproximação cultural luso-brasileira num período de crise, por causa da II Guerra Mundial, e por isso visavam à defesa da tradição colonial portuguesa e à manutenção dos seus domínios na África e na Ásia. O duplo Centenário foi a oportunidade de demonstrar a todos a eterna vocação lusitana, e que o Brasil era um exemplo de futuro possível para os territórios do ultramar, mesmo sendo um país do encontro de três raças. “(...) *A Terra de Santa Cruz é a demonstração colossal de nosso poder colonizador; significa o padrão das possibilidades portuguesas para o aparecimento de novos mundos*”.<sup>145</sup>

Ao cooperar com o governo português, Getúlio Vargas pretendia demonstrar ao mundo que o Brasil era um modelo de civilidade, generosidade e trabalho. Deste modo, Vargas reformulou os programas de participação do Brasil nas Comemorações Centenárias e procurou adaptá-lo, de modo a fazer a propaganda do seu projeto político. Assim, a relação que se estabeleceu entre os dois países não era ingênua, antes respondia a um jogo de interesses de Vargas e Salazar.

A presença do Brasil nos Centenários não era mais só uma questão de exaltação nacionalista, era também uma necessidade estratégica. A aliança entre os governos português e brasileiro, firmada na ocasião dos centenários, consolidaria a amizade, podendo Portugal contar com o Brasil em horas de incertezas como no pós-guerra ou no período de descolonização. Assim como em 1808, mais uma vez Portugal voltava-se para o Atlântico nas angustiosas horas de perigo e insegurança, tendo no Brasil seu porto seguro.

Gilberto Freyre se depara com este quadro político-ideológico. Sua idéias foram, num primeiro momento, repugnadas pelos ideólogos dos Estados Novos, tanto português quanto brasileiro, por serem consideradas demasiado radicais e transgressoras. Os únicos casos de reconhecimento imediato tiveram lugar no campo

---

<sup>145</sup> CORTE-REAL, João. “Um documento secular passado no Rio de Janeiro”, *Congresso do Mundo Português – Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso Luso-Brasileiro de História*. Lisboa: [s.n.], 1940, v. IX, p. 192.

cultural.<sup>146</sup> O antropólogo Antônio Augusto Mendes Correia, por exemplo, em sua comunicação no Congresso Luso-Brasileiro, “*O elemento português na demografia do Brasil*”, exaltou a tese de *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre expondo que:

Das velhas armadas, das antigas caravelas, dos frágeis veleiros de outros tempos, dos modernos transatlânticos, até os trágicos destroços de naufrágios, aportaram, por mais de quatro séculos, à costa brasileira, milhares, milhões de compatriotas nossos, formigueiro humano que deu à formação, ao engrandecimento e à glória do Brasil o melhor do seu esforço. Não lhes pertence todo o mérito da assinalada epopéia sul-americana. Tiveram colaborações preciosas, de outros elementos étnicos, de fatores naturais incontestáveis, de circunstâncias históricas. Embora os séculos, o meio e os cruzamentos não hajam destruído os nossos colonos e emigrantes e nos seus descendentes as virtualidades germinais, uma flama interior que é herança biológica imortal, há, de certo na vida e na população brasileiras elementos importantes de diferenciação relativamente à vida e a população da antiga metrópole. Mas as diferenças não excluem afinidades que nenhum capricho do destino ou vontade terrena alcançara jamais suprimir ou sequer desfigurar. São afinidades de raça, de língua, de civilização, de história, de fé, as quais garantem, através de milênios e de todos os episódios e vicissitudes, a realidade e a permanência de uma bela unidade moral luso-brasileira.<sup>147</sup>

O luso-tropicalismo de Freyre sempre foi alvo de críticas, em especial nas décadas de 30 e 40. De qualquer modo, a partir da década de 50, foi incorporado no discurso político oficial, de forma explícita e implícita, notadamente por parte do regime português, devido aos crescentes ataques ao colonialismo.

### III. 2 – Recepção e Críticas ao Luso-Tropicalismo

Tanto no Brasil quanto em Portugal, Gilberto Freyre foi alvo de muitas críticas públicas. A publicação de *Casa Grande & Senzala* gerou, entre a intelectualidade ultra-reacionária pernambucana, certa polêmica em relação a Gilberto Freyre e sua obra, o que, de antemão, demarcaria o destino polêmico do autor. Termos como “imundo”, “infame” e “obsceno” foram freqüentemente utilizados para se referir ao autor em jornais e revistas da época.

Os extremistas de direita foram implacáveis nos julgamentos do livro e Freyre, recém-chegado do exílio, amargava empastelamento do jornal que dirigia, *A Província*. Neste período, foi um dos organizadores dos I Congresso Afro-Brasileiro de 1934, sendo acusado por Afonso Arinos de Melo Franco, na imprensa do Rio de Janeiro, de

<sup>146</sup> CASTELO, Cláudia. Op. Cit., p. 48.

<sup>147</sup> Congresso Luso-Brasileiro de História. Volume XI Tomo III – p. 256-257.

demagógico e revolucionário, visto que estimulava a luta de raças, preparatória para a luta de classes.<sup>148</sup>

A vocação transgressora do autor chegaria mais longe quando, de forma pioneira no Brasil, introduziu a palavra ecologia num texto longo em que defendia a floresta amazônica e condenava a devastação do meio ambiente. Tal ousadia custou seu enquadramento na Lei de Segurança Nacional e um processo no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Não suficiente, saiu publicado no mensário *Fronteiras*, revista simpática ao movimento patriovinista que tinha como *slogan* “Ordem: Autoridade: Nação”, dirigida pelo escritor Manoel Lubambo e pelo artista plástico Vicente do Rego Monteiro, que Gilberto Freyre falava de ecologia porque os brasileiros gostavam de palavras pomposas e que ele sabia como ninguém responder a esse apetite.<sup>149</sup>

A revista criticou Gilberto Freyre em várias edições, incitando até mesmo a proibição da venda de *Casa Grande & Senzala*, que despertava o interesse do público estudantil. Como exemplo, tem-se o caso do professor Estevão Pinto, que recomendou a leitura da obra às alunas da Escola Normal do Recife. Em protesto, sob a autoria de Rego Monteiro, o seguinte alerta foi veiculado pelo editorial:

(...) os pais das normalistas precisam ler essa obra da mais descabelada pornografia para saberem o que Pinto ensina às suas alunas da Escola Normal. O caso, pela extrema gravidade, está a exigir severas providências do diretor da Escola e do secretário de Educação.<sup>150</sup>

Em 1936, ano do lançamento de *Nordeste*, a revista exacerbou os ataques. “*O livro não passa de uma sociologia dos detalhes. Sociologia dos morcegos, da cobra, do gato, da raposa, do guará e até do carrapato e do lacrau e do bicho-de-pé*”.<sup>151</sup> Por sua vez, a obra *Sobrados e Mucambos*, publicado no mesmo ano, foi recebida pelos conservadores como mais um trabalho subversivo, de incentivo à luta de classes.

Gilberto Freyre participou do Congresso Eucarístico, em 1939, no qual se viu exposto à execração pública, pois o professor José Cavalcante de Sá Barca, em discurso,

---

<sup>148</sup> Ver RIVAS, Lêda. “A mística do mestre: oito anos após a sua morte, Gilberto Freyre ainda provoca polêmica”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 22 fev. 1999.

<sup>149</sup> Ver *Ibidem*.

<sup>150</sup> *Ibidem*.

<sup>151</sup> *Ibidem*.



apontou *Casa Grande & Senzala* como um “vasto arsenal de pornografia, salpicado cá e lá de blasfêmias próprias e alheias, blasfêmias religiosas e científicas”.<sup>152</sup>

Quase que paralelamente, Manoel Lubambo voltava a investir em *Fronteiras*, que circulou até 1940, sem dar tréguas a Freyre, cuja obra ganhava então dimensão e reconhecimento internacionais. Como se pode notar em suas palavras:

Considero este livro como um ensaio dos mais perniciosos da sedução comunista no Brasil. Seu intuito é predispor, de criar ambiente propício, fazendo do brasileiro nato o resultado democrático da miscigenação, reduzindo a uma porção mínima a participação ariana. Para ele, o brasileiro é um produto afro-índio escravizado por uma minoria branca. Considero *Casa Grande & Senzala* um livro pernicioso e dissolvente, antinacional, anticatólico, anárquico e comunista.<sup>153</sup>

Em Portugal, intelectuais de origens político-ideológicas muito diversas também se manifestaram, entre eles: os salazaristas Osório de Oliveira e Manuel Múrias; Malheiro Dias, monárquico conservador; padre Joaquim Alves Correia, católico progressista; António Sérgio, João de Barros e Maria Archer, republicanos oposicionistas. Em geral, todos expressaram reações positivas, apesar de não convergentes, ao trabalho de Freyre, tendo em vista os interesses que compartilhavam pelas questões coloniais e as relações luso-brasileiras. Os direitistas fizeram uma interpretação nacionalista e até manipuladora da teoria freyriana, estimando a tônica da especificidade da colonização lusitana. Mas por outro lado, como bem atenta Cláudia Castelo, os esquerdistas foram mais críticos confrontando a realidade histórica com a prática colonial.<sup>154</sup> De acordo com a autora,

As divergências aparecem em torno do termo ‘democracia social’ (repudiado por Múrias, considerado passível de equívocos por Osório de Oliveira e destacado por Nemésio) (...), da generalização do modelo brasileiro a todo o ‘mundo português’, que agrada Manuel Múrias e levanta dúvidas entre a Maria Archer e António Sérgio. Segundo Sérgio, o êxito dos portugueses no Brasil teria sido determinado pelas condições físicas do novo território e não pela capacidade dos lusitanos se relacionarem com outros povos, numa base de tolerância e reciprocidade cultural. Ficava assim explicado o fracasso europeu e, nas entrelinhas, adivinhava-se o fracasso africano, de que Maria Archer fala na *Seara Nova*, apontando-lhe outras causas. Uma política colonial que desvaloriza a mestiçagem e a falta de amor no contacto dos portugueses com os africanos.<sup>155</sup>

---

<sup>152</sup> RIVAS, Lêda. *Op. Cit.*

<sup>153</sup> *Ibidem.*

<sup>154</sup> A autora apresenta de forma detalhada as críticas e recepções, no campo cultural e político, das teses de Gilberto Freyre em Portugal. CASTELO, Cláudia. *Op. Cit.*, p. 80.

<sup>155</sup> *Ibidem.*

No prefácio da primeira edição de *O Mundo que o Português Criou*, escrito por Antônio Sérgio, ficou clara a crítica e a difícil aceitação entre os portugueses de alguns aspectos da tese de *Casa Grande & Senzala*. Segundo o autor:

(...) o sentenciarmos a respeito da grei portuguesa que ela é inajustável a cultura européia - não será negar-lhe a plasticidade de espírito causa da sua assimilação aos trópicos? O considerá-la abertas a toda sorte de influências não redundaria em inibir-nos de a conceder cerrada a influência do gênio e da civilização na Europa? A não inadaptabilidade há nenhuma coisa - o dote de não ser anti coisa alguma - não será a própria definição exata deste mesmo conceito de plasticidade? Plásticos, como seremos nós anti-europeus?<sup>156</sup>

O eminente ensaísta interrogou os leitores a respeito do caráter português, inajustável à cultura européia, e sobre a já mencionada plasticidade do espírito português. Este povo, por ser considerado disposto a influências, diminuía o gênio civilizatório europeu transmitido por Portugal às suas colônias. Sobre o conceito de plasticidade, questionava a possibilidade dos portugueses serem anti-europeus. Isso posto, pode-se afirmar que Antônio Sérgio destacou algo bastante relevante e revelador sobre a mentalidade portuguesa e a recepção das idéias freyrianas. Afinal, se a maior capacidade atribuída por Freyre aos portugueses para se adaptarem aos trópicos fosse encarada como uma condição histórica, coerentemente, tornaria o português extra-europeu dentro da própria Europa. Como consequência, assistir-se-ia ao seu insucesso civilizatório ocidental, em comparação com as outras nações do continente.

No campo político, a teoria de Freyre era amplamente rejeitada, pois o governo português investido dos mitos que fundavam o ideário do Império, que pressupunham valores da raça portuguesa, repudiava a defesa da virtude da mestiçagem da colonização portuguesa. Nesse sentido, Vicente Ferreira, procurador da Câmara Corporativa em 1935, insurgiu contra a obra de Gilberto Freyre classificando-a obra de pouco científica:

Em Portugal há quem o considere [o mestiçamento] uma característica da raça. Gabamo-nos, até, da facilidade com que os portugueses se acasalam com as mulheres, demonstração evidente – segundo os tais – das superiores aptidões colonizadoras portuguesas! Erro grave, segundo nos parece! Porventura erro necessário nos primeiros tempos da colonização do Brasil; mas não deve, nas condições actuais de civilização de Angola e Moçambique merecer aplausos e, ainda menos, incitamentos oficiais ou oficiosos. Pelo contrário!<sup>157</sup>

Apesar dos colonialistas, nas décadas de 1930 e 1940, exaltarem a alegação de Freyre sobre a capacidade diferenciada dos portugueses para a colonização, o principal ideólogo da “mística imperial”, Armino Monteiro, não concebia o relacionamento

<sup>156</sup> FREYRE, Gilberto. *O Mundo que o Português Criou*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940, p.17.

<sup>157</sup> CASTELO, Cláudia. *Op. Cit.*, p. 84.

harmonioso e fraterno, numa base igualitária, entre portugueses e nativos. Monteiro, imbuído do darwinismo social, desvalorizava as culturas não europeias em prol de uma unidade nacional ou de uma civilização luso-tropical.

Deste modo, a concepção imperial dominante não era compatível com a idéia de fusão de elementos diversos numa nova civilização luso-tropical. Portugal tinha o dever histórico de impor às ‘raças inferiores’ os valores da civilização ocidental e do cristianismo, mas desse contacto civilizador teria de sair sem mácula. O processo era impositivo e unilateral. A possibilidade de se realizar em África uma simbiose étnica e cultural equilibrada repugnava ao exacerbado nacionalismo lusitano. Em nome da pureza da ‘raça’, da religião e da cultura portuguesas, a experiência brasileira não se podia repetir no império colonial português.<sup>158</sup>

O conjunto de críticas ora salientado põe em evidência o quanto *Casa Grande & Senzala* repercutiu nas no âmbito nacional. Recorde-se que, na década de 1930, questões sobre o caráter nacional estavam em foco tanto no Brasil e em Portugal. Em Portugal, um pequeno número de puristas rejeitava a mestiçagem, não só pelo entendimento das desvantagens biológicas da mistura das raças, mas principalmente pelos males causados pela dissolução de estilos tradicionais de cultura nos seus aspectos religiosos, étnicos e estéticos.

No Brasil, o nacionalismo estreito proveio de um pequeno número de lusófbos que apoiava certos mitos de raça. Eram aqueles descendentes da Europa do norte, arianistas que reprovavam os portugueses pela condição mestiça de grande parte da população brasileira e pela falta de espírito europeu, vendo na nova imigração europeia a verdadeira solução para o país. Freyre os caracterizava pela nostalgia da colonização holandesa, pelo entusiasmo com a civilização alemã e a atribuição do progresso de São Paulo a predominância de imigrantes europeus, de maneira especial os italianos.<sup>159</sup>

Nos círculos culturais africanos, Gilberto Freyre também foi lido e debatido. O grupo da revista cabo-verdiana, *Claridade*, fundada em 1936, reconhecia o estudo do sociólogo pernambucano da seguinte maneira:

Há pouco mais de vinte anos [em 1936], eu [Baltasar Lopes] e um grupo reduzido de amigos começámos a pensar no nosso problema, isto é, no problema de Cabo Verde. Preocupava-nos sobretudo o processo de formação social destas ilhas, o estudo das raízes de Cabo Verde.<sup>160</sup>

---

<sup>158</sup> CASTELO, Cláudia. *Op. Cit.*, p. 86.

<sup>159</sup> GONÇALVES, Williams da Silva. *O Realismo da fraternidade: Brasil-Portugal - Do Tratado de Amizade Ao Caso Delgado*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, 2003, p. 91.

<sup>160</sup> CASTELO, Cláudia. *Op. Cit.*, p. 80.

Nas ilhas crioulas, *Casa Grande & Senzala* inspirou um novo padrão literário e de representação do universo de Cabo-Verde. O grupo *Claridade* aderiu e disseminou aquelas teorias, aludindo ao modelo verificado no Brasil,

(...) criou-se “um tipo de civilização semelhante às zonas brasileiras de economia escravocrata à sombra das casas-grandes com engenhos” (...) “a evolução tem de fazer-se, como diz Gilberto Freyre para o Brasil, no sentido de todas as forças de cultura terem inteira oportunidade de expansão criadora”.<sup>161</sup>

As idéias de Freyre tiveram grande aceitação em Cabo Verde nas décadas de 1960 e 70, mesmo nos aspectos de comparação entre a colonização lusitana e a dos demais europeus, e no apelo da união lingüística e cultural lusófonos. Em Angola, de acordo com a literatura, não foi verificada expressiva interferência em seu processo de formação nacional, apesar da influência espelhada nas poesias dos angolanos, Geraldo Bessa Victor e Mário António, que ainda assinalavam *Casa Grande & Senzala* como uma obra de grande referencia para as literaturas africanas.<sup>162</sup> Deve ficar claro que tais influências refletiram-se de forma diferente entre Cabo Verde e Angola.

A primeira crítica africana partiu do escritor angolano Mário Pinto de Andrade, que através de seu pseudônimo Buanga Fele denunciou as generalizações prematuras do luso-tropicalismo.<sup>163</sup> Com a reinterpretação política do luso-tropicalismo e a apropriação pelo regime português, como uma ideologia justificadora do colonialismo, sucederam-se outras críticas, em especial pelos adeptos aos movimentos de libertação e independência, como por exemplo, Amílcar Cabral, fundador do Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde.

Criou-se um mito com todas as peças. E como todos os mitos, sobretudo quando eles dizem respeito à dominação e exploração dos povos, não lhe faltou o ‘homem de ciência’, no caso um sociólogo renomado, para dar-lhe uma base teórica: o lusotropicalismo. Gilberto Freyre confundiu, talvez involuntariamente, realidades (ou necessidades) biológicas e realidades sócio-econômicas, históricas, e fez de todos nós, povos das províncias colônias portuguesas, os bem-aventurados habitantes do paraíso tropical).<sup>164</sup>

Mais tarde, Pinto de Andrade publicou na revista *Présence Africaine* um artigo intitulado ‘*Qu’est-ce que ‘le tropicalismo?’*’, questionando uma vocação mais

---

<sup>161</sup> CASTELO, Cláudia. *Op. Cit.*, p. 82.

<sup>162</sup> *Ibidem*, p. 83.

<sup>163</sup> MEDINA, João. *Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colônias portuguesas como alibi colonial do salazarismo*. Revista USP. São Paulo: SIBi/USP, n. 45, março/abril/maio 2000, p. 51.

<sup>164</sup> CABRAL, Amílcar. “Prefácio” In: DAVIDSON, Basil. *Révolution en Afrique: la libération de la Guinée portugaise*. trad. Brigitte Simon; introd. Amílcar Cabral. Paris: Éditions du Seuil, 1969, p. 11 e 12.

crisocêntrica que eurocêntrica do português que o diferenciava como colonizador, isso principalmente pela prática escravocrata que perdurou por mais de três séculos. Apontando que na África a mestiçagem teve certa força no passado, mas que havia se perdido com o colonialismo praticado, sobretudo, após 1920, o autor defendia que o luso tropicalismo não era válido para explicar a formação do Brasil e era, na mesma medida, falso para as circunstâncias do colonialismo português na África.

En voici le corollaire: Une partie de l'Afrique, d'Asie, d'Océanie et d'Amérique dominées par un petit nombre de Portugais vaillants qui portaient dans leur sang l'héritage tropical des croisements avec les Maures accusent la marque d'une unité de sentiment et de la culture: la civilisation luso-tropical. On ne saurait mieux justifier la colonisation portugaise!<sup>165</sup>

Esse cenário de críticas e recepções é decorrente dessa reinterpretação que Gilberto Freyre trouxe para a relação entre Portugal e suas colônias. Como se pode observar no trecho seguinte:

Freyre préfère s'attarder longuement sur l'influence nègre dans la vie sexuelle et familiale brésilienne. C'est justement le refus d'envisager le fonctionnement de l'appareil colonial comme étant au premier chef une emprise d'exploitation économique dirigée par un pouvoir politique, c'est ce refus-là, qui détermine la faiblesse de sa sociologie. Au fond, le métissage a été largement pratiqué au Brésil non pas en vertu de considérations morales ou d'une vision politique, mais en raison d'une simple circonstance – le nombre très réduit de femmes blanches.<sup>166</sup>

Gilberto Freyre e sua grande obra *Casa Grande & Senzala* surgiram num período em que o mundo era impactado por grandes mudanças na dinâmica das relações políticas e raciais entre as nações. Era um momento de redefinição de bases universais, valores e apreciações sobre a história dos homens e das diferenças políticas e culturais. O fim da II Guerra Mundial gerou a condenação dos nacionalismos políticos e de raça, e de alguma forma abriu espectro a liberdade e a independência. O luso-tropicalismo ganharia assim nova leitura, já que de maneira incontornável instigava uma realidade lusófona.

---

<sup>165</sup> ANDRADE, Mario pinto de (FELE, Buanga). *Qu'est-ce que 'le tropicalismo'?*. In: *Revista Présence Africaine*. v. 9, n. 5, out.-nov., 1955, p. 30.

<sup>166</sup> *Ibidem*, p. 27 e 28.

### III. 3 – A década de 1950 e a Estratégica Retórica da Afetividade

O ano de 1945 inaugurava uma abertura democrática ao ocidente e um novo sistema político e econômico internacional. De acordo com a Carta do Atlântico, onde se definiram os princípios que orientariam o pós-guerra, como “a libertação de todas as tiranias” e o “autogoverno para todos os povos e nações”, o processo de descolonização tornava-se uma prerrogativa.<sup>167</sup>

Com a criação da Organização das Nações Unidas e a consagração, nos artigos 73 e 74 da sua carta, do direito a autodeterminação dos povos colonizados, Portugal se viu compelido pelo crescente movimento externo anticolonial a manobrar sua política imperial. Associou-se ao luso-tropicalismo e a tradicional aliança com o Brasil.

As discussões políticas e jurisprudenciais prosseguiram na busca da conciliação entre o ideário nacional e a doutrina política portuguesa e a nova legislação colonial internacional. As alterações introduzidas, no âmbito colonial da revisão da Constituição portuguesa de 1951, tiveram como principal objetivo responder às pressões externas favoráveis à descolonização e impedir ingerências dos organismos internacionais em assuntos de ordem interna. Abolido o Ato Colonial e sob nova terminologia, com substituição do termo “colônias” por “províncias ultramarinas” e a suprimida a palavra “império”, Portugal se sustentava como uma nação pluricontinental, “*composta por províncias europeias e províncias ultramarinas, integradas harmonicamente no todo nacional uno. (...) A tónica dominante da nova política passa a ser a ‘assimilação’*”.

Surgem então dois sistemas novos que divergem em seus fins: a assimilação, que visa integrar a colônia na vida da metrópole buscando uma unidade política, moral e econômica, e a autonomia, em que a metrópole prepara a colônia para a independência. Nesse ponto, “a solidariedade não nos parece que possa servir de fundamento para o exercício da actividade colonizadora”.<sup>168</sup>

A política externa portuguesa encontrava cada vez mais dificuldades em sustentar seus argumentos colonialistas contraditórios. Nestes, a pátria lusitana era constituída por províncias metropolitanas e ultramarinas, todas profundamente

---

<sup>167</sup> RAMPINELLI, Waldir José. *As Duas Faces da Moeda. As Contribuições de JK e Gilberto Freyre ao Colonialismo Português*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004, p. 21.

<sup>168</sup> *Ibidem*, p. 56.

integradas num complexo único de história, sentimento e cultura, perfeitamente qualificado cientificamente pelo luso-tropicalismo e exemplificado na existência do Brasil. Não obstante, o contexto de guerra fria e de rivalidade ideológica entre dois grandes blocos econômicos permitiu que as atenções se desviassem e que Portugal mantivesse, por mais algum tempo, suas concepções políticas.

Em 1947, Portugal defrontou-se com a indesejada questão da descolonização por causa da independência da União Indiana. A estratégia atlântica de defesa dos territórios portugueses perdeu o apoio da estimada Inglaterra, que reconheceu o direito da Índia a autodeterminação, suscitando as reivindicações das possessões lusitanas de Goa, Damão e Diu. Salazar, irredutível no seu posicionamento em relação à perda dos territórios indianos e perante uma situação irreversível, explorou numa tática protelatória, com recursos diplomáticos e jurídicos, a filosofia de Neru, afim de:

(...) afirmar o caráter específico do colonialismo português, diferente do colonialismo europeu em geral por não ser cingir a finalidades econômicas, mas sim a finalidades mais amplas e duradouras de fecundação de valores culturais e cristãos, e ergue-se como um legítimo defensor da ‘civilização européia’ contra o materialismo capitalista norte-americano e o materialismo comunista soviético, com vistas a forjar um leque de alianças que viesse a bloquear a abertura do processo de descolonização da África.<sup>169</sup>

O anticomunismo do governo de Salazar e a posição geo-estratégica dos Açores permitiram a conservação do colonialismo português nos anos 50. O convite para a participação portuguesa na Organização do Trabalho no Atlântico Norte (NATO) e o aceite da ajuda econômica fornecida pelo Plano Marshall, ambos em 1949, também foram fatores contribuintes. Portanto, a reciclagem da estratégia portuguesa para a manutenção do ultramar e as mudanças gerais em torno do confronto capitalismo *versus* comunismo atenuaram as divergências internacionais em relação a Portugal, onde a prática colonial era considerada um mal menor sob o pretexto da defesa maior dos valores ocidentais. “(...) o sistema político autoritário português, que tanto mal-estar causava aos aliados, cada vez mais passou a ser visto como uma particularidade de um Estado perfeitamente afinado com o objetivo ocidental de eliminar o comunismo soviético onde quer que ele se manifestasse”.<sup>170</sup> Deste modo, Salazar adequava o colonialismo português aos interesses ocidentais:

Enraizados aqui e em África, em largas costas do Atlântico, para onde, por fatalidade das circunstâncias, se vai mudar o centro de gravidade política do

<sup>169</sup> RAMPINELLI, Waldir José. *Op. Cit.*, p. 79.

<sup>170</sup> GONÇALVES, Williams da Silva. *O Realismo da fraternidade: Brasil-Portugal - Do Tratado de Amizade Ao Caso Delgado*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais / Universidade de Lisboa, 2003, p. 81.

Ocidente, temos bem garantido o nosso lugar, e o único problema que nos põe é saber se nos manteremos à altura das nossas responsabilidades.<sup>171</sup>

Diante das mudanças que se estruturavam, Portugal buscou se aproximar de países de influência regional que poderiam corroborar a defesa do colonialismo português na África como essencialmente cristão e civilizador, junto aos organismos internacionais. Essa ideologia colonialista, dita humanitária e sem preconceitos, foi maciçamente usada e difundida pelo Estado Novo, que obtendo amplo apoio do Brasil de Kubitschek, refugiava-se no argumento da defesa do Ocidente através da missão histórica da presença portuguesa.<sup>172</sup>

A África, e não a Ásia, era o que, portanto, estava em jogo para Salazar. A aliança com os nacionalistas conservadores europeus e com o Brasil se lhe afiguravam como as peças fundamentais para sua estratégia colonialista. Ao Brasil, como se verá mais adiante, estava reservado um papel fundamental nessa estratégia. Em virtude de sua condição de grande ex-colônia, situada do Atlântico Sul, com fortes ligações com a África, o apoio brasileiro as teses salazaristas era considerado absolutamente indispensável. Um apoio que até 1961 não será negado e que se inicia com o contencioso indiano.<sup>173</sup>

Com Juscelino Kubitschek à frente da república brasileira em 1956, o Brasil se voltou ao desenvolvimento, sobretudo, na industrialização, que através do Plano de Metas,<sup>174</sup> ficou eternizada no bordão “cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo”. No Ministério das Relações Exteriores, opunham-se dois grupos no que diz respeito à política externa brasileira: os ocidentalistas e os nacionalistas,<sup>175</sup> que divergiam sobre a abertura da economia brasileira aos capitais estrangeiros e a influencia dos EUA. No entanto, Kubitschek aceitou a colaboração de ambos os grupos, pois, diferentemente do alinhamento automático de Dutra e do nacionalismo de Vargas, JK seguiu um estilo pessoal que tinha como propósito a realização do Plano de Metas, ou seja, o crescimento econômico, a modernização e a superação da imagem do Brasil como país agro-exportador.

---

<sup>171</sup> GONÇALVES, Williams da Silva. *Op. Cit.*, p. 78.

<sup>172</sup> RAMPINELLI, Waldir José. *Op. Cit.*, p. 40.

<sup>173</sup> GONÇALVES, Williams da Silva. *Op. Cit.*, p. 80.

<sup>174</sup> “No que diz respeito à realização do Plano de Metas, as prioridades eram os setores de energia e transportes. Nesse sentido, sua política econômica representou uma mudança face à política industrialista iniciada por Getúlio Vargas. Para este, a arrancada de industrialização brasileira deveria iniciar-se com uma sólida base de indústrias de bens de equipamento. Kubitschek deslocou a ênfase para a indústria de bens de consumo duráveis, particularmente os automóveis, que, ao lado da nova capital [Brasília], se tornavam o símbolo dessa política industrialista”. *Ibidem* p. 58

<sup>175</sup> Sobre os ocidentalistas e os nacionalistas: “O primeiro, de ideologia liberal conservadora, lutava para manter o Brasil adstrito ao bloco ocidental e era favorável a uma aliança duradoura com Portugal. O segundo, de ideologia desenvolvimentista, percebia as mudanças do sistema internacional como um fenômeno benéfico para o Brasil, que assim teria ampliadas as oportunidades de efetivar sua condição de Estado independente, sem, no entanto, definir uma política específica para Portugal”. *Ibidem*, p. 19.



Antes mesmo de tomar posse do governo, Juscelino Kubitschek visitou Portugal e firmou sua posição política de incondicional adesão ao país. Ao ser indagado sobre o litígio entre Portugal e a União Indiana, deixou claro o apoio ao colonialismo português: “*o meu governo vai aumentar a solidariedade com Portugal no caso de Goa e em todos os terrenos*”.<sup>176</sup> E deu fim aos temores dos resquícios da política anticolonialistas de Getúlio Vargas,<sup>177</sup> apesar dos prejuízos que a concorrência dos produtos primários africanos poderia causar ao Brasil.

É importante compreender o que levou um governo democraticamente eleito sob uma campanha progressista e modernizante, a se alinhar a um programa de política externa conjunto a Portugal, numa ditadura corporativista e colonialista intransigente e em franco declínio.<sup>178</sup> As tendências que se configuraram no pós-guerra inscreveram o Brasil e Portugal em frentes que poderiam afetar crucialmente os velhos laços diplomáticos luso-brasileiros. As forças e antigas idéias de uma ligação natural junto com a cultura política luso-brasileira remanescente dos tempos coloniais, contudo, amadurecidas pelo ensejo do luso-tropicalismo, propiciaram a continuidade do singular relacionamento político e cultural luso-brasileiro. No sistema internacional, tal ligação possibilitou que os dois países atravessassem o contexto com base na habitual retórica da fraternidade e afetividade.

(...) a conciliação do projeto político de Oliveira Salazar com a teoria desenvolvida por Gilberto Freyre constitui a raiz da ideia de afetividade. Isto é, a identificação da mestiçagem como o traço mais característico da personalidade brasileira recupera a imagem de Portugal como uma nação formadora de uma cultura democrática nos trópicos, injetando orgulho e otimismo na nação brasileira e, simultaneamente, legitimando a ação colonizadora de Portugal.<sup>179</sup>

O Tratado de Amizade e Consulta foi assinado em 1953, ratificado em 1954 e regulamentado na presidência de Kubitschek, em 1960. As relações luso-brasileiras da década de 1950 estavam juridicamente corporificadas e foi endossado o apoio do Brasil na defesa do ultramar português, inclusive nas Nações Unidas.

---

<sup>176</sup> RAMPINELLI, Waldir José. *Op. Cit.*, p. 42.

<sup>177</sup> A política externa do segundo governo Vargas combinou nacionalismo e condenação as desigualdades estruturais do sistema econômico internacional, tendo inclusive confrontos com os interesses americanos. Em relação aos movimentos da Tunísia, do Marrocos e da Guiana Inglesa, Getúlio Vargas, coerentemente com a sua política ideológica nacionalista, condenava a política colonialista européia: “*Vemos com simpatia os movimentos nacionalistas de povos que anseiam pela sua completa emancipação política e econômica, continuando em nossa orientação adversa ao imperialismo escravizador e ao colonialismo tentacular, que visam apenas locupletar-se com a miséria das nações subdesenvolvidas*”. *Ibidem*, p. 27.

<sup>178</sup> GONÇALVES, Williams da Silva. *Op. Cit.*, p. 17.

<sup>179</sup> *Ibidem*, p. 18

O Brasil apoiou a posição portuguesa dentro da ONU, principalmente na Quarta Comissão, onde se tratava o debate referente à colonização, chegando o nosso representante – Donatello Grieco – afirmar taxativamente que “tocar em Portugal era tocar no Brasil”. E endossava a tese de Salazar de que o país não possuía colônias, mas províncias ultramarinas, recorrendo inclusive à história dos dois países ao lembrar que quando D. João VI se estabeleceu no Rio de Janeiro, em 1808, nenhum decreto fora expedido para que se fizesse tal transferência, já que “na lei portuguesa o Brasil era Portugal”, assim como hoje é hoje Portugal qualquer território português na África ou na Ásia.<sup>180</sup>

A posição do Brasil em defesa das orientações lusitanas foi muito criticada devido à “*convergência de percepções das elites dirigentes acerca do funcionamento e da inserção dos dois Estados no sistema internacional do após-guerra e que, finalmente, forma um dos aspectos mais marcantes das relações luso-brasileiras na década de 50.*”<sup>181</sup>

As metrópoles européias redefiniam suas estratégias políticas e a disputa leste-oeste favorecia os movimentos coloniais nacionalistas. Impulsionados por tais estímulos, Brasil e Portugal fortaleceram sua aliança com base nos interesses partilhados. Portugal procurava apoio à constância do seu *status quo* e do seu lugar “(...) *como um Estado respeitável e interlocutor válido no sistema internacional*”.<sup>182</sup> E o Brasil beneficiava-se do seu alinhamento ocidental para a promoção da industrialização no país, para a defesa do Atlântico Sul em relação ao avanço soviético e para as pretensões, na especial relação com Portugal, de abastecer o país com produtos industrializados brasileiros, já que a nação lusitana era predominantemente agrária.

Ante a evolução global adversa ao colonialismo – pela Conferência Afro-Asiática de Bandung, o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e a desestalinização –, junto com o fracasso militar anglo-francês no Canal de Suez e o exponencial Movimento não Alinhado, Portugal, ao contrário das outras metrópoles européias, não negociou a independência das suas colônias. Manteve-se com uma economia incipiente e dependente e em sua posição jurídico defensiva, visto que a ditadura política e as bases do país como Estado-Nação se assentavam magistralmente na ação colonialista portuguesa.<sup>183</sup> Assim, o prolongamento do colonialismo português até a década de 1970 deu-se em razão das circunstâncias da guerra fria e do comunismo internacional, bem como a participação do país como membro fundador da Organização do Trabalho no Atlântico Norte (NATO), pela relação prestigiosa com o Brasil.

<sup>180</sup> RAMPINELLI, Waldir José. *Op. Cit.*, p. 83.

<sup>181</sup> GONÇALVES, Williams da Silva. *Op. Cit.*, p. 89.

<sup>182</sup> RAMPINELLI, Waldir José. *Op. Cit.*, p. 146.

<sup>183</sup> *Ibidem*, p. 82.

O Tratado de Aliança e Consulta beneficiou, maiormente, a pátria lusitana. A justificativa política do governo brasileiro era de que a permanente consulta entre os dois países diante dos problemas internacionais de interesse comum equivalia à inclusão do Brasil na participação das relações européias.

A política externa de Kubitscheck pode ser vista como incongruente, visto que o presidente lançou a Operação Pan-Americana (OPA),<sup>184</sup> rompeu com o Fundo Monetário Internacional (FMI), e simultaneamente, apoiou o colonialismo português na ONU e ratificou o Tratado de Amizade e Consulta. O governo JK, apesar das críticas, permaneceu em sua posição a favor de Portugal, alimentando o fortalecimento das relações luso-brasileiras por diversas razões de tendência ideológica e histórico-afetivas. Seu desejo de industrialização e modernização buscava enquadrar o Brasil aos países desenvolvidos e aos valores ocidentais, sendo a aliança com Portugal satisfatória para esses propósitos.

A independência de Quadros e Goulart e a disputa nacionalista dos governos Vargas e Kubitscheck assinalaram uma política exterior brasileira voltada particularmente para os EUA e a inserção no hemisfério para uma nova fase das relações internacionais brasileiras. As ambigüidades e contradições particulares de cada governo configuraram uma fase de continuidade política até dois momentos de ruptura da história da política externa brasileira: em 1960, com a proposta de uma política externa voltada para os interesses nacionais e desvinculada do passado; em 1974, com o *pragmatismo responsável* que assumiu uma postura externa afastada da doutrina do golpe militar de 1964. Mais tarde, diplomaticamente reconhecidos, os governos de Angola e Moçambique, frutos de movimentos nacionais marxistas apoiados por Cuba e pela ex-URSS, situaram o Brasil numa posição ousada e de proa no antigo Terceiro Mundo.<sup>185</sup>

A essa altura, já são visíveis os sinais de que as relações luso-brasileiras e a velha tradição retórica da afetividade se desestabilizariam. O caso resolvido diplomaticamente, porém amplamente debatido, sobre o asilo político concedido pelo Brasil ao general português Humberto Delgado, a percepção contrastada de Jânio Quadros em relação aos interesses dos plantadores de café e ao apoio a Portugal, e as

---

<sup>184</sup> Operação lançada em 1958, no contexto da defesa do Ocidente, na qual o Brasil apoiou para a maior projeção do país e integração da América Latina. RAMPINELLI, Waldir José. *Op. Cit.*, p. 69 e 74.

<sup>185</sup> *Ibidem*, p. 146 e 147.

fortes mudanças políticas que convulsionavam o mundo eram anúncio do que estava por vir.

### III. 4 – As Viagens de Freyre no Além-Mar

Devido às controvérsias sobre o comprometimento político de Gilberto Freyre com a ideologia colonialista do Estado Novo, torna-se necessário, por causa de suas viagens no ultramar português, discutir teoricamente a articulação entre o campo intelectual e o político. O papel dos intelectuais durante o último século deve ser avaliado à luz de um tempo de fortes instabilidades políticas, em que as ideologias inspiravam os homens de letras e a política e as utopias ainda existiam como força eminente de movimentos. Os intelectuais possuíam uma função orgânica importante no processo da reprodução social política, em que se tornava quase impossível, na dinâmica das alterações políticas, a separação “da pena e da espada”. Norberto Bobbio, acerca do papel e o debate do envolvimento dos intelectuais na dimensão política durante o século XX, ou seja, entre a teoria academicamente produzida e a *práxis*,<sup>186</sup> sugere que:

se o homem de cultura participa da luta política com tanta intensidade que acaba por se colocar a serviço desta ou daquela ideologia, diz-se que ele trai sua missão de clérigo [...] Mas se, de outra parte, o homem de cultura põe-se acima do combate [al di sopra della mischia] para não trair e se ‘desinteressar das paixões da cidade’, diz-se que faz obra estéril, inútil, professoral.<sup>187</sup>

Para Bobbio, os condicionantes que propiciaram a centralidade do intelectual como interlocutor social da política estavam nas relações entre cultura e política, e que definiram a própria função do intelectual como agente pensante da sociedade.<sup>188</sup> Repetindo as palavras o autor:

Nosso problema não é o de saber se os intelectuais são rebeldes ou conformistas, livres ou servis, independentes ou dependentes, mas de

---

<sup>186</sup> Para Norberto Bobbio, a prática intelectual centra-se justamente o exercício do que chama de “*poder ideológico*” nas sociedades que caracteriza os intelectuais. Existe nas sociedades, argumenta, “*ao lado do poder econômico e do poder político, o poder ideológico, que se exerce não sobre os corpos como o poder político, jamais separado do poder militar, não sobre a posse de bens materiais, dos quais se necessita para viver e sobreviver, como o poder econômico, mas sobre as mentes pela produção e transmissão de idéias, de símbolos, de visões de mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra*”. BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997, p. 11.

<sup>187</sup> *Ibidem*, p. 21-22

<sup>188</sup> *Ibidem*, p. 18.

trocamos algumas idéias sobre o que os intelectuais que se reconhecem em uma determinada parte política fariam ou deveriam fazer.<sup>189</sup>

Foi ressaltado o fato de que cultura e política correspondem a esferas de pensamento e de ação interdependentes, mas autônomas, que coexistem de formas variadas em todas as sociedades, e nesse sentido correlaciona a proposição de uma autonomia relativa da cultura com respeito à política:

Falando de autonomia relativa da cultura, pretendo dizer que a cultura (no sentido mais amplo, isto é, no sentido da esfera em que se formam as ideologias e se produzem os conhecimentos) não pode nem deve ser reduzida integralmente à esfera do político. A redução de todas as esferas em que se desenrola a vida do homem em sociedade à política, ou seja, a politicização integral do homem, o desaparecimento de qualquer diferença entre o político e – como se diz hoje – o pessoal, é a quintessência do totalitarismo. Não se trata de rejeitar a política (é aquilo que chamei de não-indiferença), mas se trata de não exaltá-la a ponto de cantar: “Certa ou errada é sempre a minha pátria” ou, o que dá no mesmo, “Certo ou errado é sempre o meu partido” (ou, pior ainda, a minha seita). Não vejo nenhuma diferença entre dizer “Tudo no Estado, nada fora do Estado, nada contra o Estado” e dizer “Tudo no partido, nada fora do partido, nada contra o partido”.<sup>190</sup>

A expressão “política e cultura” estava plenamente integrada à área “da política dos intelectuais, ou a dos intelectuais na política”. Assumindo tal perspectiva, ao invés da convencional,<sup>191</sup> Bobbio enfatizou que, no âmbito da teoria dos intelectuais, a relação entre cultura e política representa senão uma parte, um tema específico que reflete um todo histórico. Por essa razão, as interpretações em relação a prática intelectual, sobretudo durante os regimes do século XX, são consideradas confusas.

No campo da cultura e da política, as relações configuram-se historicamente cambiantes. Isso quer dizer que o poder ideológico e os demais poderes – econômico e político, por exemplo –, são mutáveis de sociedade a sociedade, de época a época, de conjuntura a conjuntura e de intelectual a intelectual. A própria natureza dessas relações é variável: “*ora de contraposição, ora de aliança*”.<sup>192</sup> O imprescindível, segundo Bobbio, é reconhecer que assim

(...) como o meio do poder político é sempre em última instância a posse de armas e o meio de poder econômico é a acumulação de bens materiais, o principal meio do poder ideológico é a palavra, ou melhor, a expressão de idéias por meio da palavra, e com a palavra, agora e sempre mais, a imagem.<sup>193</sup>

<sup>189</sup> BOBBIO, Norberto. *Op. Cit.*, p. 69-70.

<sup>190</sup> *Ibidem*, p. 80.

<sup>191</sup> *Ibidem*, p. 70.

<sup>192</sup> *Ibidem*, p. 11.

<sup>193</sup> *Ibidem*, p. 12.

O objetivo aqui não é discutir as ligações entre o trabalho intelectual e a política. Uma breve sondagem sobre tal relação, contudo, parece adequar-se para a análise do contexto das viagens de Freyre no além-mar lusitano.

Pouco antes da revogação do Acto Colonial na Constituição e da afirmação política de uma unidade nacional pluricontinental, Gilberto Freyre, em agosto de 1951, iniciou uma viagem de estudos sobre as províncias ultramarinas portuguesas. O convite <sup>194</sup> partiu de Lisboa, a fim de, “com olhos de homem de estudo”, <sup>195</sup> comprovar a existência de uma unidade de sentimento e cultura que caracterizava o “mundo que o português criou”. Nas palavras de Cláudia Castelo, “O Governo de Salazar espera, sobretudo, que a iniciativa colha dividendos políticos nos meios internacionais, onde o sociólogo brasileiro goza de prestígio e credibilidade”. <sup>196</sup>

Apesar de a viagem ter sido oficialmente de caráter científico, logo após a partida transparecia ser uma tática política de legitimação para a manutenção colonial dos territórios portugueses, o que gerou o indubitável comprometimento de Gilberto Freyre com o regime português. De fato, o intelectual de Apipucos mostrou-se aberto a cooperar com os propósitos ideológicos luso-brasileiro, mas não de forma ingênua ou manipulável. Em seu encontro com Salazar, descrito em *Aventura e Rotina*, o sociólogo deixou claro que suas concepções políticas divergiam e que seu interesse era fundamentar e propagar cientificamente a teoria que esboçava e em que acreditava: a luso-tropicologia. Freyre fez questão de ressaltar sua recusa a convites anteriores do governo de Lisboa para viagens de estudo na África e na Ásia: “*Recusei o convite e receei que fosse um tanto comprometedor no sentido em que são, de ordinário, comprometedores os convites dos Secretariados Nacionais de Informação, mesmo quando deixam de se intitular de propaganda*”. <sup>197</sup> Sobre a motivação que teria alterado sua postura em relação ao terceiro convite, Gilberto Freyre explicou:

O terceiro era difícil de recusá-lo sem ir ao extremo oposto: o de pretender colocar-me na situação de um purista em matéria de gramática política: purismo que nunca pretendi cultivar. (...) O convite recebido por mim do Ministro de Ultramar não poderia ser mais nitidamente apolítico. Nem mais

---

<sup>194</sup> “Antes de formalizar o convite, Sarmiento Rodrigues fala com Salazar e procura informar-se sobre a posição do Governo brasileiro relativamente a Gilberto Freyre. (...) Falei com o Presidente do Conselho que acha bem. No entanto, precisava assegurar-me que o homem não seja mal visto ou hostil ao governo do seu país, porque nesse caso não o poderíamos ostensivamente tratar bem”. O projeto da viagem de Freyre prosseguiu com o aval mais do que positivo por parte do governo brasileiro. CASTELO, Cláudia. *Op. Cit.*, p. 88 e 89.

<sup>195</sup> *Ibidem*, p. 87.

<sup>196</sup> *Ibidem*, p. 89.

<sup>197</sup> FREYRE, Gilberto. *Aventura e Rotina*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980, p. 11.

nitidamente apolítica poderia ter sido minha resposta a esse convite excepcional que de início me colocou na situação de homem de estudo a quem se pediu que viesse no Ultramar Português com o inteira independência e até com olhos sociológica mente clínicos.<sup>198</sup>

A viagem de Freyre foi divulgada em diversos editorais e jornais, tanto da metrópole quanto das províncias<sup>199</sup> e também no Brasil. A cada passo, com a publicação de entrevistas sobre as apreciações do sociólogo, as etapas do trajeto eram anunciadas. Assim que chegou a Portugal, Gilberto Freyre foi honrosamente recebido pelos altos representantes do Estado, como Salazar e Craveiro Lopes, então presidente da República. Suas impressões nesses encontros foram as melhores possíveis. Segundo Freyre, Salazar era um homem digno de respeito e admiração. O brasileiro ilustre também marcou presença em universidades, associações e órgãos de natureza acadêmica de um modo geral que lhe renderam grandes homenagens. Encontrou-se com políticos e intelectuais de diversas filiações políticas,<sup>200</sup> como António Sérgio, Aquilino Ribeiro, João de Barros, Ferreira de Castro e Casais Monteiro.

Em 1953, foram lançados dois livros: *Aventura e Rotina*,<sup>201</sup> um diário científico das suas anotações etnográficas durante a viagem, e *Um brasileiro em terras portuguesas*,<sup>202</sup> coletânea das conferências e discursos proferidos durante as visitas. As obras produzidas serviram para corroborar as premissas teóricas da existência de um mundo de características lusófonas. As idéias centrais do luso-tropicalismo, explicitadas de forma teórico-formal, acabavam muitas vezes sendo recriações da versão original pela política colonial portuguesa, em prol do nacionalismo salazarista e da defesa do dissimulado império, sobretudo, calcadas nos valores culturais, civilizacionais e cristãos lusitanos. As críticas à realidade colonial, como os fatos de censura e racismo, ficaram à margem nos trabalhos de campo de Freyre.<sup>203</sup> Contudo, pode-se perceber o que parecia

---

<sup>198</sup> FREYRE, Gilberto. *Op. Cit.*, p. 11.

<sup>199</sup> Destacam-se o *Diário de Notícias*, *Diário de Lisboa*, *Século*, *A Voz de São Tomé e A Voz de Angola*. CASTELO, Cláudia. *OP. Cit.*, p. 90 e 91.

<sup>200</sup> Freyre contactou os mais variados círculos políticos e intelectuais portugueses, no entanto: “*Só os velhos camaradas de portugueses de Esquerda não o procuram*”. . FREYRE, Gilberto. *Aventura e Rotina*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980, p. 90.

<sup>201</sup> FREYRE, Gilberto. *Aventura e Rotina*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

<sup>202</sup> FREYRE, Gilberto. *Um brasileiro em terras portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1953.

<sup>203</sup> As críticas à visita oficialmente político-científica de Freyre não tardaram. Tomaz Ribeiro Colaço, intelectual português exilado no Brasil, denunciou dizendo: “Porque o seu nome por tantos títulos respeitado e respeitável, acaba de ser fraudulentamente usado ao serviço daquele totalitarismo [que domina Portugal], e assim apresentado sob uma luz falsa à intelectualidade e ao povo da minha terra”. CASTELO, Cláudia *Op. Cit.*, p. 92. Por parte do Brasil, a escritora Raquel de Queiroz, na revista *O Cruzeiro*, acusou Gilberto Freyre de ter alienado a sua independência ao ter aceitado o convite do regime

ser o propósito de Gilberto Freyre e a sua articulação no jogo político de Brasil e Portugal. Adiante, seguem algumas considerações sobre o conteúdo de *Aventura e Rotina*, apresentadas num esforço de apreensão das intenções e da atmosfera que cercava o autor.

A trajetória de Freyre foi sempre guiada pelo roteiro bem traçado do comando de Lisboa. Os Ministérios do Ultramar e dos Negócios Estrangeiros encarregaram-se, logo, do itinerário do viajante, juntamente com o apoio da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), que cuidava da locomoção e dos cenários apropriados a análise conveniente de estudo. Desde a escolha das pessoas para o acompanhamento de Freyre até as orientações, a agenda, a seleção dos lugares propícios, a observância “do modo português de estar no mundo”; tudo passava pelo crivo das autoridades portuguesas. Gilberto Freyre percorreu todas as províncias portuguesas, à exceção de Macau e Timor, pois, por razões políticas, não interessava apresentar áreas onde a língua portuguesa não fosse predominante e a mestiçagem fosse pouco expressiva.<sup>204</sup>

Entre agosto de 1951 e fevereiro de 1952, Freyre foi recebido por comitês que o aguardavam em diversas regiões do país (pela primeira vez no Algarve, em Trás-os-Montes; revendo o Alentejo, o Ribatejo, o Minho, o Douro, Lisboa, Porto, Coimbra e Alcobça). Na África, visitou a Guiné portuguesa – hoje Bissau –, Angola, Senegal e Moçambique. Na Ásia, esteve em Goa, Diu, Damão, Bombaim, Nanica e Sofala. Das ilhas atlânticas, visitou Cabo Verde e São Tomé. Os locais que frequentou eram sempre bem apresentados e as visitas, limitadas. Gilberto Freyre deixou subentendidas em suas anotações essas condições, pois reconhecia a precariedade das colônias e a repressão do regime salazarista.<sup>205</sup>

O sociólogo confirmava que seu esforço intelectual por toda a viagem era o de comprovar a suposição da unidade de um universo particular, além da validade de uma nova ciência que ele começava a formular: a luso-tropicologia. Em sua excursão, buscava provar que a intensa troca de valores, já desvendada ao “penetrar” no interior das Casas Grandes e Senzalas, provocada pelo contato nem sempre igualitário, mas quase sempre íntimo entre o colonizador português, negros escravos e os nativos no

---

português: “(...) ao passar por Angola, pouco ou nada viu da realidade dessa terra africana”. A autora, ao se referir às práticas evidentes de racismo na Cia. de Diamantes de Angola.

<sup>204</sup> CASTELO, Cláudia *Op. Cit.*, p. 61.

<sup>205</sup> Ver MIRANDA, Rachel de. *Além-Mar Aventura e Rotina: o Lugar do Brasil no Mundo Luso-Tropical de Gilberto Freyre*, 2002, 80f. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002, p. 52.



Brasil, teria sido a mesma para todo “O Mundo que o Português Criou”. Depois de visitar a Guiné e Cabo Verde, o autor se mostrou convencido de que o português era um povo com rara capacidade para realizar novas combinações de raças e de culturas, que em essência tendem a se conservar lusitanas. Antes de voltar ao Brasil, num discurso proferido no Ministério do Ultramar, afirma ter confirmado na África e no Ocidente suas antecipações sobre a fecunda obra colonizadora do português.<sup>206</sup>

Ao verificar em cada vilarejo, restaurante ou vendedores de rua que vai encontrando, que Portugal seria menos europeu que árabe (ou mouro), tropical, africano ou asiático, ou ainda, uma combinação de tudo isso, Freyre reforçava a tese de *Sobrados e Mucambos*. A europeização, ou civilização artificial, que teria atingido o Brasil no século XIX, teria interrompido um processo natural de acomodação que estava em curso nos três séculos da colônia. Freyre ratificava o seu repúdio à imposição de uma realidade, política ou social, que desprezasse as continuidades dos valores simbólicos mais profundos de cada povo.<sup>207</sup>

Não obstante, Gilberto Freyre não buscava no além-mar a comprovação de uma identidade que uniria a todos numa classificação ou grande bloco homogêneo, mas desejava encontrar as raízes da plasticidade que impulsionaria uma “eterna incorporação de influências”.<sup>208</sup> Centrava-se no conceito de indefinição, pois essa característica foi responsável não só pelas trocas e a assimilação das mais diversas culturas, mas também pela transmissão dessa capacidade a todas as colônias, sem prejuízo das particularidades destas e do próprio espírito português. A continuidade da tradição e da herança portuguesa, mesmo com a descolonização, estaria diretamente ligada à manutenção de um complexo psico-social ibero-tropical, muito próximo do lusitano e, portanto, incompatível com a lógica anglo-saxã. Tal semelhança era justificada como necessária à comprovação da hipótese de que a relação com o tempo e o trabalho era praticamente a mesma dos países ibéricos, mesmo em localidades tão diversas como Goa, Macau, Moçambique, Angola e Guiné-Bissau.

Segundo o próprio Gilberto Freyre, o caráter oficial da viagem não chegou a atrapalhar sua análise científica. De fato, as suposições que fundamentariam sua luso-tropicologia estavam em todos os detalhes. Sua procura era por “explicações para

---

<sup>206</sup> CASTELO, Cláudia. *Op. Cit.*, p. 89.

<sup>207</sup> Ver MIRANDA, Rachel de. *Op. Cit.*, p.56.

<sup>208</sup> Ver *Ibidem*.

costumes ou tendências que parecem às vezes peculiares ao Brasil tem origens lusitanas”.<sup>209</sup>

Motivado por esse desejo, Freyre percebeu, por exemplo, que a fala caboverdiana soava mais como o português “brasileiro” do que com a língua do colonizador. Já o futebol angolano, surpreendentemente, desenvolvia-se usando a ginga dos negros sul-americanos como espelho. A compleição física e a fala dos goenses, por sua vez, lembravam tanto a dos mestiços brasileiros, que não haveria como se argumentar contra a constância, apesar das diferenças, das misturas étnicas e culturais entre o luso e o trópico.

Em *Aventura e Rotina*, Lisboa serve como principal ponto de referência para a análise dos aspectos sócio-culturais de Portugal. A hipótese de Freyre era de que na cidade havia uma concentração de sobreposição dos valores que equilibravam a mentalidade portuguesa. No meio urbano, mostrava-se visível a sobreposição entre o passado e o presente, em princípio antagônicos. A modernização “à portuguesa” não eliminava totalmente a presença da tradição e seria uma combinação entre a cultura popular de forte ascendência oriental (ritos, danças, roupas e culinária), e as mudanças na Europa (higienização, moda sofisticada, a estética sóbria, em suma).<sup>210</sup> Freyre considerava que Lisboa era a cidade “mãe” das cidades brasileiras,<sup>211</sup> pois de forma sólida e resistente mantinha seu conteúdo plástico e adaptável sobre o processo de modernização. Além disso, Lisboa era uma referência arquitetônica e espiritual das origens lusitanas para todos os lugares com a herança da presença portuguesa. Nos termos de Freyre:

Salvador da Bahia, São Luís do Maranhão, Recife de Pernambuco, Belém do Pará, Pelotas do Rio Grande do Sul, Penedo de Alagoas, o Rio de Janeiro, são todas filhas de Lisboa que o brasileiro, vindo de qualquer uma delas, ao ver pela primeira vez a capital portuguesa tem aquela impressão ou ilusão que em ciência se chama dejavú. Parece que já viu. Que estas formas e cores são já suas conhecidas velhas. Que são formas e cores que docemente se deixam rever e não simplesmente ver pelo brasileiro vindo do Brasil.<sup>212</sup>

A cidade de Lisboa era, portanto, o símbolo mais perfeito da identificação lusíada. Quase contraditoriamente, a ausência de uma essência definida não se chocava com as influências externas, permitindo que o suposto “espírito português”

---

<sup>209</sup> FREYRE, Gilberto. *Aventura e Rotina*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980, p.141.

<sup>210</sup> Ver *Ibidem*.

<sup>211</sup> Ver *Ibidem*.

<sup>212</sup> *Ibidem*, p.17

permanecesse, mesmo com as modernizações. A cidade se renovaria sem apagar seu passado nem modificar sua paisagem de maneira deformadora. Para Freyre, mesmo em declínio, a possibilidade de estabilidade ou de equilíbrio dos antagonismos que iam se acentuando em Lisboa era um fator fundamental da capacidade de permanência da intercomunicação cultural, não apenas em Portugal, mas também na dispersão da mistura pelas varias colônias.<sup>213</sup>

O desenvolvimento das questões levantadas no livro tendia a demonstrar que a idéia de antagonismo – contida no próprio título *Aventura e Rotina* – não representava, para Freyre, o confronto de opostos se não chegava a inverter os seus significados. Para a mentalidade portuguesa, “aventura” e “rotina” nunca chegavam a se anular, sendo inclusive conjugações necessárias para a sobrevivência uma da outra. O sentimento de aventura acabava sendo incorporado por Lisboa, e até pela as aldeias portuguesas, junto às experiências culturais dos vários povos conquistados. Como consequência, acabaria criando um sentimento ancestral de liberdade e conquista que teria na história sua principal tradução. Em tal concepção, a história e as tradições seriam um sinônimo para “o espírito português”, mas com um significado que iria muito além da nostalgia.

As idéias de retorno e de acomodação tornavam-se coincidentes na forma como Freyre interpretava a conquista portuguesa. Ao se estabelecer em outros países e continentes, o português se misturava ao “outro”, como se sempre tivesse sido africano, brasileiro ou indiano. Na volta dos conquistadores, ou dos novos tempos depois do auge das conquistas, a estabilidade representada por um povo maduro, cercado de plantas exóticas, costumes de diversas origens já adaptados, riqueza de alimentação, de paisagem, de arquitetura, enriquecimento cultural e econômico, remetia, quase que inevitavelmente, à sabedoria. Sem dúvida, para Gilberto Freyre, nenhum conquistador teria transformado o estrangeiro em familiar de maneira tão profunda como fizeram os portugueses.

No curso da viagem, seguindo planos bem definidos, tomavam forma suas conclusões já previsíveis. Em visita à Guiné portuguesa, Freyre encontrou sinais do africano que viria a se tornar o negro brasileiro. No guineense, enxergava intactas todas as características do escravo colonial brasileiro, “*museu vivo das múltiplas influências de nossa origem*”.<sup>214</sup> No caso de Goa, as semelhanças provocadas pelo contato com o

---

<sup>213</sup> Ver FREYRE, Gilberto. *Op. Cit.*, p. 17.

<sup>214</sup> *Ibidem*, p. 260.

português, tão íntimo quanto o travado no Brasil, foram acentuados pelo tipo de clima, de vegetação e pelo homem tropical, mais próximo do Brasil do que da África. Até mesmo na fala e nos gestos, Freyre identificava esta proximidade:

(...) o mesmo, o seu sorriso que não têm a exuberância do africano nem as reservas do europeu. Também a fala: (...) a ação tropical sobre a língua européia parece vir sendo a mesma nas duas áreas; a mesma, também, a simplificação, na língua do invasor português, das duras complexidades se sons, para que os povos tropicais mais facilmente os vinham adquirindo e conservando.<sup>215</sup>

A realidade que se desenhava comprovava a sobrevivência dos rastros de cultura e até do catolicismo, que em Goa transpassariam castas e hierarquias e conviveriam com a multiplicidade religiosa e étnica. Deslumbrado com o grau tão elevado de correspondência humana e cultural, o sociólogo afirmava ter entrado em um estado paralelo de observação. As imagens falavam por si. Assim como vieram para o Brasil a canja, os traços da arquitetura, o coqueiro e a mangueira, foram para a Índia o cajueiro, o tabaco, a mandioca e o mamoeiro.

Gilberto Freyre se via diante do caráter português, pois em qualquer espaço e tempo o contato do português havia se mostrado o mesmo. Concluiu que haveria então “*constantes portuguesas de caráter e ação*”.<sup>216</sup> Por outro lado, lamentava os sinais de desigualdade social e a persistência do sistema de castas. Afirmou, em *Aventura e Rotina*, que as possessões africanas por muito tempo não receberam o mesmo tratamento que o Brasil, mas deixou claro também que a partir da década de 1950 esse quadro mudaria pela necessidade da compreensão de um sentido português que unisse a todos. Assim, a comunicação cultural entre políticas, crenças e costumes diferentes se fazia importante para a constituição de uma base lusitana comum. Ademais, para Freyre, as relações luso-brasileiras e entre os luso-descendentes eram fundamentais para que se entendesse a história do desenvolvimento sócio-cultural brasileiro e lusófono; “*O Brasil tem ainda Guiné verdíssimas dentro de si*”.<sup>217</sup>

É principalmente com os olhos de brasileiros que não sabe separar o destino do Brasil do de Portugal que vejo que a Guiné portuguesa. Sinto -me aqui numa espécie de Alto Amazonas ou de Alto Mato Grosso Português, que sendo já antigo território lusitano, só agora começasse a realmente aporuguesar-se.<sup>218</sup>

---

<sup>215</sup> FREYRE, Gilberto. *Op. Cit.*, p. 320.

<sup>216</sup> Ver *Ibidem*.

<sup>217</sup> *Ibidem*, p.266.

<sup>218</sup> *Ibidem*, p. 281.

As reações à *Aventura e Rotina* foram bastante duras,<sup>219</sup> primeiro, pelo contágio político da obra. Segundo, pelas comparações prematuras e demasiado forçadas. E terceiro, pela obra não ter se revelado tão original e inspiradora quanto *Casa grande & Senzala*. Logicamente, as críticas que se direcionam a *Aventura e Rotina* também estavam fundamentadas nas implicações políticas do uso do luso-tropicalismo, em especial aos interesses legitimadores de Salazar no âmbito internacional. Sabia-se da necessidade da continuidade do contato entre Portugal e as províncias ultramarinas, em nome da língua e da história comum, e de certa sintonia cultural e afetiva. Deste modo, o apego à teoria luso-tropical como interpretação totalizante e funcional da presença portuguesa em territórios tropicais tornou-se moeda corrente entre os que legitimavam a manutenção do poder colonial português.

Em relação ao Brasil, de certa maneira, Freyre contribuiu para a criação de uma imagem. A ampliação da noção de mestiçagem, então alicerce da singularidade brasileira, era usada para a formulação de uma teoria de cultura transnacional: a luso-tropicalista. O Brasil era visto como exemplo de democracia racial, de cultura criativa e herdeira lusitana. Em suas visitas, o sociólogo sempre estabeleceu comparações em relação ao Brasil e identificou, em especial nas colônias africanas, brasis em gestação. Por exemplo: quando em Goa, Gilberto Freyre enxergou uma sociedade simbiótica que, como o Brasil, teria promovido o encontro entre raças, religiões e culturas. Em todo “mundo português” se repetiria a realidade do Brasil.

No “mundo criado pelo português”, as distâncias não seriam intransponíveis. Sobre a égide de um cristianismo lírico se expressando em língua portuguesa, enriquecida com sotaques e vocábulos nativos, surgiriam sociedades miscigenadas portadoras de uma identidade comum. No entanto, torna-se fundamental perceber que o aproveitamento de certos aspectos do luso-tropicalismo pelo regime português não significou sua adoção literal na prática administrativa, nem mesmo como doutrina oficial. Apesar de alguns pressupostos luso-tropicais serem usados nas grelhas discursivas, os conceitos de mestiçagem biológica e reciprocidade cultural incomodavam bastante as bases tradicionais da política portuguesa. Segundo Cláudia Castelo, Ernesto de Vilhena e Marcelo Caetano opunham-se à mestiçagem e à reciprocidade cultural, concordando unicamente com a idéia vaga de uma especificidade

---

<sup>219</sup> Podem-se destacar manifestações contrárias a *Aventura e Rotina* do escritor cabo-verdiano, Baltasar Lopes e do diretor da Cia de Diamantes de Angola, Ernesto Vilhena.

portuguesa para a colonização nos trópicos.<sup>220</sup> Temia-se que as premissas do luso-tropicalismo se confundissem com “estímulos à desnacionalização”, resultando na diluição da cultura portuguesa e na perda da identidade nacional.

De acordo com a mesma autora, Norton de Matos também não era totalmente favorável ao luso-tropicalismo. Embora reconhecesse a importância da leitura das obras de Gilberto Freyre e da língua como fator de identidade nacional, era contrário à reprodução da experiência brasileira em Angola, em Moçambique e na Guiné. Considerava que na formação do Brasil “houve um esforço comum de gente branca da Metrópole, de índios brasileiros e dos escravos pretos da África”, que resultou numa fusão étnica e cultural equilibrada. Na África, não haveria a possibilidade de simbiose luso-tropical; devia-se moldar o outro à imagem e semelhança do “eu” português.<sup>221</sup>

Apesar do mal estar em torno dos aspectos culturais da mestiçagem, a tese de Gilberto Freyre seria representativa para o regime português. Um distinto intelectual, de amplo reconhecimento internacional, brasileiro; um ex-colonizado, que atestava a benignidade da colonização portuguesa, ou seja, a dimensão fundamental do nacionalismo português enquanto povo, antes mesmo do salazarismo.

O governo português procurou desfrutar do prestígio de Freyre no exterior, já que a posição colonial portuguesa, cada vez mais confrontada, apesar dos vários contornos discursivos, não se circunscrevia junto aos organismos internacionais. No início da década de 1960, Salazar esforçou-se para propagar em entrevistas à imprensa estrangeira um discurso sobre a presença portuguesa na África, inteiramente sancionado numa doutrina inspirada no luso-tropicalismo. Acentuou a inclinação do português para o contato com outros povos e recorreu à Freyre para justificar o comportamento do português afirmando que estes não saberiam estar no mundo de outra maneira. Segundo Castelo, “*porque foi num tipo social de multirraciedade que, há oito séculos, nos formamos como nação, no termo de diversas invasões, oriundas do Norte e do Sul, isto é, da própria África*”.<sup>222</sup>

As campanhas de propaganda nacional de alcance externo concentravam-se em sublinhar a contribuição lusitana para a fraternidade entre os povos e para a integração das raças e culturas diferentes numa mesma nação. A participação do país na Exposição

---

<sup>220</sup> CASTELO, Cláudia. *Op. Cit.*, p. 95.

<sup>221</sup> *Ibidem*, p. 95.

<sup>222</sup> *Ibidem*, p. 98.

Universal e Internacional de Bruxelas em 1958 é um exemplo. Na obra, sugestivamente intitulada *Portugal. Oito séculos de história ao serviço da valorização do homem e da aproximação aos povos*, publicada por iniciativa do Comissariado Português da Exposição, encontramos com facilidade referências a doutrina luso-tropical. Orlando Ribeiro, no artigo *Um povo na terra*, explica que “*Português não é (...) um conceito de raça, mas antes uma ‘unidade de sentimento e de cultura que aproximou homens de várias origens’*”. Adriano Moreira procura demonstrar que se deve a Portugal:

a formulação do único humanismo que até hoje se mostrou capaz de implantar a democracia humana no mundo para onde se expandiu o Ocidente. O mesmo autor acentua o caráter cristão das relações humanas no interior da nação portuguesa, pautadas pela interpenetração cultural e pela ausência de ‘preconceitos contra a miscigenação’.<sup>223</sup>

O Ministério dos Negócios Estrangeiros, por meio das suas embaixadas e legações, difundia os trabalhos de Freyre com o objetivo de justificar cientificamente perante as Nações Unidas e aos demais órgãos, respaldados pelo alto crédito do sociólogo brasileiro. Em 1959, o livro *Integração portuguesa nos trópicos* foi extensamente distribuído nos consulados e delegações de Portugal pelo mundo. Ainda em 1960, por conta do Congresso Internacional dos Descobrimentos, Gilberto Freyre escreveu sua obra mais completa em termos da formulação do luso-tropicalismo, *O Luso e o Trópico*, publicado pela Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.<sup>224</sup>

Em contrapartida, mesmo com dispendiosos esforços por parte da diplomacia portuguesa, o discurso político de vertente luso-tropical, nos moldes aqui discutidos, não suportaria os indomáveis ventos de mudança que abalariam em pouco tempo o Governo de Lisboa. A articulação político-científica em torno das teorias luso-tropicais deixou reflexos marcantes no campo acadêmico português,<sup>225</sup> em especial no âmbito das ciências humanas e nos estudos de antropologia, em que as teses de Freyre serviam de modelo para as pesquisas de campo no ultramar e inspiravam numerosos trabalhos teóricos. No plano das mentalidades, o luso-tropicalismo enraizou-se como uma imagem ainda remetida sobre o caráter do povo lusitano proveniente da história política indissociável do Brasil e dessa cultura política luso-brasileira que se demonstrou tão

---

<sup>223</sup> CASTELO, Cláudia. *Op. Cit.*, p. 97.

<sup>224</sup> RAMPINELLI, Waldir José. *Op. Cit.*, p. 61.

<sup>225</sup> Adriano Moreira, na qualidade de professor e diretor do ISEU, depois ISCSPU, e como também diretor do CEPS da JIU, adjunto ao referido instituto, em 1955-56, introduz o estudo do luso-tropicalismo na cadeira de Política Ultramarina no curso de Altos Estudos Ultramarinos. CASTELO, Cláudia. *Op. Cit.*, p. 101 e 102.

sólida, sobretudo, com os posicionamentos políticos das duas nações nos Estados Novos e durante a década de 1950.



## Capítulo IV

### **As Reconfigurações do Último Século e a Sobrevivência das Idéias Luso-Tropicais**

#### **IV. 1 – A Descolonização Africana e o Pragmatismo Responsável**

Até a década de 1950, o Brasil reportava-se a Portugal em seu relacionamento com o continente africano. Manteve-se, dessa forma, o aliado internacional mais empenhado na defesa do colonialismo português; envolto das idéias de uma especificidade da colonização lusitana, da nação como espelho para a África em termos de democracia racial e da Comunidade Luso-Brasileira que apoiava a missão civilizacional portuguesa diferenciadora.

A instrumentalização do luso-tropicalismo em torno do Tratado de Amizade e Consulta, que juridicamente criou a noção de uma comunidade que definitivamente beneficiava a política ultramarina portuguesa, deu-se em grande parte pelo conservadorismo das elites políticas brasileiras, incapazes de perceberem as mudanças no cenário do palco externo. Os velhos problemas de contradição identitária e de formação política social-nacional amarraram o Brasil a Portugal numa fase do século XX em que grandes mudanças políticas irrompiam no mundo. Cobrava-se do Brasil uma postura autêntica e independente, que o país demonstrava-se inábil em assumir.<sup>226</sup> *“Esta percepção geoestratégica anacrônica conferia a Portugal uma importância que o país não tinha, posicionando a diplomacia brasileira na contracorrente das mudanças que estruturavam a nova ordem do pós-guerra”.*<sup>227</sup>

O fim do governo de Juscelino Kubitschek e o exílio do general Humberto Delgado na embaixada do Brasil em Lisboa despontaram críticas junto à opinião pública com relação à política brasileira de alinhamento automático a Portugal. O governo de Jânio Quadros em 1961, por sua vez, inaugurou uma maior diversificação e flexibilização na política externa. *“Ao mesmo tempo em que o Brasil abria-se para o*

---

<sup>226</sup> SARAIVA, José Flávio Sombra. “A África e o Brasil: Encontros e Encruzilhadas”. *Ciências e Letras*, n.º 21/22, Porto-Alegre, Faculdade Porto-Alegrense de Educação, 2001, p. 139.

<sup>227</sup> CARVALHO, Thiago Severiano Paiva de Almeida. *Do lirismo ao pragmatismo: a dimensão multilateral das relações luso-brasileiras (1974-1976)*. Lisboa: ISCTE, 2008 (Proveniente do Prémio CES/09), p. 23.

*mundo, o regime português fechava-se sobre si*".<sup>228</sup> No plano internacional, Quadros e João Goulart assumiram uma política externa mais autônoma em relação ao Ocidente, a fim de propiciarem novas alianças econômicas e políticas.<sup>229</sup> A relativa inflexão da ordem bipolar permitiu rearranjos no sistema internacional menos dependentes das duas superpotências e nesse sentido, a aproximação com o bloco socialista, o aprofundamento dos laços com o Terceiro Mundo e o crescente apoio ao direito à autodeterminação dos povos despertaram a atenção da diplomacia brasileira quanto à África promissora do futuro.

Apesar da inércia do governo brasileiro frente ao início da guerra colonial em Angola, as divergências ao apoio incondicional ao colonialismo português não tardaram a se tornar notáveis nas relações luso-brasileiras. O confronto de interesses e a fragilidade identitária colocavam em questão o papel do Brasil em relação à África e o real significado da amizade com Portugal. *"Entre 1961 e 1964 a posição brasileira na ONU em relação às colônias portuguesas oscilou entre a abstenção e o apoio à independência de Angola. Esta ambiguidade traduz o desequilíbrio entre os grupos conservadores e os progressistas presentes na Administração brasileira"*.<sup>230</sup>

Sob ditadura militar a partir de 1964, o Brasil se afinou novamente com a estratégia ocidental de contenção do comunismo. O Atlântico Sul tornou-se um espaço de atuação direta do Brasil em termos de segurança,<sup>231</sup> pois era vulnerável à influência soviética. Dessa forma, o apoio a Portugal mais uma vez estava assegurado. Apesar do recuo nas relações com os países africanos, que se inspiravam em movimentos de libertação de esquerda, o Brasil assumiu nova tendência perante a África sem, contudo, perpassar por Portugal.

---

<sup>228</sup> CARVALHO, Thiago Severiano Paiva de Almeida. *Op. Cit.*, p. 23.

<sup>229</sup> A *Política Externa Independente* empreendida pelo Governo de Jânio Quadros (1961) e pelo de João Goulart (1961-1964) consistia numa nova estratégia de inserção internacional. Foi posta em prática pelos chanceleres Afonso Arinos de Melo e San Tiago Dantas, que propunham o distanciamento do conflito Leste-Oeste e maior posicionamento a nível Norte-Sul. Dessa forma, sob menos influência americana, o Brasil assume uma postura mais terceiro-mundista. Sobre a *Política Externa Independente* e internacionalização da economia brasileira ver: LAFER, Celso, *Paradoxos e Possibilidades: Estudos Sobre a Ordem Mundial e Sobre a Política Exterior do Brasil num Sistema Internacional em Transformação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982; AMADO, Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.

<sup>230</sup> CARVALHO, Thiago Severiano Paiva de Almeida. *Op. Cit.*, p. 24. *"Em Janeiro de 1962 o Brasil votou favoravelmente à Resolução 1742 da ONU que apelava à criação de instituições políticas livres e à transferência de poderes em Angola"*.

<sup>231</sup> A defesa do Atlântico Sul caberia a três capitais livres e ocidentais presentes no hemisfério sul: Brasília, Lisboa e Pretória. SARAIVA, José Flávio Sombra. *O Lugar da África. A Dimensão Atlântica da Política Externa Brasileira (de 1947 a nossos dias)*. Brasília: Universidade de Brasília, 1996, p. 118.

O governo de Castelo Branco (1964-67) optou pela vertente da política externa voltada para o alinhamento com o Ocidente no confronto geopolítico. Contudo, o contexto político de repressão militar no Governo de Costa e Silva recorreu a certas diretrizes de política exterior adotadas anteriormente ao golpe, priorizando os ideais nacional-desenvolvimentistas e deixando de fundo na agenda diplomática o conflito leste-oeste. Carvalho afirma que tais alterações teriam permitido o reaparecimento da política africana do Itamaraty lentamente, o que implicaria na revisão das relações com Portugal. Se Brasília ainda votava favoravelmente a Lisboa na ONU, gradualmente o continente africano ganharia importância nas estruturas do ministério das Relações Exteriores, constituindo uma de suas principais linhas de ação nos anos seguintes.<sup>232</sup>

O projeto de crescimento econômico chamado ‘milagre econômico’ e a estratégia de internacionalização da economia brasileira para a conquista de novos mercados e parceiros comerciais tornaram-se requisito primordial da *Diplomacia do Interesse Nacional*<sup>233</sup> realizada pelo presidente Médici (1969-74). Com a eminência do fim da guerra fria, as orientações ideológicas cederam lugar ao pragmatismo econômico. Cedo ou tarde a diplomacia brasileira teria de atribuir real valor ao Atlântico Sul e a África na nova reordenação que se desenhava. Era o fim da ordem bipolar e os países africanos poderiam se tornar importantes aliados no diálogo Norte-Sul e nos foros multilaterais. A cooperação com a África negra implicava na revisão da ligação com Pretória e no fim do alinhamento automático com Lisboa. A política africana do Itamaraty deveria superar a contradição das suas relações com colonialismo português.<sup>234</sup>

Em 1969, Marcelo Caetano visitou oficialmente o Brasil, na tentativa de revitalizar os vínculos com a pátria irmã e garantir apoio à política ultramarina portuguesa, marginal nos foros internacionais. No intuito de aliciar economicamente o Brasil em troca do apoio ao colonialismo português, o Presidente do Conselho apresentou um conjunto de propostas ao Palácio do Planalto – a saber: a possibilidade de a PETROBRAS (Petróleo Brasileiro S.A.) explorar petróleo em Cabinda; negociações relativas ao comércio do café; a abertura de uma linha aérea regular entre o Rio de

---

<sup>232</sup> CARVALHO, Thiago Severiano Paiva de Almeida. *Op. Cit.*, p. 26.

<sup>233</sup> *Idem.*

<sup>234</sup> *Ibidem*, p. 27.

Janeiro e Luanda. No entanto, a investida foi infeliz, uma vez que o governo Médici pretendia esgueirar-se da adesão e mediar uma solução negociada.<sup>235</sup>

As relações luso-brasileiras encontravam-se em descompasso, já que o alargamento da política externa brasileira era incompatível com os interesses portugueses. O governo de Lisboa se isolava em seus objetivos de defesa nacional, sem levar em conta o desgaste do posicionamento internacional do Brasil em seu benefício. A ambigüidade em relação ao regime português não poderia continuar por muito tempo. Um impasse político interno do regime português impedia o governo de pôr termo à guerra colonial e empreender uma efetiva liberalização política e econômica, o que impossibilitava o início de um novo padrão de relacionamento bilateral.

Por sua vez, o presidente Garrastazu Médici preferiu estabelecer acordos e relações com o Oriente Médio e com a África Negra. Em 1972, a PETROBRAS foi pioneira em quebrar o bloqueio internacional à recém-nacionalizada *Iraq Petroleum Company* (IPC), celebrando com ela um contrato. Além disso, o Brasil demonstrava interesse em constituir ligações entre a PETROBRAS e a *Nigerian National Oil Corporation* (NNOC), mas a ambigüidade de Brasília em relação à questão colonial figurava-se como um empecilho.<sup>236</sup>

No mesmo ano, o chanceler Mário Gibson Barboza empreendeu viagens por diversos territórios africanos, consolidando seu posicionamento de que o Brasil deveria tender mais para a África do que para Portugal. Convencido e determinado a disseminar tal estratégia, o ministro brasileiro declarou o ano de 1972 como o *Ano da África* – o que despertou resposta imediata de descontentamento por parte de seu homólogo português Rui Patrício.

Ao mesmo tempo, o lobby português no Brasil procurou reagir ao que entendia ser um golpe às relações bilaterais e declarou 1972 o Ano da Comunidade Luso-Brasileira. Porém, os protestos e os apelos à fraternidade entre os dois povos já pouco valiam face ao pragmatismo econômico do Itamaraty.<sup>237</sup>

---

<sup>235</sup> Ver CARVALHO, Thiago Severiano Paiva de Almeida. *Op. Cit.*, p. 28. “Durante o encontro bilateral de 1970, o chanceler Mário Gibson Barboza sondou o seu homólogo português acerca dessa possibilidade. A resposta de Rui Patrício foi a de que o Ultramar era uma questão de ‘soberania interna’, ‘insusceptível de ser discutida mesmo com um país irmão’”.

<sup>236</sup> SANTANA, Carlos Ribeiro. “O Aprofundamento das Relações do Brasil Com os Países do Oriente Médio Durante os Dois Choques do Petróleo da Década de 1970: Um Exemplo de Ação Pragmática”. *Revista Brasileira de Relações Internacionais*, v.40, n.º 2, Brasília, s. e., 2006 (consulta eletrônica: <http://www.scielo.br/scielo.php?lng=es>).

<sup>237</sup> CARVALHO, Thiago Severiano Paiva de Almeida. *Op. Cit.*, p. 31.

A partir de 1973, a tradicional solidariedade internacional brasileira a Portugal começou a ruir vertiginosamente diante dos estreitamentos com o mundo árabe e com o continente africano. Os países da África Oriental acertaram com seus parceiros árabes sanções econômicas e embargos petrolíferos ao Brasil por conta da posição do país em relação a Angola e Moçambique. Além disso, na XXVIII Assembleia Geral das Nações Unidas, os países africanos votaram contra o Brasil, e a favor da Argentina, sobre a utilização de recursos naturais comuns às duas nações.<sup>238</sup> Dessa maneira, o Brasil começou a sofrer retaliações frontais por sua disposição imprecisa com relação à descolonização africana.

A visita do presidente Médici a Portugal poria fim às expectativas de apoio incondicional do Brasil frente à descolonização, pois o posicionamento do governo em relação à África configurava como essencial para uma estratégia mais autônoma do Brasil em termos de política externa. O continente africano despertava, além de correspondência regional, atração histórica ao Brasil e nessa altura, convinha ao país exercer presença no eixo sul, tanto por conveniências econômicas como por sua inserção internacional no concerto das nações.

Os rearranjos políticos da década de 1970 denotaram o luso-tropicalismo como uma teoria insensata e incoerente em termos práticos, como em torno de uma Comunidade Luso-Afro-Brasileira. Contudo, os desdobramentos da descolonização permitiram que o Brasil firmasse novos modelos de relacionamento com a África, redimensionasse sua habitual relação com Portugal e atualizasse a retórica luso-tropical através da Lusofonia e da criação de uma comunidade de países de língua ou expressão portuguesa.

A política pró-america dos dois primeiros governos militares deu lugar a uma nova política externa, denominada *pragmatismo responsável*. O nome se devia à relativa polarização ideológica que possibilitou, durante o governo de Ernesto Geisel (1974-79), o aprofundamento da política de “não alinhamento automático” com os Estados Unidos. As relações exteriores do Brasil, nesse momento, pautavam-se na mundialização e na diversificação de parcerias e acordos bilaterais, que pretendiam dar ao país um novo lugar no sistema internacional. Essa estratégia de internacionalização política e econômica se adequava ao projeto nacional-desenvolvimentista, que buscava

---

<sup>238</sup> CARVALHO, Thiago Severiano Paiva de Almeida. *Op. Cit.*, p. 34. “O delegado da Etiópia declarou à delegação brasileira que a OUA ‘decidira demonstrar ao Brasil que teria de começar a pagar um alto preço por não se dissociar, de vez e claramente, das posições portuguesas’”.

um novo padrão das relações entre o eixo norte e sul. Nessa perspectiva, o Brasil foi primeiro país a reconhecer a independência de Angola, mesmo esta tendo sido feita pelo MPLA (Movimento pela Libertação de Angola), de orientação socialista.<sup>239</sup> Além disso, o acordo nuclear entre Brasil e Bona, em 1975, abriu caminho, como modelo, para um novo tipo de cooperação.<sup>240</sup>

O *pragmatismo responsável* foi uma redefinição estratégica de política internacional que pretendia creditar um novo padrão de dependência externa ao Brasil, aprofundando as relações com alguns países da Europa Ocidental e da África. Nessa altura, a vertente africana adotada pelo governo brasileiro procurava estreitar laços econômicos e políticos com outros países em via de desenvolvimento, o que resultaria em nova configuração das relações no hemisfério sul. Dessa forma, o Brasil projetava-se como interlocutor entre o “primeiro” e o “terceiro mundo”, rejeitando a mediação portuguesa. O Brasil pretendia inserir os mercados africanos em seu horizonte de expansão econômica a fim de suprir a dependência energética do país. O passado de cumplicidade com o colonialismo português traria para o país a imagem de multirracial e defensor da autodeterminação e, por isso, aliado natural do continente africano.<sup>241</sup>

Entre 1975 e 1976, uma série de oportunidades se ofereciam no espaço Atlântico. Nesse sentido, a revitalização do Atlântico Sul e a aproximação com a África Lusófona eram imperativas. Em janeiro de 1975, a imprensa já demonstrava consenso sobre a emergência do continente africano no sistema internacional e sobre a atuação do Brasil perante as mudanças que se afiguravam:

(...) o que fica claro (...) é a evolução da situação da África de fala portuguesa, isto é, em nossa fronteira Leste. Impõe-se cada dia mais a participação do Brasil no estabelecimento desta nova África, parte integrante do universo tricontinental de cultura portuguesa...a passiva perplexidade com que assistimos aos eventos de 1974 precisa, em 1975, transformar-se em concreta decisão de ajudar aos novos países e deles colher os frutos provenientes do nosso desejo ativo de colaboração.<sup>242</sup>

Em Março de 1975, o Jornal do Brasil noticiava em seu editorial o quão auspicioso e correto era o acompanhamento do Brasil em relação à emancipação de Angola, apesar do período transitório que Portugal vivia. O ministro Ovídio de Andrade Melo, cônsul-geral do Brasil em Londres, passava a ser o representante oficial do

---

<sup>239</sup> FREIXO, Adriano de. *Minha Pátria é a Língua Portuguesa: a construção da idéia da lusofonia em Portugal*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009, p. 38.

<sup>240</sup> CARVALHO, Thiago Severiano Paiva de Almeida. *Op. Cit.*, p. 51.

<sup>241</sup> *Ibidem*, p. 51.

<sup>242</sup> Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: Ano LXXXIV. n° 325. 03/03/75, p. 6.

governo brasileiro junto aos membros dos três movimentos de independência de Angola.<sup>243</sup> Segundo os analistas do Jornal do Brasil, a opinião pública apoiava a legitimidade das ações políticas do Brasil em África.

“A própria originalidade, de fundo e forma, de representação diplomática do Brasil em Luanda, sublinha, por um lado, o interesse do Brasília em unir-se oficialmente, desde já, ao novo país de Língua Portuguesa, e por outro lado, a receptividade do novo país e de Lisboa à presença do Brasil. A representação especial é de fato nossa embaixada, que lá se encontra, para cultivar, sem perda de tempo, o melhor relacionamento possível entre brasileiros e angolanos”.<sup>244</sup>

Ainda em Março de 1975, o caderno sobre política e governo daquele periódico trouxe a matéria com o título *Brasil vai dinamizar o combate contra a segregação em África*, que expressava claramente as diretrizes do presidente Geisel em termos de política externa. O Brasil daria ênfase ao combate aos regimes segregacionistas da África do Sul e da Rodésia, como forma de complementar os esforços de aproximação com as novas nações de Língua Portuguesa no continente africano, particularmente Angola e Moçambique.<sup>245</sup>

Apesar da desconfiança de alguns movimentos de libertação com relação às intenções do Brasil para com a África, o panorama “*permitia perscrutar os limites e potencialidades do Pragmatismo Responsável*”.<sup>246</sup> O Brasil era convocado a mediar junto a Portugal a concessão das independências dos territórios africanos de pertença lusitana. O embaixador da Costa do Marfim, Seydou Diarra, julgava ser esta a grande oportunidade do Brasil: “*O governo brasileiro foi oficialmente solicitado para exercer a sua influencia, condição sine qua non colocada pelo Itamaraty para agir como mediador de Portugal*”.<sup>247</sup>

A independência da Guiné-Bissau revelou-se, num ensaio prático, como a nova política pretendida pelo governo brasileiro para a África. O momento histórico era oportuno e um marco para o futuro das relações entre Brasil e África, pois a nação sul-americana, com tantas afinidades culturais, apresentava-se autônoma e disposta a dialogar e a desenvolver relações equitativas e dinâmicas com o continente. Dessa maneira, em 18 de Julho de 1974, o Brasil reconheceu a independência política da

---

<sup>243</sup> Os três movimentos eram: A Frente Nacional, O Movimento Popular e a União Nacional pela Independência do país.

<sup>244</sup> Jornal do Brasil, Rio de Janeiro: Ano LXXXIV. nº 325. 03/03/75, p. 6.

<sup>245</sup> Jornal do Brasil, Rio de Janeiro: Ano LXXXIV. nº 325. 03/03/75. p 4.

<sup>246</sup> CARVALHO, Thiago Severiano Paiva de Almeida. *Op. Cit.*, p. 82. A desconfiança ocorria pela memória do apoio tácito brasileiro para com o colonialismo português e pela suspeita da tentativa de um novo imperialismo vindo do Brasil.

<sup>247</sup> *Ibidem*, p. 78.

Guiné e apoiou o seu ingresso na ONU. As declarações do Ministério das Relações Exteriores demonstravam a grande satisfação do Brasil em apoiar a recente nação de língua portuguesa. O reconhecimento da independência da Guiné foi uma prova da liberdade diplomática que o Brasil vinha conquistando, pois a conjuntura era delicada devido à crescente influência soviética nos movimentos de emancipação política.<sup>248</sup>

As relações luso-brasileiras chegaram ao ápice da contrariedade. Portugal acreditava que o Brasil estava implantando uma política africana às suas custas. “*No Palácio das Necessidades, um diplomata disse a um correspondente do Estado de São Paulo: Pode haver tratado de amizade, mas não há tratado de consulta*”.<sup>249</sup> Tal crítica reflete o mal-estar criado entre os governos devido ao fato de o Brasil ter comunicado sua decisão de reconhecimento à Guiné-Bissau com apenas vinte e quatro horas de antecedência – ou seja, sem dar qualquer abertura a uma negociação com Portugal.

Tanto o Brasil quanto os Estados Unidos tentavam recolocar suas atuações em África. A política externa brasileira, mais autônoma, era relevada pelos EUA, já que o país se apresentava como um aliado ocidental a exercer influência conveniente sobre o continente africano. Nesse sentido, o embaraço das decisões brasileiras em relação aos territórios africanos de colonização portuguesa era negativo aos interesses e receios americanos. No caderno *Internacional*, do *Jornal do Brasil* de Janeiro de 1975, o secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, falou sobre a força do Brasil para o futuro por conta da sua visita à América Latina:

O Brasil é uma potência mundial emergente e o acordo que assinei com o Ministro das Relações Exteriores, Antônio Azeredo da Silveira, é simplesmente o reconhecimento deste fato. Não somos nós que conferimos essa qualidade ao Brasil e sim sua própria realidade.<sup>250</sup>

Alguns dias antes da declaração de independência de Angola, o secretário das relações exteriores do MPLA, e mais tarde chanceler do novo governo angolano, o Senhor Garcia Neto, em uma entrevista ao *Jornal do Brasil* sobre o futuro relacionamento entre Brasil e Angola afirmou:

O Brasil é, sobretudo, uma realidade atlântica. Somos países vizinhos, porque estamos um em frente ao outro. Além disso, o Brasil é uma realidade viva na América Latina que nenhum país pode ignorar. Em relação ao Brasil nós

---

<sup>248</sup> A independência guineense foi proclamada unilateralmente pelo Partido Africano da Guiné e Cabo Verde, de filiações esquerdistas. CARVALHO, Thiago Severiano Paiva de Almeida. *Op. Cit.*, p. 82.

<sup>249</sup> *Ibidem*, p. 85. O presidente da república portuguesa, António Spínola, sentiu-se chocado com a decisão do governo brasileiro, especialmente após o envio da missão chefiada por Galvão de Melo ao Brasil.

<sup>250</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: Ano LXXXVI. n° 58. 05/06/76. p. 9.



particularmente gostaríamos de manter boas relações nos domínios que acharmos mutuamente vantajosos. É certo que subsistem algumas desconfianças, pois esperávamos que em nossa luta de libertação o Brasil tomasse uma posição frontal contra o colonialismo. Mas, hoje entendemos que nossas responsabilidades são diferentes e achamos que deveremos pelo menos tentar ultrapassar certas barreiras para nos aproximarmos.<sup>251</sup>

Acerca das relações entre Angola e Portugal e da idéia de uma “Comunidade Luso-Afro-Brasileira”, Garcia Neto manifestou: “*Em relação à chamada Comunidade Luso-Afro-Brasileira, temos uma péssima recordação desse tipo de proposta, mas não quer dizer que não se possa vir a estudar em tipo de cooperação específica entre países que tenham língua e costumes afins*”.<sup>252</sup>

O Brasil assumia, assim, liderança na descolonização dos territórios lusófonos e reconheceu o governo instalado em Luanda – em observância às regras internacionais, obviamente. Nesse momento, o país se punha à frente de Portugal pela presença de cerca de duzentos e cinquenta mil cidadãos portugueses no território angolano em zonas dominadas por outros movimentos rebeldes, o que bloqueava qualquer tipo de definição do governo português em favor do MPLA. No Brasil, a independência de Angola foi encarada da seguinte forma:

Qualquer que seja o grau de sutileza a que foi obrigado a usar para fazer face a chegada da hora da independência angolana, o governo brasileiro parece ter satisfeito sua maior preocupação, a de estar presente, ombro a ombro com outros quatro Estados independentes de língua portuguesa (Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe) no momento exato do nascimento do outro membro da comunidade afro-luso-brasileira rebatizada e despojada de suas conotações colonialistas.<sup>253</sup>

O Brasil despontava como protagonista político a gerenciar diplomaticamente a descolonização dos territórios africanos de língua portuguesa, buscando conciliar o triângulo geográfico do idioma. Em declarações oficiais, Luís Cabral, presidente da Guiné-Bissau, acusou os portugueses, “*fascistas colonialistas*”, de terem escondido de seu povo a literatura brasileira, para neutralizarem a atração que os africanos tinham pelo Brasil. Saudando o embaixador brasileiro, que visitava a Guiné, Luís Cabral afirmou que entre os dois governos deveria haver igualdade, proveitos mútuos, e não ingerência em assuntos internos como fundamento para a criação de uma grande comunidade de países de língua portuguesa.<sup>254</sup>

---

<sup>251</sup> Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: Ano LXXXV. nº 215. 09/11/75. Caderno Especial. p. 1.

<sup>252</sup> *Idem*.

<sup>253</sup> Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: Ano LXXXV. nº 217. 11/11/75. p. 6.

<sup>254</sup> Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: Ano LXXXIV. nº 323. 01/03/75. p. 3. *Desejo de Almícar*. “Luís Cabral observou que a cultura brasileira, objeto de admiração de seu povo, teve suas raízes arrancadas do solo africano, transportadas nos navios negreiros, com sangue e a dor dos escravos levados para as

As animosidades e os ressentimentos em nível político e cultural eram latentes, por parte dos representantes africanos que conduziam as transformações políticas em seus países. Nesse período de transição política, o luso-tropicalismo era visto como uma ideologia colonialista romântica e ilusória. A língua se mostrava o único instrumento capaz de recuperar a cooperação atlântica e de alterar os velhos padrões de relacionamento entre os três continentes. O trecho abaixo, retirado de uma entrevista com um dos membros do MPLA, é demonstrativo de como a questão lingüística era encarada pela elite política:

(...) O português não deverá ser substituído como língua franca. Não seria presumivelmente, do interesse angolano de todas as raças a perda da identidade do idioma, ainda mais porque este aspecto transcende qualquer filiação ideológica. (...) De nossa parte, como integrantes do mundo de expressão portuguesa, é fundamental que se instale em Luanda um governo amigo, disposto ao diálogo e a cooperação com o Brasil.<sup>255</sup>

Durante o Governo de Marcelo Caetano, as modificações ocorridas no continente africano fizeram sobressair as primeiras tensões nas relações luso-brasileiras. As mudanças políticas ocorridas a partir de 25 de Abril de 1974 em Portugal criaram no Brasil a expectativa de uma melhor condução portuguesa nos processos de descolonização da África. Contudo, a questão africana era a “pedra de toque” nas estimadas relações entre Brasil e Portugal. O governo brasileiro mantinha sua estratégia de política externa e acreditava que o Partido Socialista em Portugal, sob a figura de Mário Soares, solucionaria o contencioso africano. A administração em Brasília se justificava em relação à descolonização da seguinte maneira:

As relações entre Brasil e Portugal desenvolveram-se num clima de amizade, respeito mútuo e objetividade. Os vínculos históricos que unem os dois países permitiram, nesse período, a manutenção de um diálogo proveitoso e franco sobre a ampla gama de interesses comuns. Coerente com as tradições amistosas desse relacionamento, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o governo resultante das transformações por que passou Portugal em 25 de abril. A diplomacia brasileira buscou conservar as relações entre os dois países num plano realista e benéfico para ambas as partes e, com a aceleração da descolonização dos territórios africanos, teve cuidado de manter as novas autoridades de Lisboa cientes da posição anticolonialista do Brasil.<sup>256</sup>

As transformações conjunturais que surgiram com a transição para a democracia em Portugal e com o início de liberalização do regime autoritário no Brasil

---

*Américas. Além da acusação aos colonizadores portugueses de esconder do povo da Guiné-Bissau informações preciosas sobre o Brasil, o presidente Luís Cabral mais uma vez citou seu irmão Almícar Cabral – a principal figura do movimento de libertação nacional, morto há dois anos – como um dos mais certos incentivadores da aproximação que ocorre agora entre a Guiné e o Brasil”.*

<sup>255</sup> Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: Ano LXXXIV. n° 273. 08/01/75. p. 6.

<sup>256</sup> Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: Ano LXXXIV. n° 324. 02/03/75. p. 20.

possibilitaram, com o passar do tempo, uma revisão das relações bilaterais e do relacionamento com a África.

#### **IV. 2 – As Transições Democráticas e a Ressonância do Luso-Tropicalismo**

Diante das transformações políticas que atravessaram os países ocidentais, entre eles Brasil e Portugal, na segunda metade do século passado, torna-se necessário um breve dimensionamento teórico sobre a última vaga das implantações democráticas. A democracia moderna ocidental teve seu surgimento associado ao desenvolvimento histórico do conceito de Estado-Nação. Ao longo da história do século XX, os ajustes entre a relação do Estado e a abertura à participação política resultaram de um processo conflituoso no âmbito das lutas por igualdade social, política e liberdades individuais.

Charles Tilly defendeu que o processo de democratização levou a uma interação com o Estado de “*protected consultation*”,<sup>257</sup> pois o povo e o Estado passaram por um processo pró-ativo de confiança – ou seja, de reconhecimento da autoridade do Estado e de legitimidade do sistema político. Os canais de comunicação ganharam espaço e foram alargados, por exemplo, através do sufrágio e das eleições, no qual grupos de interesse da sociedade se conectaram e a elite e as camadas populares “negociaram” com o Estado uma espécie de consulta aos interesses organizados da população. Ainda segundo o politólogo Tilly, um regime torna-se democrático na medida em que o grau de relações políticas entre o Estado e seus cidadãos envolve quatro elementos fundamentais: abrangência, igualdade, proteção e consulta obrigatória.

O cientista político norte-americano, Samuel Huntington analisou três ondas de democratização ocorridas ao longo do último século<sup>258</sup> e centrou seu estudo na terceira delas. O autor caracterizou ondas de democratização como um grupo de transições de regimes não-democráticos para democráticos que incidiram em períodos específicos e que, significativamente, foram mais numerosas do que as transições na direção oposta. As ondas envolveram, também, liberalização ou democratização parcial nos sistemas

---

<sup>257</sup> Ver TILLY, Charles. *Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

<sup>258</sup> HUNTINGTON, Samuel P. *The third wave: democratization in the late twentieth century*. London: University of Oklahoma Press, 1993.

políticos que não se tornaram completamente democráticos. Cada onda de democratização afetou certo número de países, num movimento de contágio político que seguia os padrões de modernização política. No entanto, as aberturas democráticas também impulsionaram algumas transições na direção não-democrática, como numa onda reversa, pois nem todas as transições para a democracia ocorreram durante ondas democráticas. Assim, a história não se desencadeou de forma unidirecional e as mudanças políticas não se encaixaram em classificações temporais e contextuais fechadas ou únicas.

A terceira onda teve início com o golpe de 25 de Abril de 1974 em Portugal e possibilitou um implausível movimento a caminho da democracia no final do século XX. Nos anos que se seguiram ao fim da ditadura portuguesa, regimes democráticos substituíram regimes autoritários em aproximadamente cinquenta países das diferentes regiões geográficas. Em alguns deles, ocorreu considerável liberalização dos regimes autoritários. Em outros, movimentos de democracia ganharam força e legitimidade.

O Brasil já havia tido uma experiência democrática na década de 1940, mas o quadro limitado e instável levou o regime ao fracasso. Somente a partir da Revolução dos Cravos pode-se considerar que o Brasil esteve inserido nessa onda democrática encetada por Portugal. A transição brasileira, contudo, procedeu-se de forma contrária à portuguesa. No Brasil, apenas na década de 1980 a sociedade civil se tornou politicamente ativa, criticando a ditadura militar, reavaliando os preceitos democráticos e seus objetivos e encontrando formas de confiança mínima nos velhos representantes políticos do governo para a construção da democracia no país.

A conjuntura internacional foi fundamental para o desenvolvimento democrático tanto no caso português quanto no caso brasileiro, porém, a dinâmica interna foi essencial para a concretização das transições. A característica marcante do caso português foi a vitória dos moderados<sup>259</sup>. O desenrolar dos fatos em Portugal após a Revolução superou as expectativas, pois um país atrasado social e economicamente,

---

<sup>259</sup> Ver MAXWELL, Kenneth. *The making of Portuguese democracy*. Cambridge, New York, Melbourne: Cambridge, 1995.

vivendo um período único de instabilidade política, foi precursor da democratização nas ditaduras da América Latina.

Portugal pode ser visto como o caso clássico de um país que sobreviveu ao cerco dominante que o rodeava. Partilhando, desde longa data, a Península Ibérica com a Espanha – tradicional rival da independência portuguesa – e o oceano com os britânicos, o país tornou seu serviço diplomático mestre em postergar, confundir e encontrar modos de proteger os interesses nacionais.<sup>260</sup> Por vezes, a situação interna de Portugal, autoritário e salazarista, impediu a mudança política ao longo das décadas do XX. Em outros momentos, o empecilho veio de fatores externos. Curiosamente, os motivos internos e externos não chegaram a coincidir em um grau que ocasionasse uma transformação significativa, o que permitiu que Portugal se mantivesse, até antes da década de 1970, isolado e intransigente em sua posição colonialista.

Por volta de 1973, a classe militar já apresentava sinais de descontentamento, o que gerou mobilizações com o chamado “Movimento dos Capitães” dos oficiais do Exército. Em Dezembro do referido ano, tal movimento se tornou irreversível, transformando-se em “Movimento de Oficiais das Forças Armadas” (MFA). Com uma rapidez extraordinária e sem oferecer resistência, o regime que governava Portugal desde os fins da década de 1920 foi derrubado. Em 26 de Abril de 1974, uma multidão eufórica saiu às ruas, o programa do MFA foi afixado e suas promessas foram lidas com avidez.

Embora a revolta de 25 de Abril possuisse poucas conotações revolucionárias na época, também não foi um golpe de Estado comum. Derrubou a ditadura mais antiga da Europa, prenunciou o fim do mais antigo império europeu na África e empurrou para o primeiro plano um híbrido inquietante: um grupo de oficiais militares europeus, profundamente influenciados pela teoria e pela prática das lutas de libertação fora da Europa e que, no decorrer do tempo, passaram a se ver cada vez mais como uma vanguarda revolucionária. Em 25 de Novembro de 1975, fez-se necessário um último acerto, de modo a por fim aos sonhos comunistas da Revolução Portuguesa. O

---

<sup>260</sup> Ver MAXWELL, Kenneth - *The making of portuguese democracy*. Cambridge, New York, Melbourne: Cambridge, 1995.

Ocidente, atento, interveio no processo democrático português através do “Plano Callaghan”.<sup>261</sup> Desse modo, com a assinatura do II Pacto MFA-Partidos e com o sufrágio livre e universal dos centros de poder, deu-se fim à Revolução Portuguesa e início à implantação da estrutura político- institucional do sistema democrático.

As guerras coloniais e as adaptações democráticas pelas quais passaram Brasil e Portugal fizeram com que a política atlântica estagnasse por um período. O “retorno ao atlântico” reapareceu como demanda política luso-brasileira no final da década de 1980 – apesar de Portugal estar interessado na sua integração à Europa, através da Comunidade Económica Europeia (CEE). O Brasil, por sua vez, preocupava-se com a estabilidade política, com as relações com os países do chamado “Primeiro Mundo” e com a aproximação com a América do Sul para a criação de um mercado comum, dentro das perspectivas de globalização e do neoliberalismo.<sup>262</sup>

As profundas dificuldades políticas e económicas de Portugal pós-25 de Abril e a má impressão das guerras em solo africano e do passado de isolamento internacional pela posição colonialista da nação fizeram com que Portugal virasse às costas para o Atlântico como forma de superação política. Somente em 1990, com a “*hora de regressar à África*”,<sup>263</sup> declarada pelo presidente português Mário Soares, Portugal, integrado à União Europeia, percebeu que as opções poderiam ser complementares e estratégicas em termos de reinserção do país no cenário internacional.<sup>264</sup>

Em *A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*,<sup>265</sup> Adriano Moreira, autor de vários trabalhos sobre o luso-tropicalismo e Portugal, faz uma reflexão pertinente a respeito dos acontecimentos que sucederam à Revolução dos Cravos de 1974. A

---

<sup>261</sup> Os países europeus demonstraram maior visão política e realismo na análise do problema português: durante o período 1974-1975, pressionaram as autoridades revolucionárias a concretizarem a promessa de realizar eleições livres, alertando-as acerca das consequências negativas que resultariam da sua não concretização. Contudo, notou-se alguma divisão nos países europeus: o presidente francês Giscard d’Estaing partilhava do pessimismo americano sobre o triunfo das forças moderadas; o chanceler alemão Helmut Schmidt financiava Portugal, através do seu apoio ao Partido Socialista; os britânicos, liderados por Harold Wilson e James Callaghan, apostavam em ajudar os oponentes do Partido Comunista Português, nomeadamente o Partido Socialista, com o qual o Labour Party mantinha relações privilegiadas, ao mesmo tempo em que mantinham abertos os contatos com algumas personalidades de poder em Portugal.

<sup>262</sup> FREIXO, Adriano de. *Minha Pátria é a Língua Portuguesa: a construção da idéia da lusofonia em Portugal*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009, p. 50.

<sup>263</sup> *Ibidem*, p. 42.

<sup>264</sup> *Ibidem*. Capítulo 1: A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP: História e Perspectivas.

<sup>265</sup> MOREIRA, Adriano (Coord.). *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Cooperação*. Lisboa: Edições Almedina, 2001.

descolonização relativamente caótica, o envolvimento entusiasmado de Portugal no projeto da integração europeia, o trauma das guerras coloniais, as prolongadas e desastrosas guerras civis que eclodiram em Angola e Moçambique, a situação difícil na Guiné, em São Tomé e Príncipe e a relação indiferente com o Brasil, sobretudo na década de 1980, mostraram que o luso-tropicalismo passou por um período de descrédito. Somente em 1996, com o propósito de estimular a Lusofonia, que deriva fundamentalmente do luso-tropicalismo de Freyre, foi criada a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), por liderança do Brasil e de Portugal, mais uma vez unidos em torno de interesses comuns.

Ainda que o contexto fosse adverso, em 1889, ocorreu a primeira reunião dos Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa, no Maranhão, que concebeu concretamente a futura comunidade através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP). O embaixador José Aparecido de Oliveira, político renomado no Brasil durante o governo de Itamar Franco (1992-94), foi o principal articulador do projeto de unificação ortográfica e de uma comunidade da língua portuguesa em Lisboa. A partir dos esforços do diplomata, ocorreu, em 1994, a Primeira Reunião dos Ministros das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros dos Países de Língua Portuguesa, na qual foi sugerida a realização de uma Cimeira dos Chefes de Estado e de Governos, propondo a constituição da Comunidade.

Após sucessivos impasses e negociações, a Cimeira aconteceu em Lisboa, em Julho de 1996. Nela, os Chefes de Estado e de Governo dos sete países (Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe) que adotavam o português como idioma oficial, criaram institucionalmente a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), como organização internacional que detinha a Declaração Constitutiva e Estatutos próprios. Segundo Adriano de Freixo em *Minha Pátria é a Língua Portuguesa: a construção da idéia da lusofonia em Portugal*,<sup>266</sup> o intuito era a emergência de um foro multilateral que proporcionasse uma relação de cooperação entre os países membros diante das relações internacionais, além de difundirem projetos de promoção e difusão da língua portuguesa no mundo.

---

<sup>266</sup> FREIXO, Adriano de. *Op. Cit.*, p. 35. Ver também CPLP. *Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Disponível em: [www.cplp.org](http://www.cplp.org).

O projeto de uma Comunidade Lusófona ou Luso-Afro-Brasileira retomou as idéias dos intelectuais brasileiros e portugueses de diversos matizes ideológicos e campos acadêmicos – como Gilberto Freyre, Joaquim Barradas de Carvalho, Adriano Moreira, Agostinho da Silva e Darcy Ribeiro. Pelo menos desde a década de 1950, tais idéias ressurgiram constantemente nos discursos luso-brasileiros de integração atlântica. Cabe ressaltar, contudo, que mesmo constituída a CPLP, observam-se fragilidades em termos de consolidação entre seus membros.<sup>267</sup> A onipresença da idéia de uma especificidade lusófona, que rescalda nitidamente do luso-tropicalismo, mantém paradigmas retóricos de relacionamento entre os três continentes, tornando fraca a performance política e econômica da Comunidade.

Para Portugal, a CPLP recuperou a língua portuguesa como uma ponte que resgatou a velha noção de grandeza territorial e de epopéia colonial. O vazio em relação ao passado e à identidade tornava indispensável recobrar o discurso lusófono. Portugal readquiriria alguma especificidade frente às nações européias, em especial, à Espanha, com a afirmação da língua portuguesa como a quinta ou sexta língua de expressão mundial. Dessa maneira, ideologicamente, *“a constituição da CPLP passa pelo discurso calcado na idéia de uma herança cultural comum, enfatizando os laços históricos que unem os países que a compõem, destacando a questão identitária, na qual a Língua Portuguesa adquire um papel fundamental”*.<sup>268</sup> O reconhecimento da língua portuguesa a partir de uma comunidade com projeção externa restaurou os laços modernos de Portugal com o Atlântico e restabeleceu a “consangüinidade” luso-afro-brasileira tão bem estruturada no luso-tropicalismo.

A CPLP também ofereceu boas oportunidades econômicas a Portugal, já que o país se apresentava como dependente dentro das trocas estabelecidas com comunidade européia. O governo português poderia ser intermediário entre a União Européia (UE) e os blocos regionais dos países lusófonos, como o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC).

---

<sup>267</sup> Atualmente, a organização conta com o Timor Leste, como oitavo Estado-membro.

<sup>268</sup> FREIXO, Adriano de. *Op. Cit.*, p. 45.



Nessa perspectiva, as relações econômicas entre Portugal e os outros Estados-membros da CPLP se intensificaram.

Contudo, as pretensões portuguesas em relação à CPLP permaneceram na apelação histórico-retórica, e ultrapassaram as reais capacidades de ação. Afinal, em relação aos anseios como intermediário atlântico, Portugal esbarrava em suas limitações no sistema internacional e na UE. Ademais, as potências europeias, que também eram antigas metrópoles, mantinham ligações com o continente africano, exercendo, inclusive, atração sobre ex-colônias portuguesas. Em outras palavras, a oferta portuguesa de mediação política em termos práticos tornou-se dispensável dentro das relações internacionais estabelecidas pelo continente europeu.

Além disso, os demais membros demonstravam desinteresse em relação ao esforço da concretização efetiva e ao alargamento das propostas para a relevância da CPLP. A adesão à Comunidade ocorreu mais pela retórica afetiva e histórico-cultural do que por interesses políticos objetivos. Portugal se projetou para o centro da Comunidade como “pátria-mãe”, haja vista a utilização do prefixo “luso”, que lhe investe conotação e caracteriza culturalmente todos os outros membros. No entanto, o Brasil acabaria exercendo demasiado peso na compleição da CPLP. Além de sintetizar em seu território a junção dos três povos principais que a compõem, o país possui 80% dos falantes de língua portuguesa presentes na Comunidade. O Brasil nunca buscou a liderança da Comunidade, já que a CPLP encontra-se num plano secundário a seus anseios políticos.

Apesar do protagonismo brasileiro na concepção da CPLP, desde o início da década de 1990 o Brasil abdicou de sua posição mais independente e adotou uma política externa tendente às relações com o chamado “Primeiro Mundo” e empenhada na integração latino-americana com o incentivo a criação do Mercosul. Durante a administração de Fernando Henrique Cardoso, com o alinhamento a uma política neoliberal, a estratégia de política externa não se alterou, sendo o mundo lusófono relegado ao plano dos discursos e projetos. Até o governo de Luís Inácio Lula da Silva, o Brasil manteve-se tímido em termos políticos e econômicos no espaço atlântico com a África. A ausência de uma política nacional autônoma e mais desvinculada dos interesses do capital externo fez com que o Estado brasileiro não priorizasse seu papel no Atlântico sul dentro sistema internacional.

Do ponto de vista geopolítico, o Brasil pode vir a estabelecer um desenho privilegiado com a África do Sul e com Angola, com trocas econômicas e atuação política privilegiada, sobretudo em aspectos de segurança global. A nova versão da política externa brasileira vem buscando um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) e para isso formulou uma política de projeção do Brasil no eixo sul e junto ao G-20, defendendo condições de comércio e de relações internacionais mais igualitárias entre os hemisférios. Nessa direção, o desempenho político brasileiro no espaço comunitário da CPLP poderia otimizar as pretensões da nação. O Itamaraty, contudo, continuou investindo e procurando apoio junto às relações bilaterais e parcerias pontuais. A política externa brasileira em relação à África se manteve com a mesma postura anterior:

(...) a política africana no Brasil foi perdendo importância, tendo sido adotada uma prática de opções seletivas de parceiros naquele continente em que se destacam a Nigéria, a África do Sul, e secundariamente, Angola. Com isso, países como Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Cabo Verde, não representam áreas do Brasil na África, o que esvaziava o papel que a CPLP poderia representar no âmbito da política externa brasileira.<sup>269</sup>

Em relação aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), a CPLP se revelou inadequada, por diversos fatores: ressentimentos em relação ao passado colonialista, no qual a Comunidade se transfigura numa tentativa simbólica e cultural de uma recomposição do “Império Colonial Português”, o que leva a Comunidade a ser encarada como uma tentativa; realidades políticas instáveis, com estruturas que se sustentam em democráticas recentes e ainda frágeis; quadros sociais bastante desiguais, com rendas *per capita* baixas e índices de desenvolvimento humano (IDH) muito inferiores, frutos do passado exploratório e das guerras civis. Além disso, há que se ter em conta a alta dependência do capital externo, a fraca predominância da língua portuguesa frente à existência de línguas maternas e crioulas e os altos índices de analfabetismo – além da aliança econômica com países de outras esferas lingüísticas, como com a anglófona e francófona.

Diante desse panorama, os PALOP se interessam por convênios e relacionamentos externos que lhes proporcionem, além dos investimentos econômicos necessários, o possível modelo de resolução dos seus problemas político-sociais. Nesse aspecto, a CPLP não apresenta nenhuma capacidade influente ou especial, em vista das relações bilaterais que os PALOP desenvolvem com os países centrais da União

---

<sup>269</sup> FREIXO, Adriano de. *Op. Cit.*, p. 52.

Européia e os Estados Unidos. Provas reais dessa lógica política foram os movimentos de ingresso de Moçambique e da Guiné, respectivamente, À *British Commonwealth* e à África Francófona.<sup>270</sup>

No sul de Moçambique, por exemplo, o inglês exerce uma forte atração. Na Guiné-Bissau, o francês ganha terreno graças à televisão. Na terceira cimeira da francofonia em Dacar (1989) a Guiné-Bissau decidiu fazer do francês a sua segunda língua oficial, enquanto Angola, de que uma parte do escol exilado no Zaire fez os seus estudos nessa língua, seguia os debates.<sup>271</sup>

A redescoberta do luso-tropicalismo por via de uma comunidade lingüística, como a CPLP, transmite a impressão de a língua funcionar como instrumento de expressão e legitimação político-cultural de um Estado.<sup>272</sup> Nesse âmbito, as contradições existentes nos processos de construção das identidades nacionais, especialmente, em sociedades pós-coloniais de características multi-étnicas, revelam que os fundamentos em torno dos argumentos histórico-culturais se fazem indispensáveis na edificação do consenso social de um país em termos de unidade política.

Apesar das críticas em relação à lusofonia – considerada um resgate do luso-tropicalismo que oprimia a África desde os tempos coloniais –, a teoria, no discurso oficial, funciona como cimento político-cultural inteligível às novas sociedades. Em outras palavras: a lusofonia funciona como argumentação político-pedagógica, em termos de reprodução simbólica, que fornece explicações para o entendimento histórico e identitário entre o Estado e a sociedade.

Os PALOP, contudo, são percebidos como um todo, não sendo levadas suas especificidades culturais. Muitas vezes, são igualmente classificados e suas peculiaridades são vistas sob o ângulo do velho antropocentrismo. Exemplo disso é a questão dos diversos idiomas: em países da Europa como Itália, Espanha e até mesmo Portugal, existem mais de uma língua ou dialeto, e estes são respeitadas como tal, ao contrário de quando o caso ocorre na África. O próprio termo “lusó-africano-brasileiro” generaliza as diferenças existentes entre os países africanos de herança portuguesa. Assim, no entender de Adriano Freixo: “*Dessa forma, a Comunidade já nasce com um ‘vício de origem’, o do desconhecimento mútuo entre seus membros, o que leva a ser*

---

<sup>270</sup> FREIXO, Adriano de. *Op. Cit.*, p. 57.

<sup>271</sup> *Ibidem*, p. 58.

<sup>272</sup> Como foi o caso de Timor Leste, que adotou oficialmente o português e a religião católica, heranças da colonização portuguesa, como forma de resistência política à assimilação à Indonésia, apesar de tais opções político-culturais terem se restringido a uma elite política.

*erigida sobre alicerces pouco sólidos, baseados em discursos por vezes míticos, que não encontram muita fundamentação na realidade concreta”.*<sup>273</sup>

Esse “vício” derivaria fundamentalmente da teoria luso-tropicalista, que distinguia Brasil e Portugal em suas configurações históricas e homogeneizava os territórios africanos em muitas dimensões. Por tal razão, o luso-tropicalismo teria servido de forma tão satisfatória à lógica política do colonialismo português. De certa maneira, a CPLP reproduz a mentalidade do “modo português de estar no mundo” de inspiração freyriana, que propõe esforços em torno de uma mitologia cultural comum. Esse imaginário compartilhado de mais de quinhentos anos de história vivida e baseada numa convivência multirracial e multicultural gerou uma matriz lusitana/lusófona de ser, na qual o Brasil transfigura-se em expressão central, interligando a geografia do idioma.

A idéia de lusofonia presente na CPLP é o resgate moderno dos pressupostos político-culturais do luso-tropicalismo. A CPLP, pó meio da língua, deu corpo institucional a essa identidade partilhada no triangulo lusófono, buscando alinhar União Européia (EU), Mercosul e a União Africana (UA) num denominador comum:

A Lusofonia é uma forma de ser e estar peculiar presente em todos os Continentes – na velha Europa, em África, na Ásia, na Oceania, na América. Essa Comunidade, tendo uma língua em comum, tem também uma história e uma cultura comuns resultantes da miscigenação cultural que os portugueses desenvolveram nos oito países.<sup>274</sup>

Gilberto Freyre propunha através da luso-tropiologia, ou mesmo no fomento de uma comunidade, a integração e o intercambio entre os três continentes articulando aspectos, políticos, econômicos e culturais:

Político na acepção de uma política de cultura e de uma política de migração dentro do mundo luso-tropical. No sentido, também, de uma política econômica. No sentido, ainda, de afirmação ou reafirmação de uma política de democracia étnica que avigore em todos os membros da comunidade luso-tropical a resistência aos etnocentrismos vindos de povos vizinhos ou de minorias étnico culturais que se concentrem dentro da própria comunidade luso-tropical, em desarmonia com as tradições e sentimentos castiçamente lusitanos.<sup>275</sup>

Embora o luso-tropicalismo de Gilberto Freyre tenha sido apropriado pela ideologia colonialista Estado Novo, já discutidas anteriormente, sua essência era eminentemente cultural. Freyre conseguiu se esquivar de um real comprometimento

<sup>273</sup> FREIXO, Adriano de. *Op. Cit.*, p. 61.

<sup>274</sup> MACHADO, Maria Valentina da Silveira “A Hora da Lusofonia e os dez anos da CPLP”. In: *Reflexões Lusófonas*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2008, p. 39.

<sup>275</sup> *Ibidem*, p.37

político, pois a propósito das independências africanas buscou apenas instrumentalizar politicamente o conceito de comunidade luso-tropical. Em um conferência no Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro, em 1962, o sociólogo mostrou-se sensível às aspirações de independência dos povos de soberania portuguesa, incentivando:

(...) o contacto mais estreito não com os comunistas soviéticos nem com os liberais norte-americanos, mas com os brasileiros; só assim poderiam preparar Angola e Moçambique para se converterem em membros duma federação de países de língua portuguesa, já que estes povos se sentem mais inclinados que outros para a democracia racial e social.<sup>276</sup>

Demarcando-se dos interesses do colonialismo português, Freyre defendia que as “constantes lusitanas” criaram afinidades afetivas e culturais que ultrapassavam as fronteiras simplesmente políticas – ou seja, o intelectual afirmou a vitalidade das suas idéias para um plano extra-colonial. Por isso, a configuração de comunidade luso-tropical não excluía a emancipação dos povos das colônias portuguesas; muito pelo contrário.

As redefinições identitárias pelas quais passaram Brasil, Portugal e os países da África portuguesa na última década do século XX exigiram renovação da narrativa histórica que os interligavam inegavelmente. O campo político teve de reinterpretar, de acordo com o contexto, a mitologia presente na cultura dos povos que se utilizam de um universo simbólico para dar sentido e legitimar os costumes e as instituições político-sociais. A nova conjuntura afigurou-se “*Exatamente ao mesmo tempo em que os antigos limites e fronteiras parecem dissolver-se perante o rápido fluxo de idéias, mercadorias e pessoas, instalou-se uma nova política de identidade que reinscreve, limita e essencializa os elos entre terras e povos*”.<sup>277</sup>

Neste sentido, a recuperação das idéias de Gilberto Freyre e o afastamento do luso-tropicalismo das cargas negativas do salazarismo cederam lugar ao desdobramento fácil do discurso lusófono e à consolidação de um espaço político da língua portuguesa, pela constituição da CPLP.

---

<sup>276</sup> CASTELO, Cláudia. “O modo português de estar no mundo”. In: *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa. (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1998, p. 26. Gilberto Freyre ainda afirmou, em relação às emancipações africanas: “*Comunidade luso-brasileira, dizem uns, parecendo não admitir nessa comunidade senão duas presenças nacionais: a de Portugal e a do Brasil. Comunidade lusotropical, venho há anos sugerindo que se diga, admitindo que as presenças nacionais passem das duas que são hoje às três ou às quatro que possam vir a ser brasileiroamente, fraternalmente, josebonificamente, amanhã*”.

<sup>277</sup> FREIXO, Adriano de. *Op. Cit.*, p. 147.

O primeiro instrumento institucional concebido dentro do que seria o espírito da CPLP – o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) – já estava imbuído dos ideais luso-tropicais que tentavam enquadrar um grupo identitário comum. O IILP tinha por objetivos: defender e difundir a língua portuguesa; enriquecer a língua como veículo de cultura, educação, informação e de acesso ao conhecimento científico e tecnológico; desenvolver as relações culturais entre os lusófonos; incentivar a cooperação, a pesquisa e o intercâmbio nos domínios da língua e da cultura; difundir o Acordo Ortográfico.

Nessa senda, as diretrizes, os Estatuto, a Declaração Constitutiva, os Órgãos, os Interlocutores e as Cimeiras da CPLP ainda refletem as tónicas centrais da teoria luso-tropicalista, que são utilizadas formalmente e retoricamente nas declarações e nos documentos oficiais da Comunidade.<sup>278</sup> Os conceitos luso-tropicais de valorização da especificidade lusófona em integrar raças e culturas como traço comum ainda são recorrentes e advém nitidamente da teoria freyriana. A partir de um simples quadro, podem-se visualizar as principais idéias ainda propagadas e compartilhadas pela CPLP e nos discursos de lusofonia:

<b>Conceito</b>	<b>Significado</b>
Iberismo Lusitano	possibilitou estímulo à miscigenação e a especificidade do carácter português.
Cristianismo Fraternal	Mais cristocêntrico que etnocêntrico, conferiu fraternidade, solidariedade e tolerância.
Modo ou Espírito Português	permitiu capacidade de adaptação, mobilidade, plasticidade e o sucesso nos trópicos. Processos de assimilação e acomodação ocorreram, permitindo a presença simultânea de traços psicosociais e culturais das diferentes raças formadoras.
Democracia Racial	a tradição lusa consentiu o encontro e a conciliação dos antagonismos, construindo civilizações tropicais híbridas e sociedades etnicamente democráticas.
Luso-descendência	reconhecimento de uma unidade psicológica, cultural e de afetos que proporciona aos portugueses e aos luso-descendentes expressão e correspondência comum.
Lusitanidade	Matriz cultural, complexo identitário que interliga todos os luso-descendentes acima dos regionalismos.

<sup>278</sup> Além das idéias e do próprio nome de Gilberto Freyre, Agostinho da Silva também é frequentemente citado nos documentos oficiais como um dos inspiradores da CPLP. “*Agostinho da Silva – misto de educador, filósofo e pensador, considerado como uma espécie de guia espiritual de parte da intelectualidade brasileira e portuguesa deste século – formulou a concepção de uma ‘Comunidade Luso-Afro-Brasileira’ bastante original e pessoal refletindo uma visão de carácter universalista, místico, visionário, espiritualista, mítico e messiânico que remonta aos escritos de Joaquim de Fiore – na Idade Média – sobre o ‘Reino do Espírito’ e os do Padre Antônio Vieira sobre o ‘Quinto Império’*”. FREIXO, Adriano de. *Op. Cit.*, p. 139.

Conforme os novos tempos, os pilares da Comunidade em torno das idéias de globalização, e de interdependência das relações exteriores reinterpretem a vertente multiculturalista e multirracista defendida e divulgada pelo luso-tropicalismo. Assim, a CPLP defende oficialmente:

- » Um consenso político-diplomático no que diz respeito à coordenação de posições com vistas à promoção de interesses comuns em instituições internacionais como a ONU ou em foros especializados. A adoção de estratégias voltadas para o alcance dos objetivos da Comunidade, como a promoção da paz, a consolidação da democracia, a segurança regional, inclusive a solução negociada de conflitos internos em países membros;
- » A cooperação para o desenvolvimento que inclui iniciativas nas áreas econômica, comercial, empresarial, da ciência e da tecnologia, da administração pública, do aperfeiçoamento institucional, da valorização de recursos humanos e da promoção social. A união propicia para a criação de escalas e facilidades na mobilização de financiamentos e esquemas de cooperação triangular e multilateral;
- » A defesa e a promoção da língua portuguesa em âmbito universal. Falada por duzentos milhões de pessoas espalhadas pelo mundo, o idioma constitui a base sólida para a projeção internacional. Em um mundo globalizado, em processo de crescente homogeneidade, é igualmente importante a defesa da língua para a preservação das diferenças culturais e de costumes, diminuindo a ameaça de empobrecimento cultural da humanidade.

Os dez anos de Comunidade ficaram abaixo das expectativas, no sentido de uma cooperação cultural e econômica, dinâmica e prática no espaço lusófono. Contudo, a CPLP desempenhou um papel importante na mediação política e diplomática entre os seus membros, tendo destaque nas crises políticas da Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, negociando a paz em Angola e dando visibilidade internacional ao caso em Timor-Leste. Parece que a retórica luso-tropical, por meio da lusofonia, na Comunidade, perpetuou a tradição luso-brasileira e até certo ponto luso-tropical, de insuficiência política em contraposição à habilidade histórico-argumentativa.

### IV. 3 – Os Discursos Lusófonos e as Políticas Atlânticas

De forma sucinta tentar-se-á enquadrar a análise dos discursos e falas políticas nas teorias e abordagens teóricas próprias. Com o advento do estudo da lingüística na identificação dos “jogos de linguagem” dentro da intertextualidade e contextualização, as maneira de focar a problemática das idéias galgaram patamares novos e mais complexos.<sup>279</sup> Foram também determinantes os avanços realizados em campos como o da sociolingüística, da semântica, da pragmática discursiva, enunciativa e da teoria da recepção.

Apurar a vitalidade das idéias políticas e seus significados passa a ser uma tarefa árdua que requer investigação em profundidade e enquadramento teórico. Quentin Skinner, Anthony Pagden e John Pocock são as maiores referências nas últimas décadas, sobre os métodos e conceitos da história das idéias, sobretudo no destaque dos contextos semânticos. Ressaltaram a importância da linguagem dos discursos e dos seus mecanismos considerados historicamente para se entender os sentidos da articulação política.

Neste sentido podemos admitir, como afirma Palmer, que a experiência hermenêutica deve ser conduzida pelo texto, porque o texto não se identifica totalmente com um parceiro em diálogo, porque temos que o ajudar a falar, necessidade que acarreta a dificuldade peculiar: a necessidade de sentir a exigência objetiva do texto naquilo que ele tem de plenamente outro, sem fazer dele um mero objeto para a nossa subjetividade. Temos que perceber a tarefa da interpretação, não essencialmente como análise – pois transformaria o texto em objeto – mas como ‘compreensão’. É o processo de decifração, esta compreensão do significado de uma obra, o ponto central da hermenêutica.<sup>280</sup>

O trabalho de Jonh Pocock sobre a história da fala e do discurso<sup>281</sup> oferece bons instrumentos de análise. A partir das interações entre *langue* e *parole*, o autor indica que o estudo do discurso político implica no exame dos fatos históricos que o sustentam, pois este é o substrato fundamental para percebermos os discursos como ações e reações de um tempo político. A língua centra-se no contexto lingüístico e a fala no modo pelo qual um sujeito se apropria da *langue* – seja para reafirmá-la ou para inová-la. Portanto, a interpretação de um texto político não pode resignar-se numa leitura

<sup>279</sup> FALCON, F. R. “História das Idéias” In: CARDOSO, C. F. & VAINFAS, R. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 95.

<sup>280</sup> SARMENTO, Cristina Montalvão. *Os Guardiões dos Sonhos: Teorias e Práticas Políticas dos Anos 60*. Lisboa: Colibri, 2008. p. 64.

<sup>281</sup> POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003.



hermeneuticamente vertical ou literal, mas em uma leitura dos contextos pelos quais os discursos foram motivados e realizados, buscando a percepção densa das circunstâncias que geraram seus modos de argumentação.

Para o historiador britânico, o investigador que recorre aos discursos políticos deve esforçar-se para analisar a retórica, seu conteúdo afetivo e efetivo, e para decifrar a gramática profunda disposta – ou seja, os termos básicos e recorrentes, as ocasiões típicas em que foram empregados, e o modo pelo qual se complementaram e conjugaram para formar as idéias a serem propagadas, reconhecidas e acolhidas. Em sua palavras:

Pode-se aprender muito sobre a cultura política de uma determinada sociedade nos diversos momentos de sua história, observando-se que linguagens assim originadas foram sancionadas como legítimas integrantes do universo do discurso público, e que tipos de intelligentsia ou profissões adquiriram autoridade no controle desse discurso. Mas serão encontradas outras linguagens, cujo caráter é mais retórico do que institucional. Será possível perceber que elas se originaram como modos de argumentação no interior do próprio processo evolutivo do discurso político, como novos modos inventados, ou como velhos modos transformados pela constante ação da fala sobre a língua, da parole sobre a langue.<sup>282</sup>

Em paralelo, Skinner sublinha o caráter performático da linguagem. Julga necessário defrontar os vocabulários políticos e sociais de determinado período histórico para tornar possível situar os textos nos seus campos específicos de ação e de atividade intelectual. A exigência de uma contextualização rigorosa, dentro das fronteiras temporais e locais, reside no fato dos usuários da linguagem não se limitarem a explanar verbalmente ou por escrito, mas, na prática, discutirem, interpelarem e replicarem sua biografia coletiva através dos “*speech acts*”.<sup>283</sup> Os atos de fala precedem respostas, com elocuções que são modificadas à medida que se tornam perlocuções, que geram novos atos de fala e de textos em resposta que formalizam uma cultura política.

Por outro lado, questionar somente as intenções do autor de um discurso ou texto é tornar-se prisioneiro de um círculo hermenêutico,<sup>284</sup> pois o autor habita num mundo historicamente determinado, apreensível pelas verbalizações historicamente construídas, onde as idéias existem na iminência da linguagem independentemente dos intentos e oportunidades políticas. Isso, de alguma forma, sugere reduzir o autor a um mero porta-

---

<sup>282</sup> POCKOCK, John. *Op. Cit.*, p. 31.

<sup>283</sup> FALCON, F. R. *Op. Cit.*, p. 97.

<sup>284</sup> POCKOCK, John. *Op. Cit.*, p. 27.

voz de sua própria linguagem. “*A performance do texto é a sua performance como parole em um contexto de langue*”.<sup>285</sup>

Esta “fala” singular é proferida numa “língua” comum, que define os limites dos enunciados possíveis, num dado momento e para certo grupo de receptores. A linguagem, no sentido aqui usado, não é apenas uma maneira de falar prescrita, mas também um tema de debate circunscrito para o discurso político. Neste ponto, podemos ver que cada contexto lingüístico indica um contexto político, social ou histórico no interior do qual a própria linguagem se estabelece e interage com a experiência fornecendo as categorias, a gramática e a mentalidade por meio das quais a vivência tem que ser percebida e dialogada. A linguagem política não é inocente, na medida em que se estrutura nas representações do público a que se dirige e pertence, ao mesmo tempo que, por um processo circular, dele resulta.

Na arena política desenvolvem-se pressões e encorajamentos que condicionam os lances discursivos do interlocutor. A expressão “lance” sugere manobra tática,<sup>286</sup> pois, na prática, o autor percebe a atmosfera e encontra os argumentos lingüísticos satisfatórios para a defesa, legitimação ou invalidação das idéias políticas. O discurso político certamente se mostra objetivo e animado pelas necessidades do presente, impelindo à procura pelos os indícios de que as palavras estariam sendo usadas de outras formas como resultado das novas experiências.

As investigações sobre idéias em forma de discursos e textos devem se calcar em dois segmentos: nos contextos em que a linguagem foi articulada e nos dos atos de fala e de enunciação efetuados sobre o contexto oferecido pela própria linguagem. Por isso, quanto mais provas puderem-se mobilizar para testar e confrontar as hipóteses aqui levantadas, maior segurança há da engenhosidade interpretativa. A presente análise está alicerçada num tipo de paralinguagem, ou metalinguagem,<sup>287</sup> como numa espécie de diálogo que visará captar o implícito, as insinuações e potencialidades políticas do discurso, numa metodologia indutiva e semiótica.

A análise do discurso assim concebido pode efetuar-se pela semântica, teoria do conteúdo das significações ou, como agora passou a preferir-se, estudo das mencionadas significações que seja ao mesmo tempo gerativo (investimentos sucessivos de sentido em patamares diferentes), sintagmático (e não unicamente classificatório) e geral (não atado com exclusividade a um único sistema significante); ou pela semiótica, que se ocupa da expressão das

---

<sup>285</sup> POCCOCK, John. *Op. Cit.*, p. 38.

<sup>286</sup> *Ibidem*, p. 39.

<sup>287</sup> *Ibidem*, p. 35.

significações e de sua produção, em outras palavras, em especificar como se chega a significar alguma coisa.<sup>288</sup>

Podem-se enfocar quatro governos centrais, já nos contextos democráticos de Brasil e Portugal, para averiguar, por meio dos discursos, o modo como a língua portuguesa e a cultura lusófona servem como bandeira política dentro dos conceitos luso-tropicais de unidade e diversidade no Atlântico Sul. As chefias escolhidas foram as de Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva, Mário Soares e Jorge Sampaio – governantes que, imbuídos do designo da lusofonia, reconduziram suas políticas externas depois de findos os tempos do colonialismo e da abertura à pertinente “crítica da razão lusófona ou luso-tropical”.

As unificações dos países e as construções dos Estados nacionais na África perpassaram pela afirmação e tutela deste espaço lusófono peculiar e diferenciado. A defesa política deu-se no sentido de que, por meio do português como idioma, motor da comunidade ou civilização atlântica, os países de presença e herança lusitana puderam veicular, na posição geolinguística que ocupam, a sua própria cultura como legítima afirmação internacional.

Na época das eleições do Primeiro Governo Constitucional em Portugal, do qual Mário Soares foi Primeiro Ministro, o embaixador português no Brasil, Vasco Futsher Pereira, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, condenou a antiga postura do Governo Português em exigir fidelidade do Brasil na persistência colonialista e exaltou o papel do Brasil no desenvolvimento das relações com os novos países independentes na África. O embaixador ainda deu ênfase ao caráter único e específico das relações luso-brasileiras, capazes de superar os contenciosos superficiais e reativar os laços históricos profundos existentes entre as duas nações. Questionado sobre o futuro das relações entre Brasil e Portugal numa nova fase, o diplomata respondeu o seguinte:

Só poderei responder – responder o óbvio: Portugal e o Brasil têm no seu comum patrimônio histórico, cultural e humano, uma sólida base de convergência e interesses que sempre tenderá a aproximar os dois povos, a despeito de qualquer dificuldade de ordem conjuntural.<sup>289</sup>

Interrogado sobre como a descolonização afastou a presença portuguesa na África e circunscreveu Portugal à sua dimensão européia, o embaixador manifestou que a política externa portuguesa deveria manter sua vertente Atlântica apoiada na relação privilegiada com o Brasil:

---

<sup>288</sup> CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. “História e Análise de Textos”. In: *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 377.

<sup>289</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: Ano LXXXVI. n° 17. 25/04/76. p. 14 e 15.

Fomos sempre principalmente pela geografia, pela cultura e pela história, um país europeu. Mas também somos um país Atlântico, e teremos de continuar a sê-lo: a isso nos obriga a circunstancia de no Atlântico estarem situados territórios portugueses como a Madeira e os Açores, partes integrantes da nação; a isto nos obriga a necessidade imperiosa de mantermos as melhores possíveis relações com os novos Estados de língua portuguesa virados para esse oceano. Ora, neste contexto, e para lá de outras razões, a determiná-lo, o Brasil – a grande nação do Atlântico Sul – não pode deixar de desempenhar no quadro da política externa portuguesa um papel de importância fundamental.<sup>290</sup>

As palavras do diplomata português transmitem a nítida impressão de como a conjuntura de transição impunha aos dois países uma nova política de cooperação atlântica e de relacionamento triangular que revitalizasse os vínculos culturais, em especial, a língua e história comuns. Sobre a descolonização, a situação interna e externa de Portugal e a nova atuação na África – a exemplo de outros países de passado colonizador, como França e Inglaterra – o, embaixador proferiu a seguinte opinião:

A descolonização portuguesa deu-se num quadro internacional e nacional extremamente desfavorável. Enquanto outros países, bem mais poderosos que nós, souberam a tempo, e inegável sentido do curso da história, proceder nas suas colônias a uma gradual transferência de poderes que lhes permitiu acautelar importantes e legítimos interesses nacionais e assegurar a permanência de largos contingentes de nacionais nos novos Estados que iam se criando, Portugal manteve-se ligado, mais uma vez na sua história, à defesa de um mito: o da possibilidade de conservar um império colonial que – a despeito das nossas declaradas intenções de o integrarmos na nação portuguesa sem qualquer discriminação regional, política ou étnica, nunca afinal deixara de ser um conjunto de possessões ultramarinas com todos os estigmas do colonialismo. Tal atitude foi conduzindo o país a um crescente isolamento internacional, criando-lhe problemas de caráter social e humano muito graves, e ocultando – através de um crescimento econômico que em certa medida as próprias guerras coloniais facilitaram – as graves contradições e o arcaísmo de uma estrutura social e política incapaz de fazer frente ao desafio da história.<sup>291</sup>

Durante a presidência de Mário Alberto Nobre Lopes Soares (1986-96), político de imagem equilibrada e apaziguadora, houve a necessidade de se conciliar o projeto de integração portuguesa à Europa a ligação histórica atlântica. Os laços com o Brasil foram reavivados e a estratégia lusófona, trilhada. O então presidente defendia que Portugal poderia oferecer, à comunidade europeia, o seu conhecimento, há muitos séculos desenvolvidos, nas questões relativas à África e à América Latina. E ao Brasil, pela parceria atlântica, a possibilidade de participar no Mercado Comum Europeu, através de Portugal. Tudo isso, é claro, em troca de um projeto de estabilidade política e econômica. Mário Soares, em sua chegada ao Brasil a propósito de uma visita

---

<sup>290</sup> Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: Ano LXXXVI. nº 17. 25/04/76. p. 14 e 15.

<sup>291</sup> *Idem*.

presidencial em 1987, demonstra que esta retórica histórica permaneceu nos discursos políticos entre Brasil e Portugal, como prova dessa cultura política luso-brasileira que se traduz luso-tropical.

Não foi por acaso que Camões escreveu *Lusíadas*. A epopéia portuguesa não é um fato apenas literário – e o Brasil é um dos resultados do seu impetuoso desenrolar. O mesmo Brasil é testemunha de que a expansão de Portugal não foi uma arrancada cega, visando exclusivamente o lucro. A América portuguesa manteve uma integridade física e geográfica que foi negada à América espanhola. Também agora não devemos olhar apenas o lucro – medido pela balança comercial. A relação Brasil-Portugal há muito que saiu do estágio de conflitante (que, aliás, não durou). O que resta a fazer é tirar partido de uma comunidade de língua e cultura que está representada até mesmo na longínqua Ásia – e mesmo nos locais, como Goa, onde se procurou extingui-la pela força.<sup>292</sup>

As palavras de Mário Soares denotam “o modo português de ser”, em que o Brasil, mais uma vez, constitui a grande prova desta “capacidade histórica de ser” que possibilitou características constantes em ação nos quatro cantos do mundo. Ademais, como tão bem ensinava Gilberto Freyre em suas obras, o presidente português fez questão de salientar a unidade territorial e cultural do Brasil como resultado da colonização lusa, ao contrário da espanhola. O trecho que segue demonstra a ressonância das idéias luso-tropicais que são legitimadoras do relacionamento estreito que une o Brasil a Portugal:

O Brasil nasce de Portugal na mais importante transição da História do mundo moderno, a Era dos Descobrimentos. Camões traduziu n’*Os Lusíadas* a gênese puramente lusitana dessa transição. O Brasil e *Os Lusíadas* são a criação de um mesmo espírito nacional. Pela ação de Portugal, rapidamente formamos um mundo criado a sua imagem e semelhança, mas marcado por traços de personalidade próprios. Fomos co-participantes de uma História comum construída ao longo de trezentos anos de regime colonial. Nossa independência foi particular, em contraste com a porção hispânica da América, que rompeu abruptamente os laços com a antiga metrópole e dividiu-se por força dos localismos, em diversos países. De Portugal herdamos também, além da língua, História e cultura comuns, três patrimônios fundamentais: a mestiçagem, que no Brasil gerou uma sociedade aberta e universal, em que convivem em harmonia, junto à base luso-afro-brasileira, culturas vindas de todo o mundo: a unidade territorial, produto, em grande medida, da capacidade aglutinadora da administração colonial portuguesa; e o patrimônio diplomático de fronteiras praticamente definidas, ainda durante a colônia, pela habilidade, sensibilidade e sabedoria da diplomacia portuguesa.<sup>293</sup>

A recuperação do luso-tropicalismo não tardaria de acontecer, por intermédio de uma instituição que ligasse política e culturalmente Brasil, Portugal e África, frente às redefinições estratégicas em escala global que se articulavam. Assim, Mário Soares

<sup>292</sup> Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: Ano XCVI. n° 346. 24/03/87. p. 10.

<sup>293</sup> Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: Ano CVI. n° 101. 24/03/87. p. 6.

manifestou-se sobre o luso-tropicalismo, no Recife, em 1987, dizendo numa mensagem pessoal que: “(...) a teoria foi mal aproveitada no tempo do antigo regime, mas justamente eu quis demonstrar que a obra de Gilberto Freyre era admirada em Portugal, não só por aqueles que eram partidários do colonialismo, como pelo Portugal livre, democrático e moderno que eu represento”.<sup>294</sup> Em entrevista ao *Jornal de Brasília*, em 30 de janeiro de 2000, o presidente português declarou

(...) ter encontrado casualmente Gilberto Freyre em Lisboa e haver-lhe pessoalmente declarado: ‘Li seus livros. Agora, não lhe perdôo. Desculpe que lhe diga, o senhor ter apoiado Salazar. Um homem da sua categoria!’ Em seguida Mário Soares reconhece: “Agora, passados os anos e lendo novamente Gilberto Freyre, abstraindo Salazar e as guerras coloniais, aquilo que ele disse é verdadeiro. Aquilo que ele disse sobre o luso-tropicalismo é verdadeiro, é uma cultura própria e temos que desenvolve-la no futuro”.<sup>295</sup>

No Brasil, Fernando Henrique Cardoso, presidente entre 1995 e 2002, consolidou a democracia política, já prefigurada na década de 1990. Renovando a imagem externa do Brasil, o presidente buscou, através do estímulo ao Mercado Comum do Sul (Mercosul), maior projeção da nação na América do Sul, além de um alinhamento com os países desenvolvidos com abertura ao capital estrangeiro e privatizações de empresas estatais. Apesar da criação da CPLP ter se instituído durante o seu governo, as iniciativas em relação ao continente africano e o Atlântico foram somente ensaios políticos do que o Brasil poderia vir a exercer. Em outras palavras, pairaram no plano das afirmações históricas e das ontologias culturais baseadas no luso-tropicalismo, homologando as velhas práticas retóricas das relações luso-brasileiras.

Em 2000, Brasil e Portugal comemoram quinhentos anos de história em comum, pelo quinto centenário do descobrimento do Brasil (1500-2000). Ao longo das várias iniciativas para as comemorações, os discursos e as justificativas simbólicas recobram o luso-tropicalismo com transposições evidentes dos conceitos freyrianos. É interessante, nesse sentido, observar o diálogo entre os presidentes portugueses, Jorge Fernando Branco de Sampaio (1996-2006), e brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, nos discursos proferidos pela partida do Cruzeiro Oceânico Comemorativo de Pedro Álvares Cabral, em oito de Março de 2000, em Lisboa. Jorge Sampaio afirmou:

A nossa aposta no Brasil significa, para o Estado Português, mas também para nossa sociedade civil e para os nossos investigadores, a profunda confiança que temos no Brasil. Nós acreditamos no Brasil: não é já a

<sup>294</sup> CASTELO, Cláudia. *Op. Cit.*, p. 14.

<sup>295</sup> FREIXO, Adriano de. *Op. Cit.*, p. 180. Grifos meus.

costumada retórica dos afetos que o diz, mas a fria expressão numérica das realidades econômicas.<sup>296</sup>

Dirigindo-se a Sampaio, Cardoso respondeu:

Sua presença entre nós, nesta hora tão marcante de nossa vida nacional, simboliza tudo aquilo que Portugal representa para o Brasil para os brasileiros, na origem histórica, na cultura, na língua e, mais do que isso, nos laços indissolúveis de uma amizade que é única.<sup>297</sup>

O presidente brasileiro salientou, também, que o Brasil, apesar das outras influências, tinha essencialmente sua “matriz cultural portuguesa” e que, por essa via, herdou “a plasticidade”; a mobilidade dos portugueses que, apoiados numa Europa de valores democráticos e humanistas, compartilhavam uma nova era. Fernando Cardoso considerava ainda que a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) era “*um instrumento essencial de cooperação para garantir a igualdade entre os povos e a soberania, num compromisso de fraternidade e solidariedade*”.<sup>298</sup> Nessa senda, Brasil e Portugal, em conjunções democráticas e inseridos em suas frentes regionais, serviam de espelho político e cultural para a África, em especial a portuguesa, onde compartilhavam mesma história, mesma origem e um passado comum.

A ressonância das idéias luso-tropicais no relacionamento político-cultural entre Brasil e Portugal projetaram-se para o espaço atlântico através da criação da lusofonia e da CPLP. Os países lusófonos aderiram essa concepção política e cultural em torno da língua pelos interesses nacionais que lhes convinham. Nessa direção, as palavras do presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, ao receber o ex-presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião de uma de suas visitas a Luanda, merecem atenção:

Angola e Brasil são parte integrante de uma Comunidade de Países de Língua Portuguesa, espalhados por quatro continentes (...). Nunca é demais valorizar estes laços orgânicos, que nos permitem enfrentar com renovado vigor o potencial de agressão industrial, financeiro ou cultural fomentada por grupos econômicos, políticos ou militares ligados a interesses nacionais ou multinacionais. É nesse processo de defesa, afirmação e *reconhecimento de nós próprios que encontramos aquilo que nos une e distingue* dos outros povos e países. Muitas vezes não damos valor a riqueza que temos ao pé da porta, preferindo alimentar ilusões e angústias sobre o presente e o futuro, em lugar de explorarmos as virtualidades do que já possuímos e enriquecermos os legados históricos e culturais que temos para administrar.<sup>299</sup>

---

<sup>296</sup> CASTRO, Zília Osório de; SILVA, Júlio Rodrigues da & SARMENTO, Cristina Montalvão (ed.). *Tratados do Atlântico Sul (Portugal-Brasil, 1825-2000)*. Lisboa: Instituto Diplomático, 2006, p. 309.

<sup>297</sup> *Idem*.

<sup>298</sup> Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: Ano CXII. nº 220. 14/11/02. p. 5.

<sup>299</sup> MALHEIRO, Afonso. “Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: formação e objectivos”. In: *A CPLP: DOSSIER ESPECIAL, Revista Política Internacional*, nº 13, Out/Inverno 1996. p. 32.

A adoção do português como idioma pelos outros seis países da CPLP justificou-se por razões históricas, para as quais existiu sensibilidade e identificação, e também por pretextos sócio-culturais, buscando, por meio do idioma, a união de etnias. Foi assim nos casos africanos e no episódio em Timor: uma individualidade político-patriótica a nível externo. A língua portuguesa investiu de identidade política e cultural os países que dela partilham, consolidando imagem e representatividade condigna nos organismos internacionais.

Nessa geopolítica da lusofonia, o Brasil tem papel central, não somente no setor econômico, mas também nos setores político e cultural. O país, por seu peso específico no eixo sul e pelo pendor universalista de suas história e cultura, vem despertando, no palco internacional, grandes expectativas e confiança. As mudanças mais significativas na postura externa do Brasil em relação à África vieram, sobretudo, durante o governo Lula, com a implantação prática da diplomacia regional (Unasul) e da orientação Sul-Sul (África, em especial Austral, e o G3 – Brasil, África do Sul e Índia).

Luís Inácio Lula da Silva, como figura política do Brasil na década de 1980, disputou algumas eleições presidenciais sempre com uma linha muito segura e demarcada pelo seu passado humilde, que se fundiu com sua trajetória política de fundação do PT (Partido dos Trabalhadores). Eleito em 2002 e com mandato renovado até 2010, o presidente buscou frequentemente em seus discursos se identificar com as classes sociais baixas recorrendo a sua própria história e fazendo apelo aos trabalhadores. Segundo Lula, em sua página oficial na internet, a vitória eleitoral de 2002 representou uma evolução política do Brasil, pois a esquerda brasileira formulou alternativas políticas que o povo brasileiro amadurecido soube captar. Para o governo, as eleições de Lula representaram desenvolvimento democrático para o Brasil, pois a nação se reconheceu através do seu povo e da mobilização eleitoral, e traduziu isso politicamente nas urnas.<sup>300</sup>

Em relação à política externa, o governo Lula conduziu projetou no estrangeiro a mesma imagem política veiculada internamente, ou seja, uma imagem carismática e popularizada. Do ponto de vista da legitimação política da ação diplomática, grande parte do discurso governamental, não apenas nessa área, mas principalmente nessa vertente, tem se dedicado a enfatizar as diferenças em relação às posições e políticas do governo anterior, geralmente para ressaltar rupturas e evidenciar a nova postura

---

<sup>300</sup> MALHEIRO, Afonso. *Op. Cit.*, p. 15.



governamental. A diplomacia do governo Lula já foi chamada de “ativa e altiva” por seu próprio chanceler, o embaixador Celso Amorim. Certamente, tal política externa trouxe a marca de um ativismo exemplar, evidenciado em dezenas de viagens e visitas bilaterais do chefe de governo e seu chanceler, além da intensa participação, executiva e técnica, em quase todos os foros relevantes abertos ao engenho e arte da diplomacia brasileira, conhecida por ser extremamente profissional e bem preparada substantivamente.<sup>301</sup>

A maior parte das novas iniciativas se situou na vertente das negociações comerciais internacionais e na busca de uma ativa coordenação política com atores relevantes da política mundial, geralmente parceiros independentes no mundo em desenvolvimento, com destaque para a Índia, a África do Sul e a China, ademais dos países vizinhos da América do Sul. Do ponto de vista do conteúdo, a diplomacia do governo Lula apresenta uma postura mais assertiva, mais enfática em torno da chamada defesa da soberania da pátria e dos interesses nacionais, assim como de busca de alianças privilegiadas no eixo Sul.<sup>302</sup>

Porém, em seus discursos em relação à África e ao espaço lusófono, Lula conserva a retórica luso-tropical, mantendo a cultura política luso-brasileira de recorrência à história comum que interliga o triângulo Atlântico. Na celebração do centenário da morte do escritor Machado de Assis, e na cerimônia da assinatura do decreto que aprovara as mudanças ortográficas, o presidente exaltou a figura de Machado: um escritor “mulato” representante dessa união indissolúvel entre Brasil, Portugal e África. Nesse sentido, o escritor seria considerado um patrimônio da língua portuguesa, compartilhado por oito países, por meio da CPLP. Na Academia Brasileira de Letras (ABL), Lula defendeu que as mudanças ortográficas aproximam o mundo lusófono e recordam suas raízes históricas. Ele mesmo sustentou a tese de que as mudanças aproximam e recordam: *“Quero destacar o imprescindível resgate dos nossos laços substantivos com a África, em particular com a África de língua portuguesa, que para nós representa mais, muito mais do que uma prioridade geopolítica. Diz respeito à nossa alma, à nossa identidade como nação multiétnica e multicultural, ao próprio destino da civilização brasileira”*.

---

<sup>301</sup> MALHEIRO, Afonso. *Op. Cit.*, p. 15.

<sup>302</sup> SARAIVA, José Flávio Sombra. 2008, “A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória?” *Rev. bras. polít. int.*, v. 51, n. 1, pp. 87-104. p. 90.

No novo contexto de atuação do Estado brasileiro, Lula tomou a iniciativa de criar uma universidade da língua portuguesa, que funcionaria com a Universidade da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, ou ainda Universidade Federal de Integração Luso-Afrobrasileira, a fim de agregar o espaço lusófono. Segundo o Secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação do Brasil, Ronaldo Mota, a língua portuguesa será o estandarte da nova universidade que visará integrar os oito membros da CPLP – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

O Brasil pretende aproveitar seus recursos e sua dimensão como maior país de língua portuguesa, para a formação de professores e nas áreas das Ciências da Saúde, Física, Biologia, Engenharia, Tecnologia, Administração e Agronomia, em que os países africanos têm mais interesse. Para Ronaldo Mota, o projeto da universidade da língua portuguesa está inteiramente voltado para África e o Governo previu o início de seu funcionamento em 2010, com capacidade para 10 mil estudantes. A cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, foi escolhida para sediar universidade-sede, em virtude da sua localização geográfica privilegiada – o lugar mais próximo entre Brasil, Portugal e África – e do seu valor simbólico: a primeira região brasileira a ter abolido a escravidão.

É importante ressaltar que a recente política externa brasileira tem buscado destacar o país em suas duas principais frentes: América do Sul e África. E nesse sentido, a nova universidade será a segunda criada pelo atual Governo brasileiro com o objetivo de integrar o Brasil a outras nações. A primeira, anunciada em 2007, começou a funcionar em 2008: chama-se Universidade Latino-Americana, construída em Foz do Iguaçu, na Tríplice Fronteira; ponto de encontro entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O fato de essa política ter sido somente aprovada, e não ainda aplicada dificulta a aplicação estrita de algum modelo de estudo das políticas públicas.

A partir dos pressupostos apresentados, que procuram descortinar o ideário, as narrativas que dão forma ao discurso legitimador e às motivações dos atores nas suas dimensões política, simbólica, ideológica, considera-se que a criação da universidade da língua portuguesa culminou num processo socialmente mobilizado pelos atos públicos do governo Lula. Tal processo envolve uma multiplicidade de atores e perspectivas futuras que projetam o Brasil para a persecução de políticas públicas em setores estrategicamente identificados e salvaguardados por sua política externa.

A Língua – como expressão político-cultural de um grupo – capacita a unificação, em sentimentos, de um povo, do território de um país, a construção de um Estado e a afirmação de um espaço. Gilberto Freyre já explicava e anunciava a peculiaridade desse grupo lusófono, que pela língua e pela cultura de herança portuguesa se particularizava, com características políticas, sociais e culturais específicas. Nesse sentido, os pressupostos luso-tropicais se corporificaram através da criação institucional da CPLP.

Mais do que uma tradição retórica e histórica, a lusofonia é uma questão de estratégia geopolítica para Brasil e Portugal. A reativação do triângulo atlântico Brasil-África-Portugal só foi possível porque, de alguma forma, no campo da tradição, das mentalidades e da cultura política, todos os vértices comungam das idéias luso-tropicais como a melhor forma de se identificarem nacionalmente e dentro de uma comunidade que partilha a língua portuguesa. Por isso, as transformações que ocorreram permitiam atualizar historicamente os valores do luso-tropicalismo, numa nova relação dotada de significados condizentes com a cultura política luso-brasileira ou luso-tropical e com as novas demandas políticas do quadro internacional renovado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O luso-tropicalismo acomodou-se no imaginário e na linguagem próprios da cultura política luso-brasileira como reflexo de uma mentalidade secularmente construída em torno da defesa de uma identidade e de uma comunidade comuns. O Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, assinado por Brasil e Portugal em 1953, e a criação institucional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em 1996 – como organismo internacional que congrega os povos e culturas de herança lusitana –, são demonstrações políticas claras dessa cultura política luso-brasileira. Esta pode ser lida e entendida como luso-tropical, de alguma forma tributária dos estudos de Gilberto Freyre.

É consenso entre os estudiosos de Gilberto Freyre que *Casa-Grande & Senzala* seria a “raiz” de seu pensamento sociológico, e seus demais trabalhos, “galhos frondosos” que constituiriam o seu prolongamento. No entanto, a leitura de Freyre presta-se a uma nova interpretação. Por isso, ainda que o autor retome as mesmas questões, não se pode classificar sua obra como cíclica. Trabalhando com a noção de tempo “tríbio” – ou seja, colocando no mesmo plano de ação passado, presente e futuro –, Gilberto Freyre provocou um instigante jogo de interseção entre os conteúdos de seus textos, o que gerou uma auto-atualização e evolução dos seus escritos. De forma inesperada, *Casa-Grande & Senzala* atrelou o Brasil a Portugal por meio de uma apresentação e de uma amarração histórico-sociológica que explicavam as inegáveis raízes existentes entre os dois países desde os tempos coloniais. O conteúdo da obra viabilizou e sedimentou, mesmo nas reviravoltas conjunturais, o desenvolvimento do relacionamento político e cultural das duas nações.

A crítica de que a teoria luso-tropical criou condições para a instrumentalização do espírito português enquanto ideologia política é viável. Para a historiadora portuguesa Claudia Castelo, o luso-tropicalismo seria uma teoria calcada em uma imagem essencialista do povo lusíada que serviu para os interesses políticos-ideológicos do Estado Novo, contribuindo, por exemplo, para perpetuar uma imagem mítica da identidade portuguesa. Por outro lado, segundo Rachel de Rezende Miranda, Freyre avalia a mestiçagem luso-tropical numa perspectiva diferente da “cromática”. Assim, as influências culturais e étnicas do mestiço, incluindo as do próprio português nascido na península Ibérica, não se fundem ao ponto de ganharem uma forma definida. A

diferenciação do português está, ao contrário, justamente na falta de essência. Por essa razão, seria um grande equívoco classificar a imagem que Freyre traça do povo português como essencialista.

A hipótese do historiador brasileiro Adriano Freixo se coaduna com a de Castelo. O luso-tropicalismo teria criado toda uma estrutura simbólica, tanto de projeção para o passado quanto para o futuro, necessária às recriações e ressignificações míticas imperiais portuguesas. Assim, nos momentos de redefinição identitária pelos quais passou Portugal, em especial no século XX, a pátria camoniana, amparada pelos intelectuais, recorreu à tônica luso-tropical de valorização da história.

Ainda persistem as críticas sobre o ofuscamento das idéias luso-tropicais em relação aos mecanismos de dominação e os preconceitos raciais até hoje vivenciados. O luso-tropicalismo é acusado de ter criado o mito da “democracia racial” para as sociedades atlânticas e miscigenadas. Seria o fortalecimento de um sistema ideológico no qual o sentido lusitano é respaldado, e onde se veicula a noção de cultura brasileira como a mais condizente com os trópicos e com as sociedades de passado colonial.

Nesse sentido, as argumentações de Eduardo Lourenço – identificando a *lusofonia* como uma tentativa do “Império Revisitado” que através do espaço lingüístico e do lusocentrismo tentam recobrar o domínio imperial – aliadas às de Alfredo Margarido – evidenciando as contradições e limites deste projeto político-cultural em torno da língua como um resgate de uma portugalidade saudosista e acrítica – revelam as vozes dissonantes da lusofonia. A transposição do luso-tropicalismo para a *lusofonia* fundamentou-se na idéia de “projeto Atlântico” como espaço da língua portuguesa, com inspiração em Agostinho da Silva. Mas na reconfiguração de uma Comunidade Luso-Afro-Brasileira, a arquitetura de Freyre foi remontada, pois o Brasil representa o futuro e o passado de Portugal e o reflexo permanente para a África neste triângulo histórico luso-tropical incontornável.

Desde a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, abriu-se a possibilidade de o Brasil assumir a liderança do eixo triangular atlântico de expressão portuguesa. Contudo, o país não tem demonstrado interesse e empenho em consolidar o comando da Comunidade, investindo esforços em outras alianças internacionais e em cooperações bilaterais. Espera-se que o Brasil, com sua atual postura externa mais autônoma, associada ao seu peso demográfico – o maior Estado territorial dentre os membros – e no contexto de estabilidade política e social vivido, assuma o

protagonismo e invista presença política e econômica, buscando maior destaque para CPLP no âmbito internacional.

Por outro lado, Portugal sente-se como a “pátria mãe”; dono da língua e da cultura que dão expressão à Comunidade, já que a CPLP advém da continuidade de “um modo português de estar no mundo”. Sendo assim, admitiria uma liderança compartilhada com o Brasil, baseada na relação político-afetiva única cultivada nas relações luso-brasileiras.

Entre Brasil e Portugal, solidifica-se certa indiferença e desconhecimento mútuo que impedem a complementaridade das ações políticas e econômicas em relação ao espaço lusófono. A língua e história partilhadas dão a falsa sensação de identidade entre os dois países, perdurando os velhos estereótipos e preconceitos sócio-culturais. E nessa senda, faz-se necessário, na atual conjuntura, aprofundar-se o conhecimento das novas realidades para a mudança dos paradigmas políticos e culturais entre os dois países para a validade dos preceitos da *lusofonia*.

Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), por razões ligadas às feridas do passado colonial, depositam confiança e simpatia no Brasil para a liderança da CPLP, em virtude da identificação étnico-histórica. De fato, a mestiçagem como característica marcante e particular da sociedade brasileira passou a ser a verdadeira imagem do que é ser brasileiro. A valorização do seu aspecto cultural, contudo, não veio acompanhada da valorização do seu aspecto físico, uma vez que o preconceito contra o negro e o mestiço, principalmente os menos favorecidos economicamente, continua a existir no Brasil. Os negros ficaram, desde a abolição, à margem – nas cidades, indústrias, educação, participação política, melhores empregos etc. Os complexos e a falta de familiaridade em relação à África permanecem no pouco prestígio das raízes africanas e no pouco conhecimento do continente, apesar dos esforços de diversos movimentos sociais que buscam cultivar a negritude e valorizar a herança africana no Brasil.

Após anos de afastamento das tradições africanas, o Brasil tenta reafirmar sua construção como nação junto aos negros enquanto formadores da sociedade. Assim, ações afirmativas – como cotas de vagas nas universidades reservadas a negros e obrigatoriedade por lei da História da África nas escolas – denotam a tentativa de resgate desse passado negligenciado. Demonstrem, também, o alcance dos movimentos sociais no país.

Na África, o Brasil exerce influência e serve de exemplo, enquanto país industrializado, com inserção internacional, que abriga culturas variadas e uma sociedade plural. Devido à proximidade e à correspondência histórica, o Brasil é tido como um expressivo pólo cultural. Nota-se a grande influência da mídia e dos modelos culturais brasileiros, sobretudo, em Angola. O governo brasileiro sempre manteve um programa educacional eficaz com relação à África e atualmente direciona esforços, a partir de suas empresas, para parcerias e cooperações sólidas em relação ao petróleo. No entanto, o país tem demonstrado capacidade reduzida em afunilar o eixo Brasil-África pelo Atlântico Sul.

A sociedade brasileira persiste num preconceito identitário que impede o país de refletir sobre os debates africanos contemporâneos, perpetuando a ausência de esforços significativos voltados para o acompanhamento da nova corrida para a África, na qual a China se apressa como forte concorrente. Os meios de comunicação insistem em apresentar uma África estereotipada (indolente e ditatorial) e por essa razão, empresas nacionais ainda duvidam das possibilidades de agir em terreno africano de forma mais duradoura, negando impulso à logística que a África requer e que o Brasil pode bem oferecer. No entanto, a baixa apreciação da África por parte da mídia e de agentes sociais e econômicos brasileiros não corresponde às recentes ações do governo brasileiro.

A insensibilidade e adesão limitada à CPLP se circunscrevem nesses aspectos. As idéias de encontro de culturas, de reciprocidade, integração e interpenetração cultural esbarram justamente nessa falta de correspondência real entre as três principais culturas que compõem a Comunidade. O luso-tropicalismo reaparece como a moderna expressão da política tradicional portuguesa em busca do processo político de unidade e entendimento entre povos e culturas diferentes. Todavia, somente para efeitos simbólicos e retórico-discursivos. De costas voltadas para a realidade prática, a comunidade luso-tropical de que falava Freyre nunca deixou de ser um mito e uma aspiração, sendo o projeto de *lusofonia* e a criação da CPLP uma evidencia da tradição político-cultural e intelectual luso-brasileira que confia e defende uma comunidade específica.

Os discursos lusófonos têm como marca indelével a origem e a significação no imaginário político lusitano. Remontam às idéias da relação particular dos portugueses com os outros povos e culturas, na velha vocação ecumênica e mítica dos navegadores e descobridores. E nessa perspectiva, a lusofonia cai num vazio simbólico imensurável,

pois não parte das aspirações coletivas nem de um imaginário preexistente entre todos os membros da Comunidade.

Brasil e Portugal, por razões de ordem histórica, que transcendem esse pequeno apanhado de reflexões sobre os dois países no século XX, comungam dessa cultura política e dos interesses que justificam a criação formal de uma comunidade lusófona. O Brasil é o filho dileto da diáspora portuguesa. E para os dois países, faz-se importante a valorização das suas imagens identitárias baseadas na convivência multirracial e multicultural. No alvorecer do novo século, a mestiçagem, antes considerada um erro a ser eliminado, torna-se cada vez mais reconhecida e corrente. Mesmo em países de supremacia branca, como a França e Inglaterra, nota-se o crescente o número de mestiços, na medida em que as populações de suas ex-colônias imigram para esses países, sendo Portugal e, principalmente, o Brasil exemplos nesse sentido.

Contudo, a onipresença da especificidade lusófona, tão bem sustentada pelos pressupostos científicos do luso-tropicalismo, ao contrário da francofonia, por exemplo, manifesta o baixo desempenho de Brasil e Portugal frente à CPLP. A Comunidade carece de uma política de intercambio cultural entre os países membros, o que a secundariza. Por conta de um conjunto de tratados e acordos bilaterais das agendas políticas nacionais, que se sobrepõem à Comunidade, nota-se uma incapacidade em consubstanciar as iniciativas tomadas evidenciando numa dissociação entre a retórica diplomática e a política externa. Para se ter uma idéia, não existe nem mesmo uma política de imigração, vistos ou cidadania que privilegie os membros da CPLP entre os países participantes, o que gera empobrecimento e inoperância da Comunidade.



## **BIBLIOGRAFIA**

- ALMEIDA, José Carlos. “Portugal, o Atlântico e a Europa. A identidade nacional, a (re)imaginação da nação e a construção europeia”. In: *Nação e Defesa*, nº. 107, 2ª. Série, 2004, p 147-172.
- ALMOND, G. “The Intellectual History of the Civic Culture Concept”. In: ALMOND, G. e VERBA, S. *The Civic culture revisited*. Newbury Park: Sage, 1980, p. 1-32.
- AMADO, Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.
- ANDRADE, Mario pinto de (FELE, Buanga). “Qu’est-ce que ‘le tropicalismo?’”. In: *Revista Présence Africaine*. v. 9, n. 5, out.-nov. Paris: Présence Africaine, 1955.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz: Casa-Grande & Senzala na Obra de Gilberto Freyre nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- BAQUERO, M. *Cultura política e democracia: Os desafios das sociedades contemporâneas*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994.
- BASTOS, Élide Rugai. *Gilberto Freyre e o pensamento hispânico. Entre Dom Quixote e Alonso El Bueno*. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2003.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. 6ª ed., São Paulo: Papirus, 2005.
- BRAGA, José Alberto (coord.). *José Aparecido: o homem que cravou uma lança na lua*. Lisboa: Trinova Editora, 1999.
- CABRAL, Amílcar. “Prefácio”. In: DAVIDSON, Basil. *Révolution en Afrique : la libération de la Guinée portugaise*. Trad. Brigitte Simon; Intro. Amílcar Cabral. Paris: Éditions du Seuil, 1969.
- CABRAL, Thais Pimentel. *Gilberto Freyre e as Relações Luso-Brasileiras*. Monografia (Graduação em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – IFCH/UERJ. Rio de Janeiro, 2007.
- CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. “História e Análise de Textos”. In: *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARVALHO, Thiago Severiano Paiva de Almeida. *Do lirismo ao pragmatismo: a dimensão multilateral das relações luso-brasileiras (1974-1976)*. Lisboa: ISCTE, 2008. Proveniente do Prémio CES/09.
- CASTELO, Cláudia. “O modo português de estar no mundo”. In: *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa. (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

- CASTRO, H. C. O. *Democracia e mudanças econômicas no Brasil, Argentina e Chile: um estudo comparativo de cultura política*. 2000. 172 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [2000].
- CASTRO, Zília Osório de. "Da História das Idéias a História das Idéias Políticas". In: *Revista de História e Teoria das Ideias*, II Série, Vol. VIII, Lisboa, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa [CHC-UNL], 1996.
- \_\_\_\_\_; SILVA, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da & SARMENTO, Cristina Montalvão (ed). *Tratados do Atlântico Sul: Portugal-Brasil, 1825-2000*. Lisboa: Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006.
- CATROGA, Fernando. "Ritualizações da história". In: \_\_\_\_\_.; TORGAL, Luís R. & MENDES, J. A. *História da História em Portugal: Da Historiografia à Memória Histórica (séculos XIX e XX)*. Lisboa: Temas e Debates e Autores, 1998.
- CHABAL, Patrick & DALOZ, Jean-Pascal. *Culture Troubles: Politics and the Interpretation of Meaning*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.
- CHARTIER, Roger. "Por uma sociologia histórica das práticas culturais". In: *A História Cultural – entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.
- CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA. *Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso Luso-Brasileiro de História*. Volume XI, Tomo III.
- CORTE-REAL, João. "Um documento secular passado no Rio de Janeiro". In: *Congresso do Mundo Português – Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso Luso-Brasileiro de História*. Lisboa: [s.n.], 1940, v. IX.
- GONÇALVES, Williams da Silva. *O Realismo da Fraternidade: Brasil-Portugal*. Lisboa: Editora Imprensa de Ciências Sociais, 2003.
- FEREJOHN, John & PASQUALE, Pasquino. "A teoria da escolha racional na Ciência Política: Conceitos de racionalidade em teoria política". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 16, n.º 45, fevereiro/2001.
- FRANCO, Manuela. "Petróleo em Português? Em Prol de uma Política Africana". In: *Ação e Defesa*, nº 114, Verão de 2006, 3ª série, p. 15-33, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa.
- FREIXO, Adriano de. *Minha Pátria é a Língua Portuguesa: a construção da ideia da lusofonia em Portugal*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.
- FREYRE, Gilberto. *Aventura e Rotina*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo: Global, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Integração Portuguesa nos Trópicos*, Col. ECPS, n.º 6, Lisboa, JIU, 1958.
- \_\_\_\_\_. *O Mundo que o Português Criou*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.
- \_\_\_\_\_. *Tempo Morto e Outros Tempos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Um brasileiro em terras portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.
- GONÇALVES, Williams da Silva. *O Realismo da fraternidade: Brasil-Portugal - Do Tratado de Amizade Ao Caso Delgado*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, 2003.

- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (org.). *Afinidades Atlânticas: impasses, quimeras e confluências nas relações luso-brasileiras*. Rio de Janeiro: Quartet/FAPERJ, 2009.
- \_\_\_\_\_. “Debaixo da imediata proteção imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: IHGB, a. 156, n.º 388, p. 459-613, 1995.
- \_\_\_\_\_. “Relações Culturais Luso-Brasileiras: alguns pontos de confluência”. In: *Convergência Lusítada*. Rio de Janeiro, 24: 256-264, 2º semestre de 2007.
- \_\_\_\_\_. “À Sombra das Chancelarias: A Preparação do Congresso Luso-Brasileiro de História (Lisboa, 1940)”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: IHGB, a. 168, n.437, p. 49-66, out./dez. 2007.
- HUNTINGTON, Samuel P., *The third wave: democratization in the late twentieth century*, London: University of Oklahoma Press, 1993
- KUSCHINIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. “As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 13, nº 24, 1999.
- LAFER, Celso. *Paradoxos e Possibilidades: Estudos Sobre a Ordem Mundial e Sobre a Política Exterior do Brasil num Sistema Internacional em Transformação*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- MACHADO, Maria Valentina da Silveira “A Hora da Lusofonia e os dez anos da CPLP”. In: *Reflexões Lusófonas*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2008.
- MALHEIRO, Afonso. “Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: formação e objectivos”. In: *A CPLP: DOSSIER ESPECIAL, Revista Política Internacional*, nº 13, Out/Inverno 1996.
- MALTEZ, Adelino. *Sobre a ciência política*. Lisboa: Inst. Sup. de Ciências Sociais e Políticas, D. L., 1994.
- MAXWELL, Kenneth. *The making of portuguese democracy*. Cambridge, New York, Melbourne: Cambridge, 1995.
- MEDINA, Cremilda & MEDINA, Sinval. *Diálogo Portugal-Brasil século XXI: novas realidades, novos paradigmas*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008.
- MEDINA, João. “Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colónias portuguesas como álibi colonial do salazarismo”. In: *Revista USP*. São Paulo: SIBi/USP, n. 45, março/abril/maio 2000.
- MIRANDA, Rachel de. *Além-Mar Aventura e Rotina: o Lugar do Brasil no Mundo Luso-Tropical de Gilberto Freyre*. 2002, 80f. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- MOISÉS, J. A. *Os brasileiros e a democracia*. São Paulo: Ática, 1995.
- MOREIRA, Adriano (coord.). *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Cooperação*, Lisboa: Edições Almedina, 2001.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. “Estrangeiro em sua própria terra”. In: *Representações do Brasileiro, 1870-1920*. São Paulo: Annablume, 1998.

- NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003.
- PASQUINO, Gianfranco. *Curso de Ciência Política*. Caiscais: Principia, 2002.
- POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- RAMPINELLI, Waldir José. *As Duas Faces da Moeda. As Contribuições de JK e Gilberto Freyre ao Colonialismo Português*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2004.
- \_\_\_\_\_. “Reflexões Lusófonas”. In: *A hora da Lusofonia e os dez anos da CPLP*.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil. De Varnhagem a FHC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- RENNÓ, L. Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes. In: *BIB*, Rio de Janeiro, n. 45, p. 71-92, 1º semestre de 1998.
- RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- RIVAS, Lêda. “A mística do mestre: oito anos após a sua morte, Gilberto Freyre ainda provoca polêmica”. In: *Diário de Pernambuco*. Recife, 22 fev., 1999.
- ROSA, Manuel Amante da. “O Atlântico Sul perante os novos desafios” In: *Portugal, os Estados Unidos e a África Austral*. Lisboa: Fundação Luso-Americana/Instituto Português de Relações Internacionais, Julho de 2006.
- ROSAS, Fernando. *O Estado Novo (1926-1974)*. Lisboa: Estampa, 1994.
- SANTANA, Carlos Ribeiro. “O Aprofundamento das Relações do Brasil Com os Países do Oriente Médio Durante os Dois Choques do Petróleo da Década de 1970: Um Exemplo de Ação Pragmática”. In: *Revista Brasileira de Relações Internacionais*, v.40, n.º 2, Brasília: s.e., 2006 [consulta eletrônica: <http://www.scielo.br/scielo.php?lng=es>].
- SARMENTO, Cristina Montalvão. *Os Guardiões dos Sonhos: Teorias e Práticas Políticas dos Anos 60*. Lisboa: Colibri, 2008.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. “A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória?” In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 51, n.º 1.
- \_\_\_\_\_. *O Lugar da África. A Dimensão Atlântica da Política Externa Brasileira (de 1947 a nossos dias)*. Brasília: Universidade de Brasília, 1996.
- SIRINELLI, Jean-François. “De la demeure à l’agora. Pour une histoire cuturelle du politique”. In: BERNSTEIN, Serge & MILZA, Pierre (dir.). *Axes et méthodes de l’histoire politique*. Paris: PUF, 1998.
- SALAZAR, Antonio de Oliveira “Independência de Portugal - Nota oficiosa da Presidência do Conselho”. In: *Revista dos Centenários*. Lisboa, 1: 3, janeiro de 1939.
- SUPPO, Hugo R. “Gilberto Freyre e a Imagem do Brasil no Mundo”. In: *Cena Internacional*. Ano 5, n.º 2, Dez/2003.
- TILLY, Charle. *Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- TORGAL, Luís Reis. *História e ideologia*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989 (Coleção Minerva - História nº 3).

- VARGAS, Getúlio. “A Ação dos portugueses do Brasil na Exposição do Mundo Português...” Discurso pronunciado em 17 de junho de 1939, no Real Gabinete Português de Leitura. Rio de Janeiro: [s.n.], 1940.
- YVES, Leonard. *Salazarismo e Fascismo*. Trad. Catarina Horta Salgueiro. Lisboa: Editorial Inquérito, 1998.

## **FONTES**

**JORNAL DO BRASIL.** Rio de Janeiro:

Ano LXXXIV. nº 273. 08/01/75.

Ano LXXXIV. nº 323. 01/03/75.

Ano LXXXIV. nº 324. 02/03/75.

Ano LXXXIV. nº 325. 03/03/75.

Ano LXXXV. nº 215. 09/11/75.

Ano LXXXV. nº 217. 11/11/75.

Ano LXXXVI. nº 17. 25/04/76.

Ano LXXXVI. nº 58. 05/06/76.

Ano XCVI. nº 346. 24/03/87.

Ano CXII. nº 220. 14/11/02.

**REVISTA DOS CENTENÁRIOS.** Lisboa: C. N. C., nº 1-22, Jan. 1939-Dez. 1940.

## **Lista de Figuras**

### **Figura I**

*Revista Ilustração Portuguesa*. Lisboa: 1922. N.º 872, p. 1.

Disponível em:

[http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1922/N872/N872\\_item1/index.html](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1922/N872/N872_item1/index.html)

[Hemeroteca Digital - ContentE v.1.6 - 2009-05-19 T15:42:40]